

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

Carlos Augusto de Godoy Curro

**O PENSAMENTO DE ANTONIO GRAMSCI E AS
POSSIBILIDADES DE REVOLUÇÃO PASSIVA OU
EFETIVA NO CAPITALISMO DO SÉCULO XXI**

Uberlândia
2014

Carlos Augusto de Godoy Curro

**O PENSAMENTO DE ANTONIO GRAMSCI E AS
POSSIBILIDADES DE REVOLUÇÃO PASSIVA OU
EFETIVA NO CAPITALISMO DO SÉCULO XXI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Área de Concentração: Filosofia Moderna e Contemporânea.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Maria Said.

Uberlândia
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

C976p
2014

Curro, Carlos Augusto de Godoy, 1976-

O pensamento de Antonio Gramsci e as possibilidades de revolução passiva ou efetiva no capitalismo do século XXI / Carlos Augusto de Godoy Curro. -- 2014.

144 f.

Orientadora: Ana Maria Said.

Dissertação (mestrado) -- Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Filosofia.

Inclui bibliografia.

1. Gramsci, Antonio, 1891-1937 - Crítica e interpretação - Teses.
 2. Filosofia - Teses.
 3. Filosofia italiana - Séc. XX - Teses.
 4. Hegemonia - Teses.
 5. Capitalismo - Teses.
 6. Sociedade civil - Teses.
- I. Said, Ana Maria. II. Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Filosofia. III. Título.

Carlos Augusto de Godoy Curro

**O PENSAMENTO DE ANTONIO GRAMSCI E AS
POSSIBILIDADES DE REVOLUÇÃO PASSIVA OU
EFETIVA NO CAPITALISMO DO SÉCULO XXI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Área de Concentração: Filosofia Moderna e Contemporânea.

Uberlândia, 19 de agosto de 2014.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Ana Maria Said
(Orientadora – UFU)

Prof. Dr. Edilson José Graciolli
(Examinador – UFU)

Prof. Dr. Renê José Trentin Silveira
(Examinador – UNICAMP)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram para este trabalho com sugestões, críticas, comentários e palavras de apoio, tanto nas salas de aula quanto nas indispensáveis conversas informais no cotidiano da vida. Das mais simples às mais complexas discussões, todas me permitiram adquirir novos conhecimentos e aprimorar argumentos.

Aos professores Rafael Cordeiro Silva, Bento Itamar Borges e Alcino Eduardo Bonella, pelas valiosas contribuições oferecidas nos debates durante o curso, bem como a todos os colegas do mestrado e demais professores da Universidade Federal de Uberlândia.

A meus pais e irmãos, que sempre me apoiaram, deixando-me inteiramente livre para fazer minhas escolhas, por mais heterodoxas que fossem.

A todos os meus amigos pelo incentivo e pela sincera compreensão nos momentos de ausência, em especial aqueles que conheci em Uberlândia e Brasília, cidades que hoje são partes inseparáveis de mim. Agradeço principalmente a paciência e a amizade de Talita, Inaiá, Danila, Luciana, Leandro, Danielle, Aline, Eugênio, Bruno e Nélio, sempre dispostos a compartilhar momentos filosóficos.

E agradeço especialmente à minha professora e orientadora, Ana Maria Said, pela inspiração, pela confiança, pela disponibilidade e pelo total apoio oferecido, subsídios que me foram essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa sobre um tema tão instigante, envolvente e atual.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar criticamente as principais características do capitalismo no século XXI sob a luz do pensamento do filósofo italiano Antonio Gramsci, de modo a contribuir para a identificação de possibilidades concretas de mudança nas relações sociais de produção contemporâneas. Dentro do contexto histórico que se desenvolveu a partir da queda do Muro de Berlin, este trabalho considera o avanço da dominação cultural e ideológica do sistema capitalista, a complexidade crescente da sociedade civil, e a relevância atual dos conceitos e estratégias propostos por Gramsci, em especial a hegemonia, a guerra de posição, o Estado ampliado, a revolução passiva – na sua vertente contemporânea – e a reforma intelectual e moral. Por fim, é feita uma análise das alternativas de luta contra-hegemônica, descrevendo os resultados contraditórios do reformismo adotado por parte da esquerda contemporânea nas disputas pelo poder na sociedade política, bem como a importância de um processo de educação orgânica e ampliada como etapa essencial na construção de uma nova hegemonia para superação do atual modelo econômico, viabilizando uma revolução efetiva e ampla que resulte em uma nova sociedade.

Palavras-chave: Hegemonia. Capitalismo. Revolução passiva. Sociedade civil. Reforma intelectual e moral.

ABSTRACT

This dissertation aims to critically analyze the main characteristics of capitalism in the twenty-first century considering the theories of Italian philosopher Antonio Gramsci, in order to contribute to the identification of specific possibilities for change in the contemporary social relations of production. Within the historical context that has developed from the fall of the Berlin Wall, this work considers the progress of cultural and ideological domination of the capitalist system, the increasing complexity of civil society and the current relevance of concepts and strategies proposed by Gramsci, in particular hegemony, war of position, integral state, passive revolution - in its contemporary strand - and intellectual and moral reform. Finally, an analysis of the alternatives of counter-hegemonic struggle is made, describing the contradictory results of reformism as adopted by the contemporary left in the fight for power in political society, and the importance of an organic and expanded process of education as an essential step in building a new hegemony to overcome the current economic model, enabling an effective and wide revolution that results in a new society.

Keywords: Hegemony. Capitalism. Passive revolution. Civil society. Intellectual and moral reform.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1: UMA LEITURA DOS PRINCIPAIS CONCEITOS DE ANTONIO GRAMSCI	13
1.1. Hegemonia e reforma intelectual e moral	13
1.2. O papel do partido político e a representação dos grupos sociais	18
1.3. As superestruturas e a estratégia de 'Guerra de Posição'	25
1.4. Estado ampliado e a importância do consenso na Sociedade Civil	31
CAPÍTULO 2: O CONTEXTO HISTÓRICO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E OS LIMITES DA ESTRATÉGIA REFORMISTA	35
2.1. O avanço da dominação cultural no sistema capitalista	35
2.2. O novo contexto histórico: a sociedade global após a queda do Muro de Berlim	40
2.3. Reformismo e o papel de esquerda: a contraditória conquista da sociedade política e o "Capitalismo de Estado" do século XXI	59
CAPÍTULO 3: AVANÇOS, RETROCESSOS E POSSIBILIDADES DE REVOLUÇÃO PASSIVA OU REVOLUÇÃO EFETIVA NO SÉCULO XXI	73
3.1. A nova luta revolucionária: para além do reformismo social	73
3.2. A <i>involução</i> passiva como forma de revolução passiva no século XXI	93
CAPÍTULO 4: A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ORDEM CIVILIZATÓRIA COMO RESPOSTA AOS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS	104
4.1. A importância de uma Reforma Intelectual e Moral no século XXI	104
4.2. Educação Orgânica e Ampliada: um espaço para a prática revolucionária	119
CONCLUSÃO	137
BIBLIOGRAFIA	141

INTRODUÇÃO

O Brasil passa por um momento de mudanças sociais significativas. Com o crescimento econômico da primeira década do século XXI aliado a políticas sociais inclusivas de combate à miséria e ao desemprego, o país obteve resultados expressivos para parcela significativa de sua população em relação a períodos anteriores. As mudanças decorrentes dos avanços socioeconômicos, contudo, não ocorreram de forma homogênea e sem conflitos – as manifestações de junho de 2013 foram apenas um dos sintomas desse *progresso contraditório* que não é exclusividade deste país, e sim uma tendência internacional resultante de um modelo específico de desenvolvimento econômico: o *capitalismo contemporâneo*.

Essa contradição entre avanços e retrocessos é característica comum nas sociedades capitalistas em seus diversos níveis de desenvolvimento. Em contraste a melhorias recentes como a redução da pobreza e a ampliação do mercado de consumo de massas, persiste nas sociedades contemporâneas uma assustadora desigualdade regional e urbana, em especial no que diz respeito a segurança, cidadania e acesso a serviços públicos – problemas centrais em um país de dimensões continentais como o Brasil, assim como a injusta desigualdade de renda que, apesar da diminuição nos anos recentes, é uma das maiores do mundo.

Há, portanto, grande diversidade e desigualdade de condições de vida e acesso a oportunidades. O desafio de crescimento pessoal e da sociedade como um todo é certamente muito maior do que o apresentado friamente em estatísticas e notícias pontuais na imprensa e em estudos convencionais.

Cabe, pois, analisarmos o impacto da inserção socioeconômica dessas famílias, comunidades e indivíduos em um modelo de sociedade de consumo que possui e perpetua características determinantes para as condições de vida pública e privada de cada indivíduo dentro do sistema capitalista. Não basta comemorar a inserção social de uma suposta “nova classe média”, pois é preciso identificar os valores que essas pessoas trarão para a sociedade, e quais valores elas receberão do novo meio onde se inserem, em especial no ambiente educacional.

O impacto dessa inserção socioeconômica influenciará a compreensão das verdadeiras mudanças e evoluções nas relações sociais e comportamentais, bem como nas relações íntimas e familiares. Os preconceitos, os valores religiosos, culturais, econômicos, políticos, as relações sociais de produção – enfim, há uma vasta gama de fatores a serem considerados e que podem explicar a relação de forças e ações dos indivíduos na sociedade, com impactos diretos e indiretos em seus modos de viver, suas escolhas e, enfim, no sucesso e na felicidade.

Existem diversas formas de opressão que resultam dessa evolução na sociedade em que os indivíduos se sentem mais ou menos “livres” para agir e alcançar a satisfação de suas necessidades, impulsos e desejos. Cabe destacar o papel das desigualdades socioculturais – e até a literal exclusão social em relação a um padrão de consumo aceito e difundido amplamente – como uma realidade a ser examinada de forma profunda, uma vez que se torna comum que indivíduos “(...) desenvolvam uma intensa hostilidade para com uma cultura cuja existência elas tornam possível pelo seu trabalho, mas de cuja riqueza não possuem mais do que uma quota mínima” (FREUD, 1980, p. 23).

Cabe compreender as relações socioculturais do século XXI sob um ponto de vista filosófico de modo a identificar fatores que alterem ou interfiram em percepções e comportamentos na defesa de valores e visões políticas, ou seja, elementos que influenciam na *formação de cada indivíduo dentro de seu contexto social-histórico*, seja na educação formal, na convivência familiar, na vida religiosa ou na comunidade que, por vezes até sutilmente, são elementos relevantes para a determinação do papel do indivíduo numa determinada sociedade.

Se por um lado podem ser destacados avanços sociais *relativos* neste início de século, é preciso reconhecer que a crise orgânica mundial de 2008 – a maior crise capitalista desde 1929 – serviu como mais uma prova histórica de que, mesmo sob sua vertente contemporânea, o sistema capitalista mundial continua refém de suas contradições internas que levarão sempre a recorrentes – e cada vez mais agudas – crises, exigindo da classe dominante que sejam feitas novas e constantes mudanças socioeconômicas e culturais para permitir o início de um novo ciclo de acumulação de capital.

Nessa atual circunstância, cabem algumas perguntas que possam direcionar as ações concretas dos diversos atores políticos. Quais seriam as características do atual capitalismo presente no século XXI e quais são as condições históricas atuais? Seria esse contexto atual do capitalismo diferente daqueles existentes em momentos anteriores? Por que, nos momentos recentes de crise, houve pouco ou nenhum espaço para consideração de alternativas contra-hegemônicas socialistas/comunistas, que pudessem romper com o círculo vicioso e destrutivo de acumulação do sistema do capital?

Cabe examinar se as características da sociedade contemporânea facilitam ou dificultam mudanças revolucionárias, ou então se favorecem novas formas de *revolução passiva* pela burguesia, reforçando o poder da classe dominante na estratégia cínica do “mudar para continuar do mesmo jeito”. É preciso observar como o poder político efetivo está distribuído e é exercido no dia-a-dia, considerando que essa relação de força vai muito além do mero poder político democraticamente constituído em eleições diretas. É bastante comum que existam forças não-governamentais opondo-se significativamente ao Estado *stricto sensu*, promovendo conflitos nas relações de poder que gerem como resultado crises políticas graves, imobilismo prático e até a deposição de representantes eleitos.

No campo das políticas socioeconômicas dominantes, quais seriam os verdadeiros (e duradouros) impactos da dicotomia entre *social-democracia* e *neoliberalismo*, ambos agindo *na prática* como instrumentos de fortalecimento das estruturas dominantes, ou seja, como opções não-antagônicas ao sistema do capital, ainda que colocadas como opções antagônicas entre si? Teriam sido reduzidas as experiências – e as esperanças – de esquerda, oferecendo-se assim à sociedade apenas propostas “centristas” de reformismos não-revolucionários que não alteram a estrutura de exploração socioeconômica?

Essas perguntas são importantes quando pensamos nos limites do capitalismo no século XXI, e elas devem ser respondidas à luz de conceitos que auxiliem na compreensão das teorias e das práticas que se confrontam na sociedade. O abrangente pensamento de Antonio Gramsci demonstra-se fundamental para auxiliar no entendimento da complexidade da sociedade contemporânea e também como ponto de partida para viabilizar novos caminhos de superação, *pela esquerda*, da atual dominação capitalista que se perpetua por meio de uma mistura de *conservadorismo com*

reformismo, sem enfrentar as causas das contradições que resultam – e resultarão sempre – em novas crises.

Portanto, para compreendermos adequadamente a atual situação e o contexto histórico do desenvolvimento capitalista contemporâneo, torna-se necessário responder quais são os resultados efetivos (*práticos*) das estratégias assumidas pela esquerda mundial no final do século XX e neste início de século XXI, questionando criticamente a razão por trás dessas escolhas cujas consequências apontam para o fato de que, mesmo com partidos políticos progressistas no poder, não foram feitas – e por vezes nem foram consideradas como possíveis – alterações nas relações sociais de produção, reforçando assim a urgência de que seja feita uma análise *ampliada* das forças de poder distribuídas na civilização contemporânea.

Esta pesquisa busca, assim, estudar o funcionamento do *capitalismo contemporâneo*, bem como compreender as particularidades do contexto histórico e da atual sociedade no qual ele está inserido, à *luz do materialismo histórico e em diálogo com Antonio Gramsci*.¹

No capítulo 1, serão apresentadas as *principais categorias do pensamento do filósofo marxista Antonio Gramsci*, que servirão como base teórica para a análise da situação histórica contemporânea do capitalismo, com ênfase na abordagem de questões que envolvem as escolhas estratégicas políticas, o papel do partido, a importância das superestruturas e da luta entre hegemonias pelo consenso na sociedade civil.

No capítulo 2, o objetivo será identificar e contextualizar as *particularidades da sociedade contemporânea capitalista* dentro da base teórica marxista, ou seja, à luz do materialismo histórico. Serão abordados em especial o papel do avanço da indústria cultural capitalista como força hegemônica, bem como a perda da maior força de contra-hegemonia do século XX: a queda do Muro de Berlin e o esvaziamento prático e teórico que foi resultado do *fim da experiência comunista* na Europa a partir da década 1990. Ademais, serão estudados os primeiros efeitos políticos que surgiram a partir dessa histórica mudança, em especial o avanço das experiências reformistas de esquerda como

¹ Dado o escopo específico desta pesquisa, a vasta amplitude do pensamento de Antonio Gramsci e a complexidade do capitalismo contemporâneo, não se pretende aqui esgotar o assunto nem abordar a totalidade dos conceitos e análises possíveis sobre o atual contexto histórico. Assim, o tema desenvolvido deve ser entendido como um diálogo aberto a futuras críticas e complementações.

forma de conquista de poder estatal *stricto sensu* e o papel do chamado "Capitalismo de Estado".

No capítulo 3, serão analisados os possíveis *limites dos resultados sociais obtidos a partir das escolhas políticas reformistas*, bem como os impactos contraditórios dessas opções no final do século XX e início do século XXI dentro de uma abordagem de *guerra de posição* gramsciana. Ademais, será apresentado o conceito de "*involução passiva*", um incipiente mas possível novo risco de perpetuação do capital dentro do novo contexto histórico em que ocorre enfraquecimento das forças contra-hegemônicas.

O capítulo 4 apresentará um aprofundamento dos principais conceitos gramscianos à luz das perspectivas contemporâneas, com a tentativa de elaboração de um *caminho para a mudança efetiva*, uma estratégia de contra-hegemonia contemporânea que leve em consideração os desafios do novo contexto histórico-social do capitalismo do início do século XXI, reforçando a importância da educação *ampliada* e da *reforma intelectual e moral* como formas de mobilizar as classes subalternas em uma guerra de posição revolucionária que permita, de forma realista e com base na *filosofia da práxis*, a superação efetiva do capitalismo, transformando radicalmente tanto os homens como as relações sociais, econômicas, culturais e políticas.

Assim, o objetivo final deste trabalho é contribuir, de forma crítica, com uma análise das possibilidades, dificuldades, desafios e pré-condições necessárias para a construção de um novo consenso que possa superar as contradições do capitalismo considerando o contexto global do início do século XXI, abrindo espaço para a realização de uma revolução *efetiva*.

CAPÍTULO 1: UMA LEITURA DOS PRINCIPAIS CONCEITOS DE ANTONIO GRAMSCI

1.1. Hegemonia e reforma intelectual e moral

O filósofo italiano Antonio Gramsci analisou em seus Cadernos do Cárcere, ao pensar em uma nova estratégia para superação do capitalismo, a relação dialética entre o processo de *reforma intelectual e moral* na sociedade e a mudança nas próprias relações sociais de produção, no sistema econômico em si. Dessa forma, a conquista da *hegemonia* (coerção mais consenso) na sociedade civil pela classe subalterna e o caminho para uma verdadeira revolução que permitiria resolver as contradições do sistema capitalista passam necessariamente pela construção de um *novo modo de viver, produzir e pensar o mundo* que subverta e supere a ordem anterior com a construção de uma nova *totalidade*:

Pode haver reforma cultural, elevação civil das camadas mais baixas da sociedade, sem uma precedente reforma econômica e uma modificação na posição social e no mundo econômico? Eis por que uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica. E mais, o programa de reforma econômica é o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral. O moderno Príncipe, desenvolvendo-se, subverte todo o sistema de relações intelectuais e morais, na medida em que o seu desenvolvimento significa de fato que cada ato é concebido como útil ou prejudicial, como virtuoso ou criminoso; mas só na medida em que tem como ponto de referência o próprio moderno Príncipe e serve para acentuar o seu poder, ou contrastá-lo. O Príncipe toma o lugar, nas consciências, da divindade ou do imperativo categórico, torna-se a base de um laicismo moderno e de uma laicização completa de toda a vida e de todas as relações de costume. (GRAMSCI, 1991, p. 9)

O pensamento de Gramsci sobre o papel do moderno Príncipe – o *partido político*, mas em sentido amplo, atuante também na esfera civil – aponta para um processo dialético em que ocorra a superação das outras fontes (equivocadas) de "consciência" que não estejam efetivamente ligadas ao processo histórico real dos indivíduos. Isso significa que não se deve buscar motivações para uma reforma intelectual e moral em mitos, religiões ou mesmo em regras morais que não tenham sustentação na *filosofia da práxis*, no método do materialismo histórico, na transformação prática das relações sociais e econômicas onde os indivíduos constroem e vivenciam a história.

Percebe-se, assim, que uma reforma intelectual e moral – que valorize o indivíduo enquanto ser *social* – também possui um papel fundamental na superação de diversos *preconceitos culturais* históricos que permeiam o modo de vida capitalista da sociedade, inclusive o racismo, a homofobia, a xenofobia e o fundamentalismo religioso que, em movimentos cíclicos tais como as crises orgânicas do capital, continuam a surgir no mundo ocidental, não sendo portanto algo que se desenvolve "por acaso" ou "por fora" do sistema.

Como destacou o filósofo esloveno Slavoj Zizek, o "capitalismo é uma totalidade que por si só gera fenômenos como o fundamentalismo religioso" (ZIZEK, 2013a), e portanto não é possível dissociar as questões do sistema econômico de suas consequências nos diversos campos das relações humanas. Torna-se necessário compreender essa *totalidade* do sistema capitalista para que uma reforma intelectual e moral seja abrangente o suficiente tanto para a superação dos amplos antagonismos do sistema – na infraestrutura e nas superestruturas –, bem como para permitir a formação de uma vontade nacional-coletiva que seja laica, original, humana e digna.

Segundo Nicola Badaloni (1978, p. 14), "Gramsci distingue o 'senso comum' já solidificado, que é expressão de condições de fato, do 'novo senso comum' que é uma necessidade indiscutível, ligada ao emergir de novas condições". Desse modo, percebe-se em Gramsci uma preocupação que incorpora a crítica da economia política e da sociedade de Marx e vai além, colocando como objeto de análise o próprio 'senso comum', compreendendo a necessidade de superá-lo para abrir espaços de construção e agregar novas forças históricas para viabilizar concretamente a mudança da realidade, a nova civilização socialista sob uma nova hegemonia, derrubando os mitos e fetiches da forma de produção capitalista:

O projeto gramsciano é obviamente antitético; baseia-se na difusão de uma 'ordem nova' de conhecimentos e energias coletivas. O senso comum, na sua desagregação e passividade atuais, é destruído e reconstruído, num nível mais alto de coerência, de amadurecimento, de adequação às tarefas hegemônicas. Deve-se reestruturar paralelamente ao crescimento da capacidade de conhecimento. (BODEI, 1978, p. 98-99)

É preciso compreender a gênese do senso comum e dos preconceitos que permeiam e solidificam no curto prazo a sociedade capitalista contemporânea. Usa-se o

acaso e a "naturalização" de estruturas para justificar o que, na realidade, são instrumentos de manutenção do poder da burguesia, cada vez mais entrancheirado na sociedade civil em forma de *consensos* – mas suas formas de expressão são, muitas vezes, ilusórias. Cabe reconhecer, portanto, que na luta de ideologias/hegemonias, essa construção não surge por acaso, mas sim como expressão de formas práticas de dominação dentro de um contexto histórico específico e com o objetivo de *controlar a ação das pessoas*:

(...) as ideologias que assumem a consistência de preconceitos populares não nascem casualmente. Elas são expressão de necessidades estruturais profundas, que porém não se exprimem diretamente (como imaginava a acepção mecanicista do marxismo), mas devem assumir o aspecto de solicitações ideológicas permanentes, capazes de influir duradouramente sobre a prática. (BADALONI, 1978, p. 22)

Romper com esses mecanismos exige o enfrentamento crítico de concepções generalizantes e de "naturalização" de situações do capitalismo que insistem em vender o atual sistema como "o único possível". Os preconceitos populares contra novas formas de organização da economia e da sociedade nascem justamente para impedir que distintas formas de civilização sejam sequer pensadas, menos ainda colocadas em prática. A única prática aceita pelo sistema do capital é aquela que, vendida sob forma aparente de "liberdade", dá aos homens uma *sensação aparente* de mudança, justiça e evolução, quando na verdade o que existe é um modo de produção explorador, egoísta e gerador de desigualdades. O capital depende dessa *hegemonia* para sobreviver, para manter seu consenso na sociedade civil, fazendo com que as lutas contra-hegemônicas percam força gradualmente, pois tudo que não se encaixa no discurso padronizado é rapidamente rotulado e desqualificado como "loucura" ou "impossibilidade".

A reforma intelectual e moral gramsciana, pois, tem como um de seus objetivos expor essa estratégia de dominação à luz da crítica, trazendo ao campo da consciência coletiva os "segredos" que se escondem por trás dos falsos discursos de "justiça" e "igualdade" da hegemonia capitalista, permitindo enfim que os homens construam uma nova sociedade, esta sim verdadeiramente livre.

A *hegemonia* no pensamento de Gramsci deve ser compreendida no contexto de uma dualidade indissociável entre *consenso* e *coerção* na sociedade. Na leitura de Massimo Salvadori,

O sentido original do termo “hegemonia” engloba dois elementos: o comando por parte de quem a exerce e o fato de que este comando é exercido por quem o detém com os seguintes objetivos: 1) “guiar” os aliados; 2) conduzir, juntamente com os aliados, uma ação de força contra uma ou mais partes adversárias. Parece, portanto, que o conceito de hegemonia, em sua dupla articulação, implica a busca, por um lado, de consenso no interior de um bloco de alianças e, por outro, de domínio sobre os adversários, que deve ser obtido por meio da força. Encontramo-nos diante de uma combinação de nexos que são indissociáveis. (SALVADORI, 2012, p. 93)

Nesse contexto, a educação é um instrumento poderoso para a concretização de uma mudança estrutural contra-hegemônica que permita a superação dos antagonismos do capitalismo. Porém, é preciso compreender a educação em seu sentido mais amplo, e não apenas *formal*. Educar é um processo que perpassa instituições que vão além do sistema escolar tradicional. Assim como Maquiavel permitiu com seus escritos dar um passo no caminho da educação *política*, é preciso enxergar outras formas de confrontar a ideologia e a hegemonia dominante, abrindo espaço para que a consciência filosófica e de classe supere o senso comum e se estruture como uma consciência prática *revolucionária*, resultando em ações concretas para superação do atual sistema capitalista.

O advento de uma educação política crítica gera o início de uma mudança, a quebra de um padrão de consciência enraizado e limitado. Segundo Gramsci, um ensinamento político como o de Maquiavel gera (...) de imediato um resultado: romper a unidade baseada na ideologia tradicional, sem cuja ruptura a força nova não poderia adquirir consciência da própria personalidade independente." (GRAMSCI, 1991, p. 11).

Para Gramsci (1991, p. 20), um elemento fundamental na ciência política e na leitura da realidade histórica é o reconhecimento de que existem dirigentes e dirigidos, governantes e governados. Essa leitura coincide com a visão de que a realidade socioeconômica ampla se apresenta sempre como uma relação de dualidade, de consenso e coerção, de *sociedade civil* (dirigentes e dirigidos) e *sociedade política* (governantes e governados). É um engano pensar que o poder se concentra somente nas estruturas de Estado *stricto sensu*.

Sob esse ponto de vista, Gramsci (1991, p. 20) defende que os *partidos* sejam o caminho para organização, aperfeiçoamento e centro de direção dos dirigentes, de

modo a enfrentar essa realidade de poder em um *Estado ampliado*, permitindo uma verdadeira e efetiva *guerra de posição* que trabalhe não apenas a luta pela conquista da sociedade política, mas também – e isso é indispensável – a disputa ideológica dentro dos *aparelhos privados de hegemonia* da sociedade civil, garantindo assim o necessário consenso de uma nova consciência hegemônica.

1.2. O papel do partido político e a representação dos grupos sociais

O partido político, que deveria ser a expressão de um grupo social na busca por um novo tipo de Estado (GRAMSCI, 1991, p. 22), pode por vezes assumir posições contraditórias e criar uma situação de "não-responsabilidade" com uma causa final concreta, perdendo assim seu lado revolucionário:

Embora cada partido seja a expressão de um grupo social, ocorre que, em determinadas condições, determinados partidos representam um grupo social na medida em que exercem uma função de equilíbrio e de arbitragem entre os interesses do seu grupo e os outros grupos, e na medida em que buscam fazer com que o desenvolvimento do grupo representado se processe com o consentimento e com a ajuda dos grupos aliados, e muitas vezes dos grupos decididamente inimigos. (GRAMSCI, 1991, p. 22)

No caso do Brasil pós-1988, não é difícil verificar que o modelo de *Presidencialismo de Coalizão* muitas vezes se serviu de uma postura *pragmática* dos partidos, dividindo entre si diversas instituições de poder mas sem se responsabilizar diretamente por uma *totalidade* – e, assim, fugindo também da responsabilização direta sobre um processo histórico em desenvolvimento, bem como de suas consequências. Nesse contexto, os eleitores acabam tendo uma representatividade fragmentada, um consenso que se sustenta justamente nessa divisão interna do governo, de modo que diversos grupos de interesse se sintam representados na sociedade política sejam quais forem os partidos ou pessoas imediatamente envolvidas.

De todo modo, os partidos são a forma de organização e apresentação de direções a seguir na sociedade, uma representação dos interesses de classe e grupos distintos que, no jogo político, determinarão ações progressistas ou conservadoras:

(...) a função de polícia de um partido pode ser progressista ou reacionária: progressista quando tende a manter na órbita da legalidade as forças reacionárias aliadas do poder e a elevar ao nível da nova legalidade as massas atrasadas. É reacionária quando tende a comprimir as forças vivas da História e a manter uma legalidade ultrapassada, anti-histórica, tornada extrínseca. (GRAMSCI, 1991, p. 28-29)

Quando se tenta compreender a divisão e a existência de partidos políticos distintos, é preciso compreender que alguns grupos sociais se utilizam da estrutura

partidária para seus interesses específicos, sem para isso representarem, de forma orgânica, um partido específico no processo histórico. Em outras palavras, um interesse de classe se fragmenta de tal modo que há um interesse *imediato* e próprio do *grupo específico* que, de forma oportunista, irá procurar amenizar e evitar conflitos de modo a permitir a manutenção ou ampliação de seus interesses.

Gramsci cita como exemplo o caso dos grandes industriais no início do século XX, que não teriam um partido próprio mas buscariam apoiar alternadamente diversos partidos que possam, no contexto histórico específico e conforme a distribuição de forças, representá-los:

Têm os grandes industriais um partido político próprio? Na minha opinião, a resposta deve ser negativa. Os grandes industriais utilizam alternadamente todos os partidos existentes, mas não têm um partido próprio. Por isso eles não são absolutamente "agnósticos" ou "apolíticos": o seu interesse é um equilíbrio determinado, que obtém exatamente reforçando com seus meios, alternadamente, este ou aquele partido do tabuleiro político (...) (GRAMSCI, 1991, p. 29)

Um pergunta que surge, então, é se esse grupo de grandes industriais apoiariam, inclusive, partidos sob direção de uma hegemonia conflitante (subalterna). Para Gramsci (1991, p. 29), isso não seria possível, pois não haveria como utilizar os *meios* do grupo industrial para reforçar um partido antagônico.

Mas há que se pensar: será que a história, em outros contextos, não permitiria um "avanço conservador" (no caso, *retrocesso* do ponto de vista progressista) nesse sentido, gerando condições onde se torna possível uma grande aliança conservadora, um contraditório pacto entre partes da classe dominante e um partido da classe subalterna? Não poderíamos nos perguntar se as concessões feitas por partidos trabalhistas na segunda metade do século XX e início do século XXI (sob comando de Tony Blair na Grã-Bretanha e de Lula no Brasil, por exemplo) mostraram que os grandes industriais podem, de alguma forma, utilizar até mesmo partidos *antagônicos* para reforçar sua dominação e seus interesses?

Por outro lado, podemos contestar a verdadeira *hegemonia* que está sendo defendida por esses partidos trabalhistas. Será que tais exemplos de "pacto conservador" feitos pela esquerda mundial dizem mais sobre uma mudança de orientação hegemonic

nesses partidos tidos como trabalhistas, ou seja, teriam eles deixado de ser verdadeiramente antagônicos em relação aos grupos dominantes?

Em outros termos, podemos enxergar duas possibilidades a analisar: até que ponto a estratégia de alianças com alas da direita conservadora permite um avanço progressista da esquerda – como etapa *tática* de uma *guerra de posição gramsciana* –, ou até que ponto isso apenas reforça contraditoriamente as condições reacionárias que impedem um movimento verdadeiramente revolucionário?

Afinal, é preciso perguntar qual o resultado *amplo* das alianças para se compreender o verdadeiro ganho (ou perda) para um partido progressista/revolucionário da sua aproximação com grandes empresários da indústria e com ruralistas da elite agrária, bem como o incentivo ao desenvolvimento econômico monopolista ou oligopolista que reforça o "capitalismo selvagem" como forma de obter ganhos parciais para a classe subalterna. Cabe analisar o impacto das concessões feitas a esses grupos por um partido que sempre defendeu os movimentos sociais e a reforma agrária, e que em um momento histórico diferenciado optou por abandonar certas bandeiras progressistas (ou adiá-las indefinidamente) e evitou confrontos diretos com os grupos do poder dominante. A importante questão é: esses movimentos e alianças com a direita conservadora efetivamente permitem que a agenda revolucionária evolua em uma estratégia de *guerra de posição*, ou essa tática apenas gera avanços pontuais, reformistas e transitórios que, após uma crise orgânica, podem retroagir como aconteceu no passado?

Questionamentos precisam ser feitos e estudados para se compreender o caráter antagônico do sistema do capital e suas limitações intrínsecas, bem como qual o papel do partido que representa a classe subalterna nas decisões tomadas: elas realmente estão viabilizando um futuro melhor, ou apenas repetindo a história com reformismos que serão subjugados pela classe dominante no momento que lhe for oportuno?

A questão talvez seja o partido político saber "dosar" os sacrifícios para atender aos anseios dos grupos aliados de forma a não negar o objetivo traçado: a *hegemonia*. Não se pode, pois, abrir mão de questões essenciais – inclusive no campo econômico – sob risco de a construção de uma nova hegemonia do grupo subalterno se limitar eternamente a um derrotismo histórico que se expressa, na prática política, nos

diversos casos de reformismo cíclico, repetitivos, que avançam e retrocedem mas nunca superam as contradições do sistema do capital. Assim, nas palavras de Gramsci:

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa. Mas também é indubitável que **os sacrifícios e o compromisso não se relacionam com o essencial, pois se a hegemonia é ético-política também é econômica**; não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (GRAMSCI, 1991, p. 33, grifo meu)

O destaque do pensador italiano ao que é *essencial* é motivo de enormes lutas e divisões na esquerda, pois não há ainda uma compreensão avançada que permita identificar claramente o que são ganhos ou perdas pontuais de curto prazo, e o que são ganhos ou perdas *essenciais*, que prejudicam e fazem retroceder por anos um processo histórico revolucionário. Nesse ponto cabe destacar o debate levantado por Zizek, usando como referência o pensamento do filósofo Peter Sloterdijk, sobre o dilema de desafiar o sistema capitalista sem, contraditoriamente, acabar por contribuir na sua manutenção pois não se permite um movimento verdadeiro revolucionário:

Sloterdijk guia-se pela elementar lição da dialética: às vezes, a oposição entre manter as coisas como estão e mudá-las não abrange todo o campo, ou seja, algumas vezes, **a única forma de manter o que vale a pena ser preservado no antigo é intervir e mudar as coisas radicalmente**. Se, hoje, alguém deseja salvar o cerne do Estado de Bem-Estar Social, é preciso justamente abandonar toda nostalgia pela social democracia do século XX. (ZIZEK, 2012, p. 113, tradução e grifos meus)

Essa talvez seja a grande questão que divide a esquerda (e seus partidos) em diversas estratégias. Historicamente, até o momento, há de se questionar por que a ala reformista continua sendo majoritária na esquerda de tantos países se os resultados sociais obtidos pelas reformas demonstram-se efêmeros e contraditórios, especialmente quando se percebe que as bases fundamentais do sistema – a propriedade privada dos meios de produção – permanecem intocadas. O Estado de Bem-Estar Social, possivelmente o maior caso de "sucesso" reformista e adotado como referência por essa ala da esquerda, também enfrenta no início do século XXI uma série de revezes tanto nos

Estados Unidos quanto – e principalmente – na Europa, resultado de mais uma crise orgânica do sistema capitalista iniciada em 2008.

Há que se cuidar da maneira como é feita a leitura da realidade e as previsões e perspectivas a alcançar a partir das escolhas políticas. Um erro muito comum das estratégias puramente reformistas é limitar-se a uma leitura mecânica da realidade, que é em seguida falsamente vendida a todos como "única opção de ação", como se fosse o próprio realismo prático (em contraposição a um suposto idealismo radical). Contudo, como alerta Gramsci, é preciso observar o possível exagero nessa leitura que, no fundo, limita-se a um realismo apenas "fatural":

O 'excessivo' (e portanto superficial e mecânico) realismo político leva muitas vezes à afirmação de que o homem de Estado só deve atuar no âmbito da 'realidade fatural', não se interessar com o 'dever ser', mas apenas com o 'ser'. Isto significaria que as perspectivas de um estadista não podem ir além do tamanho do seu nariz. (...) (GRAMSCI, 1991, p. 42)

Nesse ponto, Gramsci (1991, p. 42) faz uma importante distinção entre os diversos papéis que podem ser assumidos por indivíduos dentro da política. Há que se diferenciar os chamados "diplomatas" e "cientistas políticos" dos chamados "políticos práticos"; os dois primeiros, por não terem como objetivo uma mudança no equilíbrio hegemônico, acaba por realmente se limitar à realidade fatural. Porém, o político prático, como Gramsci descreve Maquiavel, "(...) é um homem de participação, de paixões poderosas, (...) que pretende criar novas relações de força e que por isso mesmo não pode deixar de se ocupar com o 'dever ser', que não deve ser entendido no sentido moralista". (GRAMSCI, 1991, p. 42-43)

Nessa última frase da citação acima, um outro cuidado aparece: é necessário compreender bem essa postura prática sem confundi-la com um "dever ser" meramente moralista ou arbitrário. Ignorar a realidade fatural é tão equivocado quanto considerá-la como limitação do todo realista. O objetivo é, por meio da vontade,

(...) mover-se no terreno da realidade fatural, mas para dominá-la e superá-la (ou contribuir para isso). (...) o 'dever ser' é concreção; mais ainda, é a única interpretação realista e historicista da realidade, é história em ação e filosofia em ação, é unicamente política. (GRAMSCI, 1991, p.43)

Uma das dificuldades na escolha da melhor estratégia de atuação política prática é a correta percepção das forças de atuação, ou seja, uma boa e realista análise de situação. Daí nascem as propostas e estratégias a serem assumidas pelos partidos e grupos de interesse na sociedade, e se essa leitura for demasiado diferente dentro de um mesmo grupo hegemônico, há possibilidades de conflito e até divisão.

Para Gramsci, é preciso compreender claramente a relação dialética entre superestrutura e infraestrutura. Nesse processo, não basta identificar o que está posto accidentalmente ou de imediato, ou seja, o que é simples conjuntura. Mais que isso, é necessário identificar e distinguir os movimentos *orgânicos*, aqueles que tratam de fenômenos relativamente permanentes (GRAMSCI, 1991, p. 45). Não menos importante é identificar a relação entre esses fenômenos conjunturais e orgânicos, certamente correlacionados, e compreender a importância relativa de cada um. Contudo, fica claro que são os fenômenos orgânicos que "(...) dão margem à crítica histórico-social, que investe os grandes agrupamentos, acima das pessoas imediatamente responsáveis e acima do pessoal dirigente" (GRAMSCI, 1991, p. 46).

Dessa análise surge um dos principais conceitos utilizados pelo filósofo italiano, o de *crise orgânica*, aquela que possui uma duração prolongada e nasce de problemas estruturais no âmbito da sociedade capitalista, ou seja, é uma crise de *hegemonia* (e não apenas de *autoridade*). Nos momentos de crise orgânica, a força hegemônica dominante atua para tentar "resolver" as contradições e saná-las de modo a manter seu poder, mas sempre esbarrando nos limites do sistema do capital (GRAMSCI, 1991, p.46). Essa situação gera uma janela de oportunidade para que as forças antagônicas atuem e, se bem preparadas no momento histórico adequado, superem em definitivo a contradição insolúvel. Tal superação absoluta é algo que a força hegemônica atualmente dominante nunca poderá atingir, uma vez que ela está presa ao modelo econômico capitalista – no máximo, consegue postergar para o futuro o advento de uma nova e próxima crise, ainda mais profunda.

O equívoco mais comum das alternativas de esquerda no século XX e no início do século XXI, que geralmente resulta em divisões nas forças subalternas sobre as estratégias a assumir, é portanto a dificuldade de *compreensão da situação histórica*, ou seja, não saber diferenciar o que é ocasional do que é fundamental/orgânico (GRAMSCI, 1991, p. 46). E é importante perceber que essa dicotomia entre o ocasional e o orgânico

aparece na história tanto em situações de crise, como também nas situações de aparente progresso – mostrando, assim, como é necessário o cuidado na análise histórico-política para compreender os rumos que determinado movimento está trilhando.

1.3. As superestruturas e a estratégia de 'Guerra de Posição'

Gramsci destaca com firmeza o cuidado necessário para que haja uma mudança efetiva de hegemonia em um país com uma sociedade civil *avançada*, ou seja, onde as superestruturas já estão difundidas e enraizadas na sociedade e funcionam como instrumentos táticos da classe dominante, dado que "as superestruturas são como o sistema de trincheiras na guerra moderna" (GRAMSCI, 1991, p.73). Gramsci ainda destaca que essa *complexidade* superestrutural gera uma efetiva barreira ideológica, impedindo que ocorra uma derrota puramente infraestrutural, ou seja, no campo econômico, pois os aparelhos privados de hegemonia da classe dominante atuam em defesa da hegemonia reacionária a todo instante, e em especial nos momentos cílicos de crise orgânica no sistema capitalista.

Desse modo, torna-se ilusório ou ingênuo imaginar que se possa tomar o poder em um momento de crise orgânica sem uma ação estruturada e efetiva de contra-hegemonia, pois a infraestrutura econômica está "reforçada" nos países capitalistas avançados por meio das superestruturas, de modo a desqualificar e impedir a construção orgânica de novas hegemonias subalternas, e ainda permitir o "ganho de tempo" para que sejam feitas adequações e reestruturações na forma de produzir pela classe dominante – as chamadas "revoluções passivas", no conceito trabalhado por Gramsci (1991, p.75-81).

O resultado dessa ampla e hegemônica superestrutura de apoio ao poder dominante, construída e conquistada na sociedade civil, garante a segurança da classe dominante para, mesmo em momentos críticos e com pressões da classes subalternas, poderem realizar concessões pontuais e postergar o problema contraditório central (e insolúvel) do sistema do capital – até que surja a próxima crise, quando o processo se repete e são exigidas novas mudanças passivas, impostas pela classe dominante.

Essa leitura da formação social dos países capitalistas avançados explica também a dificuldade de se realizar mudanças efetivas quando um membro da classe subalterna consegue, via eleições, assumir o controle da sociedade política. Como para Gramsci o Estado deve ser compreendido enquanto um organismo ampliado – sociedade política *mais* sociedade civil –, é ilusório achar que a vitória nas urnas resulta em controle do "Estado":

(...) no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e em qualquer abalo do Estado imediatamente descobria-se uma poderosa estrutura da sociedade civil. **O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas.** (GRAMSCI, 1991, p. 75, grifo meu)

Segundo Salvadori (2012), ao defender uma estratégia de *guerra de posição*, explicitando as diferenças entre Ocidente e Oriente e as complexidades da sociedade civil no capitalismo avançado, Gramsci

(...) procura dar à ditadura [do proletariado] e ao Estado uma base que não seja aquela do uso exclusivo da força, pois está convencido de que a força por si só não poderá resolver as questões ligadas à construção de uma nova sociedade, a qual necessita de um consenso ativo das massas trabalhadoras, capaz de revelar-se totalmente no quadro das instituições surgidas da revolução e da ruptura com o aparato do governo burguês. (SALVADORI, 2012, p. 102)

É preciso compreender, portanto, o real impacto das posições adquiridas no *Estado ampliado* ao longo de movimentos de tomada de poder. Se a infraestrutura econômica permanecer inalterada, se ela continuar a atuar nos moldes estabelecidos pelo sistema capitalista – favorecendo a classe dominante –, e se, como destacou Gramsci, as superestruturas na sociedade civil refletem, replicam e defendem exatamente essa mesma ordem das coisas, inclusive naturalizando o sistema econômico e social como "única forma de produzir e viver", fica claro o porquê de um governante que represente a classe subalterna enfrentar dificuldades extremas para obter avanços revolucionários.

Fato é, qualquer governante que ouse avançar sobre o domínio do capital trabalhará sob constante risco e pressão que, ironicamente, serão exercidos no seio da própria sociedade que o elegeu para realizar as mudanças. Essa é a demonstração prática de como o poder real se exerce na sociedade capitalista avançada: a superestrutura política é apenas uma peça e, fora dela, existem outras superestruturas "blindadas" que as classes subalternas ainda não conseguiram conquistar por meio do consenso. Ou seja, como não foi possível conquistar a hegemonia e o consenso na sociedade civil, o fato de um grupo ou partido da classe subalterna assumir o poder político não oferece as condições históricas para viabilizar uma mudança *estrutural*.

Ademais, mesmo nos casos em que um grupo subalterno vence uma eleição para assumir o poder político, geralmente isso acontece em uma estratégia de alianças que avançam em setores da classe dominante, seja por motivação imediatista (grupos da classe dominante que desejam mais espaço) ou mesmo para impedir um grande movimento de mudança. De fato, sejam quais forem as motivações originárias, esse grupo reacionário inserido como "aliança" na coalizão progressista atuará como freio na hipótese de o grupo subalterno apontar com qualquer estratégia de mudança estrutural. Assim, mesmo o poder na sociedade política – que é *parcial* e bem menor do que se imagina dentro da lógica de Estado ampliado com uma sociedade civil complexa – se apresenta como incompleto e contraditório. A base de coalizão de governos de "esquerda", por não nascer de um verdadeiro movimento de consenso na sociedade civil, já nasce contaminada por conservadores – e isso é justificado como sendo a "única forma" de se obter o poder político. O problema, certamente, é verificar até que ponto isso gera avanços ou retrocessos.

Assim, pode-se perceber que o poder do capital é ainda dominante mesmo em situações de controle político contraditório pela classe subalterna. O poder dominante atua – e atua fortemente – sob comando de instâncias civis diversas, de modo a impedir mudanças efetivas.

Essa força nas superestruturas da sociedade civil não deve ser menosprezada. Em situações extremas, nas quais o governante eleito ouse tensionar as relações sociais de produção, ou que enfrente interesses importantes e imediatos da classe dominante, ele acaba sendo cooptado pelas classes dominantes ou mesmo deposto por meio de golpes de Estado disfarçados em processos supostamente "constitucionais", sendo a legitimação garantida pela força hegemônica das instâncias superestruturais dominantes (em especial a mídia), como nos casos dos golpes no Paraguai em 2012 e Honduras em 2009 (ROSSI, 2012).

A visão hegemônica dominante continuará a ser corroborada por todos os aparelhos privados de hegemonia, dando sustentação ao modo de produzir hegemônico que é difundido na escola, na televisão, nos jornais e revistas, e em outras instituições civis. Em suma, tomar o poder político (mecanismos de atuação por coerção em um Estado democrático de Direito) pode ser visto no máximo como uma *etapa* da guerra de posição, mas nunca um fim em si mesmo. Como aponta Gramsci, é preciso se tornar

classe *dirigente* antes de (e para) exercer efetivamente a *direção* da sociedade via poder político.

É preciso, pois, conquistar a *hegemonia* na sociedade civil – o que dará a legitimidade e a força de direção para que a antiga classe subalterna, efetivamente, avance na agenda revolucionária e conclua uma verdadeira revolução socialista, alcançando os mecanismos de dominação infraestruturais e rompendo, finalmente, com a propriedade privada de produção, contando com o consentimento ativo da maioria da sociedade.

Gramsci defende, pois, um estudo aprofundado das "trincheiras" na sociedade civil (GRAMSCI, 1991, p. 73) dos países capitalistas avançados para que se possa planejar cuidadosas e efetivas ações de mudança nas relações sociais de produção. Sem isso, corre-se novamente o risco de cair em reformismos ingênuos, onde as ações atacam somente a superfície dos problemas estruturais para, em seguida, gerar retrocessos e reforçar a dominação do capital:

(...) a perspectiva que Gramsci procura imprimir ao movimento operário e a sua concepção de “hegemonia” estão inteiramente inspiradas no objetivo de combater: 1) a social-democracia; e 2) as forças da “democracia” burguesa. Aquilo que Gramsci adverte sobre a situação russa é que, no Ocidente, a revolução e o bolchevismo não podem ter êxito se, já antes da revolução, não se provoca **um deslocamento de forças em sentido revolucionário, capaz de assegurar, sobre uma base autônoma, um fundamento adequado à futura gestão do aparato produtivo moderno e do Estado.** (SALVADORI, 2012, p. 100 – grifo meu)

Os avanços da sociedade civil continuam a acelerar ao longo do tempo e o Estado ampliado cada vez se torna mais abrangente para fora do campo político tradicional – o poder efetivo, pois, apresenta-se dialeticamente *concentrado* (na mão da classe dominante e no domínio da infraestrutura, no modo de produzir capitalista) mas também se mostra *diluído* (em termos estratégicos, espalhando-se ao longo das superestruturas cada vez mais numerosas e complexas).

Não é difícil notar que quanto maior o grau de "ocidentalização" de um país, maior e mais complexos são os instrumentos de defesa da hegemonia dominante nas trincheiras superestruturais da sociedade. Daí decorre a confirmação do que já afirmara

Gramsci ao apontar que a guerra de posição seria a "única possível no Ocidente" (GRAMSCI, 1991, p. 74).

Porém, uma pergunta surge e deve ser estudada: seria essa sociedade civil complexa – e cada vez mais complexa – uma superestrutura homogênea e simples de controlar? Não seria possível imaginar que, em um movimento dialético nessa formação cada vez mais avançada da sociedade civil, surja o embrião de um novo processo contraditório que fuja do controle hegemônico e permita ao menos enfraquecer algumas trincheiras? Seriam os movimentos contemporâneos do tipo Occupy e o uso das redes sociais um sinal dessa possibilidade?

Talvez ainda seja cedo para afirmar isso, mas os movimentos no século XXI, bem como o avanço tecnológico cada vez mais necessário para dar concretude às revoluções passivas, poderão nos dar algumas respostas.

Seria profético e poético, contudo, para a teoria marxista se, de um modo materialista e dialético, a crescente formação da sociedade civil chegasse a um ponto de complexidade no qual ela mesma acabe por gerar as forças e armas contraditórias que irão, ao menos parcialmente, auxiliar na luta de trincheiras que, enfim, viabilizariam uma mudança infraestrutural no momento de uma crise orgânica futura. Mas nada disso acontecerá sem um forte planejamento e estruturação das classes subalternas: como a história insiste em nos mostrar, a crise orgânica apenas abre a janela para uma mudança revolucionária. É preciso estar preparado – enquanto *classe organizada e dirigente* – para assumir o papel de condutor *político* no processo histórico:

Estamos testemunhando o aparecimento de um novo tipo de movimento social, que ainda é embrionário, por isso ainda não foi capaz de alterar fundamentalmente a política. Mas foi assim em muitos momentos da História. Este pode ser o começo de um longo processo de mobilização. (CASTELLS, 2013)

Para atingir o objetivo maior de uma revolução efetiva em uma guerra de posição gramsciana, é preciso que a organização política aconteça de forma ampla, legítima e consciente. Para tal, o papel do partido (em seu sentido amplo, *dirigente*) é fundamental, uma vez que:

(...) os partidos têm a missão de criar dirigentes capazes, são a função de massa que seleciona, desenvolve, multiplica os dirigentes necessários para que um grupo social definido se articule e, do caos tumultuado, transforme-se em exército político organicamente predisposto. (GRAMSCI, 1991, p. 86)

Essa função de formação que o partido exerce é essencial para que se concretize uma reforma intelectual e moral que, por conseguinte, torne-se ação *política*, com uma estrutura organizada democraticamente, onde as proporções necessárias dos tipos de dirigentes – conforme as necessidades políticas específicas em cada momento da guerra de posição – estejam sempre atendidas e em constante renovação.

Gramsci (1991, p. 84) usa o "teorema das proporções definidas" como forma de destacar que há certamente a necessidade de uma construção *prática* do partido, ou seja, de compreender o papel e a formação necessária de cada integrante. Mas essa proporção "ideal" não advém de algo abstrato ou meramente racional (no sentido intelectual puro), e sim da profunda leitura das condições concretas e históricas presentes, aliadas à vontade prática e experimental em busca da plena realização e superação das contradições que se apresentam no sistema capitalista.

Cabe salientar, contudo, que não existe formação partidária ideal no sentido absoluto e nem fórmula matemática para determiná-la ou mesmo chegar a ela. Cada situação histórica e cada conquista gera novos movimentos na guerra de posição que exigem – ou podem exigir – alterações e releituras como forma de identificar a nova proporção adequada entre a quantidade e a qualidade dos diversos integrantes do partido, de modo que cada função exerça uma força unitária na conquista da nova hegemonia desejada pela vontade de classe que se torna consciente:

Todo colapso traz consigo desordem intelectual e moral. É necessário criar homens sóbrios, pacientes, que não se desesperem diante dos piores horrores e não se exaltem em face de qualquer tolice. **Pessimismo da inteligência, otimismo da vontade.** (GRAMSCI, 2000a, p. 267, grifo meu)

1.4. Estado ampliado e a importância do consenso na Sociedade Civil

Se Gramsci define o Estado como "todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não só o seu domínio, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados" (GRAMSCI, 1991, p. 87), é preciso compreender essa ampliação do conceito para que seja possível atuar politicamente. Quando se restringe o Estado ao seu conceito limitado e pobre que enxerga apenas os poderes tradicionalmente estruturados (executivo, legislativo, judiciário), ignora-se que a estrutura do mundo capitalista contemporâneo no Ocidente possui uma ampla sociedade civil com instituições que atuam politicamente para garantir a força do poder hegemônico. O poder, portanto, não está apenas na sociedade política, e o estudo da política, portanto, precisa considerar a mais abrangente e precisa concepção de Estado *ampliado*, representado por sociedade política *mais* sociedade civil.

É ilusório, pois, imaginar que o sistema democrático representativo realmente funcione no simplismo da premissa "uma cabeça, um voto", onde todos teriam – formalmente – a mesma força de expressão e atuação política. O jogo político, na verdade, inicia-se em diversos outros momentos e processos históricos, apresentando-se como uma construção muito mais complexa. Como alerta Gramsci (1991, p. 88), "(...) as ideias e as opiniões não 'nascem' espontaneamente no cérebro de cada indivíduo: tiveram um centro de formação, de irradiação, de difusão, de persuasão, um grupo de homens ou inclusive uma individualidade que as elaborou e apresentou sob a forma política de atualidade".

Percebe-se que há uma assimetria enorme entre o momento do voto e toda a construção política que o determina e o limita. E fica claro em um estudo aprofundado do processo político que "o consentimento não tem no momento do voto uma fase final, ao contrário" (GRAMSCI, 1991, p. 89), ou seja, o voto só adquire verdadeira força de manifestação quando os cidadãos podem efetivamente participar, de forma permanente, no amplo processo político, não sendo tratados apenas como massa amorfa de manobra das elites.

Quando o dirigente comunista espanhol Fernando Claudín disse que "toda revolução social, tanto socialista como burguesa, comprehende como momento necessário

a revolução política, a passagem do poder a uma nova classe" (CLAUDÍN, 1985, p. 51-52), é preciso destacar que, quando se fala de "poder", não é simplesmente o poder político e soberano, e portanto não é apenas por meio de uma eleição de um candidato da classe revolucionária que se promove uma revolução. É preciso compreender a totalidade da força de poder no Estado ampliado, tanto na sociedade civil quanto na sociedade política.

As instituições e normas do direito devem ser adequadas à nova vontade hegemônica, ou seja, "a concepção do direito deverá ser libertada de todo resíduo de transcendência e de absoluto", e "o Estado deve ser concebido como 'educador', desde que tende a criar um novo tipo ou nível de civilização" (GRAMSCI, 1991, p. 96). O direito e o Estado, assim como outras superestruturas, possuem papel importante na organização da nova sociedade e na aceleração das mudanças, mas devem sempre ser compreendidos e utilizados com cautela, não deixando a sociedade limitada a eles. Ou seja, o Estado e o Direito devem ser vistos como *instrumentos*, como *meios temporários* para alcance de um fim maior, e esses meios portanto devem também ser superados (e eliminados) posteriormente.

A ideia de Gramsci é que se possa, a partir de uma construção que já apresente elementos no presente, chegar a um novo futuro com características bastante distintas da atual "liberdade" burguesa, ilusória, passando a um momento de liberdade plena, uma "sociedade regulada" onde os direitos individuais são efetivamente respeitados de forma orgânica, sem a necessidade futura de elementos de coerção externa:

(...) uma classe que se ponha a si mesma como passível de assimilar toda a sociedade e seja ao mesmo tempo realmente capaz de exprimir este processo, leva à perfeição esta concepção de Estado e do Direito, de tal forma a conceber o fim do Estado e do Direito por inúteis, por terem exaurido suas funções e por terem sido absorvidos pela sociedade civil. (GRAMSCI, 2000b, p. 271)

A importância da sociedade civil para a manutenção de uma *hegemonia* é reconhecida até mesmo nas estratégias – veladas ou não – de manutenção ou tomada de poder adotadas pelos países capitalistas, onde as instituições civis (os *aparelhos privados de hegemonia*, na terminologia gramsciana) são consideradas alvos estratégicos para

interferências ideológicas – inclusive para ações desestabilizantes em países considerados "inimigos" do sistema do capital.

Um exemplo dessa estratégia em andamento no século XXI pode ser visto na Venezuela de Hugo Chávez, presidente falecido em março de 2013 após implementar um governo com viés socialista de 1999 a 2013. O ex-embaixador dos Estados Unidos na Venezuela, William Brownfield, escreveu o seguinte em um memorando secreto no ano de 2006: "A sociedade civil organizada é um pilar cada vez mais importante da democracia, no qual o presidente Chávez ainda não foi capaz de assegurar o controle completo"; destaca-se ainda que, entre 2004 e 2006, quinze milhões de dólares foram doados para mais de 300 entidades da sociedade civil venezuelana (VIANA e BODENMULLER, 2013).

Essa simples – mas emblemática – constatação da diplomacia estadunidense demonstra que, entre as estratégias daquele país para desestabilizar o governo chavista, o uso da sociedade civil organizada era considerado fundamental. A ironia dessa posição, como em tantos outros casos de intervenção dos EUA na história do século XX e XXI, é a afirmação de que essa atuação secreta era feita em nome da "democracia" quando, obviamente, era feita em nome da defesa do capitalismo em geral, e dos interesses estadunidenses em particular.

As necessidades constantes de intervenção dos países centrais e a busca por ampliação do domínio da classe dominante na sociedade civil global demonstram o funcionamento contemporâneo das *estruturas de poder* no Estado *ampliado*. Contudo, cabe destacar que, mesmo com o esforço da classe dominante para manter o domínio hegemônico na sociedade civil, as crises orgânicas do capital continuam a acontecer.

Para Gramsci, o momento de crise orgânica é um momento-chave para a tomada de poder no Estado ampliado, por meio de uma reforma intelectual e moral. Certamente essa reforma já precisaria estar em andamento (dentro da sociedade civil) quando da chegada de uma crise orgânica. O momento de crise acentuaria e destacaria as contradições do modo de produção capitalista, abrindo espaço para alternativas.

Porém, isso não ocorreu nas diversas crises orgânicas ocidentais da história. Temos que nos perguntar sobre o motivo. Teria a classe dominante realmente sido mais

ágil e antecipado uma revolução passiva em todas essas vezes, como forma de evitar uma tomada de poder pela classe oprimida? Ou será que a classe oprimida não estava pronta para assumir o poder, pois não havia se estruturado de forma *hegemônica na sociedade civil*, não havendo intelectuais orgânicos da classe subalterna conduzindo uma *guerra de posição* e uma reforma intelectual e moral?

A pergunta que devemos fazer é: caso a classe dominante não conduzisse uma revolução passiva, o que aconteceria nesse contexto onde não há um novo consenso alternativo presente na sociedade civil? Seria possível o sistema do capital sustentar-se por tempo indeterminado nessas situações?

Um argumento que pode ser colocado em contestação a essa afirmação é que o sistema do capital *precisa sempre se reinventar*, e que somente graças a sucessivas revoluções passivas foi possível que a crise não atingisse, até o momento, os detentores de capital e poder. Cabe então identificar os possíveis *limites* do alcance efetivo das revoluções passivas a cada nova - e mais grave - crise orgânica do capitalismo.

O que aconteceria se, nas condições históricas do capitalismo do século XXI, a classe dominante não apresentasse uma revolução *passiva* e, ao mesmo tempo, a classe oprimida também não apresentasse nenhuma proposta de revolução *efetiva*? Em que esse aparente "impasse" resultaria? E, nesse contexto de incertezas, qual a importância de uma nova forma de *educação orgânica* historicamente estruturada como estratégia de *guerra de posição* pela classe subalterna e seus intelectuais?

Essas são perguntas importantes pois nos conduzem a hipóteses que merecem uma análise das possibilidades de sucesso de qualquer alternativa revolucionária *efetiva*.

CAPÍTULO 2: O CONTEXTO HISTÓRICO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E OS LIMITES DA ESTRATÉGIA REFORMISTA

2.1. O avanço da dominação cultural no sistema capitalista

Quando o cineasta e escritor italiano Pier Paolo Pasolini disse, em entrevista no ano de 1975, que "as classes existem, mas (...) a luta de classes é no plano econômico, não mais no plano cultural. Agora, a diferença é econômica entre um burguês e um operário, mas não há mais diferença cultural entre os dois"², ele destacava a padronização e a dominação *cultural* (superestrutural) que ocorrera no modo de viver do cidadão italiano do século XX, em especial após a Segunda Guerra Mundial.

De fato, Pasolini percebera o avanço inexorável de uma era de forte *consumismo* que se expandiria globalmente ao longo das décadas seguintes e entraria no século XXI com enorme aceitação social, *naturalizada* artificialmente, determinando novos valores socioculturais que ajudariam o capitalismo a se adaptar e se reinventar com a pregação da "religião do consumo", egoísta e alienante, aumentando assim a força de seu consenso hegemônico na sociedade civil.

Em seu cerne, o modo de produção capitalista é *totalizante*, ou seja, abarca toda a sociedade em determinado momento histórico, sob determinadas condições e procurando, sempre, favorecer seu objetivo central e incessante de obtenção de lucro. Trabalho para o capitalista é somente o trabalho *produtivo*. Isso significa que, dentro e fora da esfera econômica, o objetivo do sistema – infraestrutural e superestrutural – é produzir mais-valia e valorizar o capital, direta ou indiretamente. Todas as instituições da sociedade devem atuar nesse sentido:

Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. Se for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, então um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de

² Entrevista publicada no jornal *La Repubblica*, em 16/12/2011. Tradução disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/505158-eu-sei-que-muitos-pensam-que-sou-louco-mas-o-humanismo-esta-no-fim-intervista-com-pier-paolo-pasolini>>.

ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera nada na relação. (MARX, 1996, v.1, t.2, p. 138)

Zygmunt Bauman (2007, p.13) defende que durante o século XX ocorreu uma importante transformação: a sociedade capitalista deixou de ser uma sociedade de *produção* para se tornar uma sociedade de *consumo*. Nessa nova conjuntura, a força das superestruturas – que replicam e difundem a cultura do *consumismo* – cresceu e continua a se expandir como forma de retroalimentação no processo de acumulação de capital, com o agravante de transformar gradualmente os *cidadãos* em meros *consumidores* (e até em *mercadorias*), distanciando-os cada vez mais das lutas políticas e da consciência dos males do sistema capitalista.

Há, assim, o risco de que a classe subalterna caia em um *imobilismo* gerado pelo mecanismo de consumo e competição que ignora seus resultados contraditórios na tomada de consciência individual e do mundo social-real, como destaca Milton Santos:

O consumo é o grande emoliente, produtor ou encorajador de imobilismos. Ele é, também, um veículo de narcisismos, por meio dos seus estímulos estéticos, morais, sociais; e aparece como o grande fundamentalismo do nosso tempo, porque alcança e envolve toda a gente. Por isso, o entendimento do que é o mundo passa pelo consumo e pela competitividade, ambos fundados no mesmo sistema da ideologia.

Consumismo e competitividade levam ao emagrecimento moral e intelectual da pessoa, à redução da personalidade e da visão de mundo, convidando, também, a esquecer a oposição fundamental entre a figura do consumidor e a figura do cidadão. As classes chamadas superiores, incluindo as classes médias, jamais quiseram ser cidadãs; os pobres jamais puderam ser cidadãos. As classes médias foram condicionadas a apenas querer privilégios e não direitos. E isso é um dado essencial do entendimento do Brasil: de como os partidos se organizam e funcionam; de como a política se dá, de como a sociedade se move. E aí também as camadas intelectuais têm responsabilidade, porque trasladaram, sem maior imaginação ou criatividade, à condição da classe média européia, lutando pela ampliação dos direitos políticos, econômicos e sociais, para o caso brasileiro e atribuindo, assim, por equívoco, à classe média brasileira um papel de modernização e de progresso que, pela sua própria constituição, ela não poderia ter. (SANTOS, 2000, p. 49-50)

O filósofo Herbert Marcuse também apontava, na segunda metade do século XX, que tal avanço da indústria cultural levaria a uma provável "acomodação" nos conflitos de classe da sociedade e a um *controle* da classe subalterna. Quando todos nos

vemos ou nos sentimos "iguais" apenas pela via do consumo e do aparente compartilhamento da cultura da sociedade afluente, a tendência é que relativizemos ou ignoremos os problemas sociais mais graves, a desigualdade e as injustiças geradas por essa mesma sociedade:

Se o trabalhador e seu patrão assistem ao mesmo programa de televisão e visitam os mesmos pontos pitorescos, se a datilógrafa se apresenta tão atraentemente pintada quanto a filha do patrão, se o negro possui um Cadillac, se todos lêem o mesmo jornal, essa assimilação não indica o desaparecimento de classes, mas a extensão com que as necessidades e satisfações que servem à preservação do Estabelecimento é compartilhada pela população subjacente. (MARCUSE, 1973, p. 29)

E as mudanças conduzidas pela classe dominante para "naturalizar" o capitalismo e associar sua existência como sendo "a única possível" não pararam de acontecer. Ao adentrarmos a realidade do início do século XXI, é importante perceber que o mundo contemporâneo continua a sofrer *mutações* e já apresenta novas particularidades que não necessariamente se encaixam em modelos de revolução socialista pré-estabelecidos, nem em categorias elaboradas em um contexto de sociedade deveras distinto do mundo de consumo e tecnologia atual. É preciso refletir em termos *históricos*, não absolutos, para identificar possibilidades de mudança e revolução, como já explicava Marx em sua maior obra:

O reflexo religioso do mundo real somente pode desaparecer quando as circunstâncias cotidianas, da vida prática, representarem para os homens relações transparentes e racionais entre si e com a natureza. A figura do processo social da vida, isto é, do processo da produção material, apenas se desprenderá do seu místico véu nebuloso quando, como produto de homens livremente socializados, ela ficar sob seu controle consciente e planejado. Para tanto, porém, se requer uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, são o produto natural de uma evolução histórica longa e penosa. (MARX, 1996, v. 1, t. 1, p. 205)

Se essa necessidade de uma leitura *crítica e profunda* das relações sociais de produção já era bastante evidente para a compreensão dos desdobramentos dos conceitos marxianos no desenrolar do século XX, os primeiros anos do século XXI apontam para a necessidade histórica de um ainda maior avanço no embate entre o capitalismo e suas alternativas.

As recorrentes *crises orgânicas* insistem em mostrar as fragilidades inerentes (e insolúveis) da "religião do mercado", do cerne da estrutura de produção capitalista, mas os discursos e as ações corretivas se entrincheiram no cerne da sociedade civil com uma mensagem de dominação que mistura medo, resignação e uma fé no próprio desenvolvimento (*ad eternum*) do sistema capitalista como a solução dos problemas. Essa solução apresenta-se sob a forma de novas *revoluções passivas* que oferecem a *aparência de progresso social*, quando na prática é apenas mais uma tentativa – com sucesso, do ponto de vista da classe dominante – de postergar um fim trágico para o sistema do capital. O contexto para a compreensão do capitalismo contemporâneo exige assim uma maior (e mais crítica) amplitude na leitura da realidade superestrutural uma vez que “o desenvolvimento do século XX foi caracterizado pela crescente influência de fatores ‘extraeconômicos’” (MÉSZÁROS, 2010, p. 122).

Não é difícil notar que a crescente complexidade da sociedade civil, da criatividade humana, da força dos discursos e dos contínuos avanços tecnológicos, somados ao cinismo dos detentores do poder econômico, formam uma barreira incrivelmente eficaz para a manutenção do *status quo* das relações sociais de produção, mesmo em contextos de crises orgânicas gravíssimas.

A mensagem do *progresso*, a distorção cínica das causas das crises e a defesa do capitalismo como "única forma de viver" são elementos de dominação simbólica e prática disseminados e aceitos pela população mundial sem grandes contestações, com apoio das superestruturas comandadas pela classe dominante – a mídia, os economistas do *establishment* etc. É preciso, pois, atenção e renovação do pensamento revolucionário, compreendendo e analisando em profundidade cada novo contexto que se apresenta no processo histórico.

O início do século XXI nos apresenta importantes questões: por que essa dominação ideológico-hegemônica ocorre de forma recorrente, mudando apenas seus "disfarces" em cada novo contexto histórico? E por que algumas pessoas – em especial, alguns intelectuais orgânicos – são "imunes" a esse discurso cínico, mas ainda assim não conseguem transmitir, organizar e proporcionar a divulgação de uma crítica à sociedade capitalista contemporânea, escondida atrás da dissimulação e personificação "mutante" do capital? Por fim, que elementos concretos dentro do processo histórico podem dar voz

efetiva a uma organização política, com intelectuais orgânicos e uma estrutura que permitam a realização de uma reforma intelectual e moral que avance no caminho da superação do sistema do capital?

2.2 O novo contexto histórico: a sociedade global após a queda do Muro de Berlim

No contexto do capitalismo no início do século XXI, é necessário destacar as principais mudanças que ocorreram – ou que se encontram em andamento – na sociedade contemporânea em relação à sociedade do século anterior, ou seja, cabe identificar possíveis elementos estruturais ou superestruturais que apontem para diferenças relevantes no sistema do capital e que possam apontar para possibilidades (ou dificuldades) na perpetuação ou no combate do *status quo*.

A crise orgânica mundial de 2008, a maior crise do sistema capitalista desde 1929, permite uma leitura – ainda que parcial – da situação recente do sistema econômico e da força das hegemonias nas superestruturas no início do século XXI. Um fato que precisa ser destacado, ainda que não seja o único, é o resultado da queda do muro de Berlim em 1989, com a consequente perda de espaço das opções socialistas e comunistas no mundo.

A partir da década de 1990, o que se pôde notar foi um avanço sem precedentes do modelo econômico neoliberal capitalista, onde o papel do Estado foi reduzido e o mercado foi beneficiado com uma crescente privatização e desregulamentação nos mais diversos setores da economia, dando início a um momento de *conflito* dessa nova estrutura econômica com a solução reformista do Estado de Bem-Estar Social desenvolvida anteriormente no século XX, em especial após o término da 2^a Guerra Mundial.

É possível perceber, pois, que o pensamento socialista sofreu um grande enfraquecimento após 1989 e muitos partidos políticos radicais de esquerda, na busca pelo poder, aderiram a uma solução *social-democrata*, ou seja, o contraponto ao neoliberalismo exacerbado não era mais apresentado como uma revolução socialista, mas sim apenas como um *reformismo* dentro do próprio sistema capitalista, cujo objetivo concreto se expressava na criação, manutenção ou ampliação do Estado de Bem-Estar Social desenvolvido (de forma não-homogênea) nos Estados Unidos e na Europa.

De acordo com a velocidade e o alcance desse processo, o reformismo podia ser apresentado como *fraco* ou *forte* – mas nunca chegava ao elemento de revolução e enfrentamento da hegemonia do capital, bem como deixava de lado uma estratégia de construção de uma nova hegemonia (proletária) na sociedade civil via reforma intelectual e moral. A tomada do poder na sociedade política tornou-se o fim principal dos partidos progressistas, abrindo mão de bandeiras históricas socialistas e optando por discursos mais conservadores³.

O ponto fundamental do modelo capitalista, portanto, não foi sequer questionado pela nova estratégia desses partidos de esquerda: a propriedade privada dos meios de produção esteve preservada em todos os discursos e práticas dos social-democratas, uma vez que passaram a defender a possibilidade de "domar" o capitalismo sem superá-lo, atuando de forma gradual – e bastante limitada – para distribuir renda, reduzir a pobreza e a miséria e, enfim, tentar melhorar a vida dos mais pobres sem alteração do *status quo* em seu ponto central:

O principal papel dos partidos social-democratas (...) limita-se agora a *entregar o trabalho ao capital* e a usar as pessoas como *ferramentas eleitorais* para os propósitos da legitimação espúria do *status quo* perpetuado sob o pretexto do processo eleitoral 'aberto' e 'plenamente democrático'." (MÉSZÁROS, 2010, p. 130, grifos do autor)

O problema dessa estratégia, portanto, está no limite estrutural e nas contradições do sistema capitalista. É certamente possível a melhoria *relativa* das condições de vida de parcelas subalternas da população no curto e médio prazos – como no caso do pós-guerra na Europa com o Estado de Bem-Estar Social –, mas os insolúveis problemas do capitalismo apresentarão contradições em algum momento futuro, podendo inclusive reverter os avanços obtidos.

Segundo Marx (1996, v.1, t.1, p. 435), “é impulso imanente e tendência constante do capital aumentar a força produtiva do trabalho para baratear a mercadoria e, mediante o barateamento da mercadoria, baratear o próprio trabalhador”. Ou seja, há uma tendência do modo de produção capitalista em buscar formas de gerar acréscimo na força

³ Essa estratégia permitiu que partidos com viés de esquerda chegassem ao poder político, como foi o caso do Partido dos Trabalhadores no Brasil, em 2002, quando Luis Inácio Lula da Silva foi eleito com uma plataforma de "centro-esquerda" na qual não havia nenhuma posição revolucionária ou que apontasse para uma busca futura por algum tipo de socialismo.

produtiva do trabalho e obter, assim, acréscimo na mais-valia relativa extraída do trabalhador. É parte do processo de acumulação e reprodução do capital.

No limite, em um momento de crise orgânica no qual ocorre um “travamento” nesse processo de reprodução, as revoluções passivas exigiam uma alteração no modo de produzir, gerando assim as condições básicas para uma retomada do processo interminável e insaciável de geração de lucro e obtenção de mais-valia. Novos modos de produção permitiam uma reorganização da própria maneira de existir da sociedade, dando novo “fôlego” ao capitalismo e, assim, permitindo a superação – ainda que temporária – das contradições limítrofes encontradas em determinado momento histórico.

No passado, em momentos de crise orgânica, as *revoluções passivas* direcionadas e controladas pela classe dominante ofereceram benefícios em um primeiro momento para a classe trabalhadora, como forma de negociação nessa situação de conflito e risco para o capital. Mas, assim que a situação de *hegemonia* foi recuperada, gradualmente esses avanços foram revertidos em perdas para o proletariado de modo a financiar um novo processo de acumulação de capital.

As revoluções passivas, portanto, eram vistas como uma fundamental necessidade da hegemonia capitalista, uma forma de garantir o poder contra a "ameaça comunista". Faziam-se, pois, concessões diversas em um primeiro momento, que depois seriam aos poucos desfeitas, reduzidas ou relativizadas em momentos de reorganização das forças produtivas em torno do modelo hegemônico dominante, enfraquecendo assim, por mais algum tempo, a possibilidade de surgimento e organização na sociedade civil de uma proposta de poder *alternativa* – e revolucionária – pela classe dominada.

Não há "bondade" do sistema do capital quando ele oferece benefícios aos trabalhadores: ele o faz por tática de proteção de seu modo de produção e, sempre que possível ou necessário, a classe dominante tentará retirar da classe subalterna tudo o que no passado lhe concedeu por força de coação em momentos de crise de hegemonia:

Em qualquer malandragem com ações ninguém ignora que um dia a casa cai, porém todos confiam que ela cairá sobre a cabeça do próximo, após ele próprio ter colhido a chuva de ouro e a posto em segurança. *Après moi le déluge!* é a divisa de todo capitalista e toda nação capitalista. **O capital não tem, por isso, a menor consideração pela saúde e duração**

de vida do trabalhador, a não ser quando é coagido pela sociedade a ter consideração. (MARX, 1996, v.1, t.1, p. 383 – grifo meu)

Nesse contexto, o Estado de Bem-Estar Social pode ser caracterizado como uma estratégia de *revolução passiva gradual*, de modo a evitar conflitos e amenizar – na verdade, *postergar* – os efeitos nocivos do desenvolvimento irracional das forças produtivas no capitalismo tardio do século XX. A experiência do comunismo pode ser vista como um dos *catalisadores* para o avanço da social-democracia reformista na Europa e das conquistas parciais da classe trabalhadora no século XX, uma vez que o risco de uma revolução socialista era percebido como possível e real. Havia, pois, o *medo de perda do poder econômico* pela classe dominante.

Porém, como Marx previu, as contradições *estruturais* (econômicas) apenas se acumulam no interior do sistema, sendo deslocadas e escondidas nas superestruturas, na cultura consumista e na fé do progresso material, mas em determinados momentos essa situação alcança um novo limite, e a crise orgânica de 2008 atesta essa impossibilidade de o sistema capitalista manter eternamente controladas suas contradições.

A grande diferença a ser observada na situação socioeconômica e cultural depois da crise de 2008 foi a resposta imediata dada pela classe dominante e pela classe subalterna. Diferentemente do que ocorreu em momentos históricos anteriores a 1989, dada a ausência em 2008 de alternativas estruturadas da esquerda socialista – enfraquecidas a partir da queda do muro de Berlim –, a realidade mostrou uma série de movimentos de indignação mas com pouca organização política prática (movimentos "Occupy"), enfraquecendo a apresentação de propostas naquele momento de crise orgânica e limitando a ação de protesto a um movimento de negação "pura", sem avançar para uma possibilidade positiva de *síntese* posterior que atenderia a um processo dialético-histórico de superação das contradições denunciadas.

Ou seja, se no passado a classe subalterna se unia para pressionar por uma revolução efetiva socialista, a partir de 2008, considerando que a "ameaça comunista" praticamente desapareceu das discussões e lutas políticas, reduzida de tal modo a não representar mais uma alternativa possível, esse movimento de pressão das classes excluídas se limitou a passar uma mensagem de *indignação*, mas sem força de pressão para avançar em uma ampla *guerra de posição*, uma vez que não havia uma *estrutura de*

partido representativo da classe subalterna na sociedade civil para organizar uma alternativa socialista.

Nos momentos de crise pós-2008, não há mais a pressão de uma possível *revolução socialista* – o fracasso da experiência do socialismo real representou um retrocesso no modo de pensar crítico, deixando um vácuo que foi logo ocupado pelo pensamento único da indústria cultural capitalista. Daí decorreram os prognósticos precipitados de "vitória" do capital, de "fim da história" e outras tentativas de enquadramento do pensamento crítico. Ainda que o impacto desse discurso não tenha sido absoluto e vários intelectuais socialistas insistirem na crítica ao modelo do capital, é inegável notar que essa propaganda enviesada resultou na estruturação de uma força simbólica que viria a restringir novas tentativas de pensamento (e ação) que tivessem como base modelos econômicos alternativos.

No momento de crise orgânica, o qual poderia resultar em forte disputa entre hegemonias e de possibilidade de superação do capitalismo via socialismo (*revolução efetiva*), a situação do início do século XXI aponta para uma *nova realidade superestrutural e um novo Estado ampliado*. Se em momentos anteriores a 1989 havia ao menos uma pressão socialista efetiva – com base na experiência comunista real da União Soviética –, a mudança nessa situação parece apontar para uma nova estrutura de forças e em uma possível perda de espaço da classe subalterna na guerra de posição.

Isso pode ser constatado não apenas na ausência de qualquer força organizada para realização de uma revolução efetiva, mas também na forma como a classe dominante conduz a sua mais recente revolução passiva. Se em momentos anteriores a 1989 a classe subalterna conquistava avanços parciais – dada sua organização e a existência da experiência socialista real –, a nova situação no século XXI, onde houve uma forte retração do pensamento e das opções socialistas, parece resultar na *redução de condições de barganha da classe subalterna nas negociações com a classe dominante*.

Como explica Marx (1996, v.1, t.1, p. 447), "o motivo que impulsiona e o objetivo que determina o processo de produção capitalista é a maior autovalorização possível do capital, isto é, a maior produção possível de mais-valia, portanto, a maior exploração possível da força de trabalho pelo capitalista". Ora, uma das formas de

exploração é a retirada de direitos trabalhistas de modo que seja possível fortalecer a relação de dominação, enfraquecendo sindicatos e a força conjunta do proletariado. Desse modo, uma estratégia de retorno ao passado em termos de direitos sociais e trabalhistas pode favorecer e permitir um novo ciclo de autovalorização do capital por meio da extração de mais-valia que, anteriormente, fora barrada pelas conquistas trabalhistas:

A produção da mais-valia absoluta gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona de alto a baixo os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais. (MARX, 1996, v.1, t.2, p. 138)

O discurso da burguesia de “flexibilização das regras trabalhistas” e "combate aos privilégios dos trabalhadores" é, pois, uma manipulação cínica: para gerar os empregos – que foram perdidos por causa da crise originada pelo capital – a solução apresentada é dar mais benefícios a esse mesmo capital, de modo a permitir uma precarização da força de trabalho e, assim, a ampliação da mais-valia a ser tomada pelo capital. O mesmo capital que gera a crise é recompensado por ela no momento em que a “alternativa” para saída da crise é um aprofundamento cínico da agenda neoliberal contemporânea favorável à classe dominante, retrocedendo e retirando direitos básicos conquistados arduamente pelos trabalhadores depois de décadas de pesadas lutas.

Se compreendermos de forma ampla que “o que os trabalhadores parciais perdem, concentra-se no capital com que se confrontam” (MARX, 1996, v.1, t.1, p. 475), então Antonio Cândido definiu bem esse processo histórico que se apresenta como um incessante círculo vicioso do modo de produção capitalista e da força de suas manobras para atingir sempre mais acumulação:

O capitalismo não tem face humana nenhuma. O capitalismo é baseado na mais-valia e no exército de reserva, como Marx definiu. É preciso ter sempre miseráveis para tirar o excesso que o capital precisar. E a mais-valia não tem limite.

Marx diz na 'Ideologia Alemã': as necessidades humanas são cumulativas e irreversíveis. Quando você anda descalço, você anda descalço. Quando você descobre a sandália, não quer mais andar descalço. Quando descobre o sapato, não quer mais a sandália. Quando descobre a meia, quer sapato com meia e por aí não tem mais fim. E o capitalismo está baseado nisso.

O que se pensa que é face humana do capitalismo é o que o socialismo arrancou dele com suor, lágrimas e sangue. Hoje é

normal o operário trabalhar oito horas, ter férias... tudo é conquista do socialismo. (CANDIDO, 2013)

As conquistas sociais das classes subalternas obtidas ao longo dos anos foram uma resposta da pressão *socialista*, ou seja, eram conquistas *exógenas* ao sistema do capital e, portanto, estarão sempre em risco de serem revertidas e eliminadas no momento em que a classe subalterna esteja enfraquecida e que a dominação cultural na sociedade civil impeça o desenvolvimento do pensamento crítico para contestar uma nova estratégia de revolução passiva em que seja possível esse enorme retrocesso de perda de direitos sociais e trabalhistas.

De fato, a tendência *endógena* do modo de produção capitalista não tem um lado humanista ou solidário e, portanto, não há no capitalismo uma preocupação direta e real com os problemas sociais. No passado, especialmente em momentos de crise orgânica, essa aparente “preocupação” era apenas cínica, temporária e estratégica: as mudanças na legislação trabalhista e o Estado de Bem-Estar Social foram maneiras encontradas pela classe dominante para postergar o colapso do sistema ao reduzir a força dos grupos políticos da classe subalterna, “pacificando-os” e, assim, buscando retirar da pauta política a discussão e a possibilidade de organização de uma revolução efetiva que pudesse conduzir ao socialismo.

Os avanços sociais progressistas dentro do sistema do capital apresentam-se como meros *instrumentos de manutenção do poder* e nunca são um fim em si mesmo. Um bem-estar parcial da sociedade em determinados momentos é *útil*, somente isso, e auxilia para esconder a natureza predadora que funciona ao seu redor. Em verdade, o modo de produção capitalista, na sua (imutável) essência, busca apenas se reproduzir indefinidamente e contraditoriamente por meio de absorção crescente de mais-valia. Assim, se as condições históricas permitirem que, em um momento de crise orgânica, esse processo de acumulação possa ser retomado com a retirada de direitos trabalhistas e com o consequente aumento da exploração do proletariado contemporâneo para ampliar a taxa de mais-trabalho absoluta ou relativa, o sistema do capital certamente o fará.

Cabe ressaltar que a estratégia da classe dominante de retirada de direitos da classe trabalhadora ou imposição de regras patronais abusivas não é nova. De forma positiva ou negativa, ou seja, implementando leis favoráveis ao capital ou revogando leis

que o limitem, a burguesia já adotava esse caminho de uso do poder do Estado nos primórdios do modo de produção capitalista:

A burguesia nascente precisa e emprega a força do Estado para ‘regular’ o salário, isto é, para comprimí-lo dentro dos limites convenientes à extração de mais-valia, para prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência. Esse é um momento essencial da assim chamada acumulação primitiva. (MARX, 1996, v.1, t.2, p. 359)

Nota-se que a luta pelo uso do poder do Estado entre as classes não é recente e nem deixou de continuar ao longo dos séculos, ainda que assumindo particularidades históricas distintas. Pode-se notar que o “grau normal de dependência” do trabalhador descrito por Marx é buscado pela classe dominante ao longo do processo histórico do capitalismo, em cada momento sendo particularizado o modo de exploração de acordo com as condições históricas existentes. Foi somente a pressão organizada das classes subalternas, especialmente em momentos de crise da hegemonia dominante, que permitiram algum avanço contra-hegemônico que favorecesse – ainda que temporariamente – a classe trabalhadora com legislações de proteção social, trabalhista e previdenciária.

A classe dominante somente cedeu em determinados momentos pois se sentiu ameaçada, enxergando tais concessões trabalhistas como uma forma de manter a base capitalista livre de riscos de uma revolução do proletariado ou para permitir um revolucionamento (passivo) necessário no modo de produzir que resultasse em um novo ciclo de acumulação. Mas tais concessões favoráveis à classe trabalhadora (mínimas que fossem) sempre foram vistas pela burguesia como uma “anomalia” em relação ao processo “natural” capitalista, à sua insaciável necessidade de geração de mais-valia a todo custo, explorando ao máximo o trabalhador assalariado.

A retomada em pleno século XXI da antiga estratégia de dominação do Estado utilizada desde os primeiros momentos de acumulação primitiva – agora adaptada às condições históricas contemporâneas – não deve ser vista como surpresa: a repetição da história, se e quando possível, será sempre utilizada como cínico instrumento do capital para permitir o estrangulamento da classe trabalhadora e a extração da mais-valia necessária à reprodução do sistema. Um desenrolar de fatos que se apresenta “a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa” (MARX, 2011, p. 25).

O cinismo do modo de produção capitalista e a sua busca por novos meios de gerar mais-valia não encontrou limites no passado e o comportamento da classe dominante contemporânea não é muito diferente da que Marx identificou durante o período manufatureiro:

Com o desenvolvimento da produção capitalista durante o período manufatureiro, a opinião pública da Europa perdeu o que lhe restava de sentimentos de vergonha e consciência. As nações se jactavam cincicamente de cada infâmia que fosse um meio para acumular capital. (MARX, 1998, v.1, t.2, p. 377)

Esse comportamento desavergonhado do sistema do capital, cuja diferença em cada momento histórico existe apenas nas novas formas criativas de mistificação e retórica, mantém-se sempre com o mesmo objetivo patológico de auto-reprodução sem limites.

O economista Paul Krugman, ao analisar a situação da Europa e dos Estados Unidos na segunda década do século XXI (período pós-crise 2008), resume bem o uso ideológico de argumentos economicistas como *austeridade fiscal* e contenção de gastos governamentais (que resultam em redução de programas e benefícios sociais importantes para a classe subalterna) como instrumento de política de dominação, ou seja, de expressão dos desejos das classes altas, “embrulhados” ideologicamente em definições acadêmicas, técnicas e até cincicamente moralistas:

(...) muitas pessoas têm a impressão visceral de que pecamos e precisamos nos redimir pelo sofrimento; e nem argumentos econômicos, nem a observação de que as pessoas que estão sofrendo hoje não são as mesmas que pecaram durante os anos da bolha, mudam muita coisa.

Entretanto, não é uma questão apenas de emoção versus lógica. Não é possível entender a influência da doutrina da austeridade sem falar em classe social e desigualdade.

(...) a agenda da austeridade se parece muito com uma simples expressão de preferências da classe alta, embrulhadas numa fachada de rigor acadêmico. O que o 1% mais rico da população quer torna-se o que a ciência econômica diz que devemos fazer. (KRUGMAN, 2013)

É preciso compreender os meios utilizados pelos defensores do capitalismo contemporâneo para justificar as recorrentes crises cíclicas econômicas (e estruturais-

orgânicas), principalmente em relação aos seus impactos sociais devastadores (o *aumento do desemprego e da precarização do trabalho* sendo talvez o principal deles). Nesse contexto, o discurso e a estratégia de ação da classe dominante apresentam-se sempre na forma de uma *impossibilidade de existência de alternativas* que, como resultado, gera na consciência civil o fortalecimento do consenso hegemônico pré-existente, uma acomodação e uma "prisão" dentro do sistema capitalista, que é apresentado como *totalidade única e implacável*. O discurso final, pois, é de que "não há outra saída" e devemos aceitar o "menor dos males":

(...) graças à perversa circularidade do sistema orgânico do capital plenamente completado – em que "cada relação econômica pressupõe todas as outras em sua forma econômica burguesa" e "tudo o que se estabeleceu é também um pressuposto" – o mundo do capital pôde também afirmar sua pretensão de ser uma "jaula de ferro" para sempre inoxidável da qual não se poderia ou deveria contemplar saída. (MÉSZÁROS, 2007, p. 56)

Não é difícil perceber essa estratégia em momentos onde são cobrados ajustes econômicos supostamente "necessários" nos diversos países capitalistas. A classe dominante, por meio do controle das superestruturas, faz o já conhecido *terrorismo de mercado* contra qualquer país que ouse seguir uma receita política ou econômica que fuja dos padrões aceitos pela ortodoxia. Não há espaço para qualquer política heterodoxa efetiva pois mesmo o *keynesianismo*, quando aceito enquanto alternativa, pode apenas ser efetivo no curto prazo como movimento anticíclico de retomada do crescimento econômico, mas ao longo do tempo a história mostra que ele esbarra nas mesmas limitações estruturais do sistema capitalista.

O que se pode observar é que os riscos que a classe dominante enfrentava no século XX durante as crises orgânicas parecem ter diminuído e, com isso, as estratégias adotadas durante o período de readequação do modo de produzir pelo sistema capitalista se apresentam em outro contexto histórico que permite uma *nova forma de revolução passiva*. Esse *novo*, ironicamente, apresenta-se como uma tática de retorno ao passado: a classe dominante na Europa, após a crise de 2008, apresentou como solução para a crise a redução de benefícios e programas sociais e previdenciários nos países mais frágeis (Grécia, Portugal e Espanha, principalmente).

Ora, isso contrasta com o que ocorreu em revoluções passivas no século XX pois o momento de crise orgânica sempre fora justamente um momento em que, por causa do risco de perda da hegemonia e de uma revolução efetiva, a classe dominante cedia benefícios para a classe subalterna como parte da estratégia de revolução passiva, concretizando assim as mudanças na forma de produzir que permitissem o início de um novo ciclo de acumulação do capital e a postergação dos efeitos definitivos das contradições do sistema capitalista.

Marcuse apontava, em 1969, que “(...) as contradições do capitalismo são provavelmente maiores que nunca. É certo que elas estão suspensas e são administradas; mas há limites para essa suspensão e administração.” (MARCUSE, 1999a, p. 74). O que podemos questionar é se esses limites não foram *expandidos* ao longo do final do século XX e se, após a queda do muro de Berlim, mesmo quando as contradições extrapolaram os mecanismos desenvolvidos no capitalismo tardio para sua “ contenção”, a ausência de alternativas e de mobilização estruturada levou a uma situação de crise orgânica sem risco prático de superação do sistema do capital, ainda que com existência de grupos e esforços – desordenados – de pressão e indignação.

É possível perceber uma importante diferença entre o momento histórico do final da década de 1960 e a primeira década do século XXI. Marcuse classificava aquela época como “(...) objetivamente revolucionária. Justamente por isso os sistemas existentes estão armados até os dentes” (MARCUSE, 1999a, p. 75), uma vez que a Guerra Fria estava em pleno andamento e, portanto, havia uma alternativa prática na disputa entre capitalismo e comunismo. Porém, a partir da década de 1990, a alternativa socialista perdeu força e foi vítima de intensos ataques ideológicos, o que explicaria – ao menos em parte – essa ausência de “objetividade revolucionária” na primeira década do século XXI. Como resultado desse processo, é possível caracterizar o primeiro momento de crise orgânica do novo século (crise mundial de 2008) como algo *original* em termos históricos, onde é preciso compreender a nova correlação de forças e as possibilidades de luta práticas dentro de um processo mais amplo.

A situação no século XXI parece, pois, apresentar diferenças históricas que permitem à classe dominante uma nova postura na mesa de negociações, aproveitando-se de uma hegemonia superestrutural culturalmente forte (decorrentes do reforço de propaganda cada vez mais intenso e, também, do impacto do fim da URSS sem que

nasçam outras alternativas concretas) para realizar mudanças que, em outros tempos, só seriam possíveis após a realização plena da revolução passiva.

Não se pode dizer que no início do século XXI o poder da classe dominante não seja contestado, mas os movimentos de indignação não conseguiram até o momento se tornar efetivos na apresentação de uma hegemonia alternativa e ampla, nem aparecerem representados nas *superestruturas*.

Desse modo, os descontentamentos com o sistema capitalista ainda aparecem, em especial nos momentos de crise; mas, como não há uma real *alternativa estruturada* ao modelo capitalista contemporâneo, o que antes era uma *necessidade imediata* – fazer a revolução passiva, com concessões à classe trabalhadora, para assim manter o poder – pode, no início do século XXI, ser feito de forma bem mais favorável à classe dominante. Ajustes ainda são necessários para reviver e recuperar o modelo de acumulação do capital pois as crises continuam a acontecer; porém, dado o novo contexto pós-comunismo, as possibilidades (e, portanto, o risco) de alteração do modelo via revolução, ou mesmo da existência de alguma proposta alternativa à esquerda, tornam-se cada vez menores, quiçá praticamente inexistentes em alguns momentos.

Mesmo sem termos ainda um distanciamento histórico para uma análise mais precisa e completa, cabe notarmos que a crise orgânica de 2008 talvez represente o melhor exemplo de como a relação entre *crise orgânica* e *revolução passiva* modificou-se no novo contexto histórico do início do século XXI. Se no passado a resposta da classe dominante seria uma reestruturação do modo de produzir e de viver, somada a algumas concessões às classes trabalhadoras para retomar os caminhos do capital em uma nova conjuntura, na situação presente ocorreu, talvez pela primeira vez, uma revolução passiva *atípica*, que podemos chamar de *involução passiva*.

Conduzida de cima para baixo – e, portanto, mantendo seu direcionamento *passivo* –, essa *involução* levou países europeus a adotarem um caminho até então não experimentado em momentos de crises orgânicas: a solução oferecida era um misto de *austeridade fiscal* com *retirada de direitos trabalhistas e previdenciários*. Ou seja, ao invés de serem oferecidos *benefícios* à população em um momento de crise – como era comum nas revoluções passivas do século XX –, a ausência de uma *alternativa política real* (comunismo ou qualquer outra possibilidade socialista) levou a classe dominante a adotar

uma estratégia ainda mais perversa, onde ela se aproveitou do próprio momento de crise para fortalecer seu poder econômico, político e social.

Desse modo, cabe destacar que também não houve a necessidade *imediata* de uma revolução no modo de produzir e de viver: optou-se, ao contrário, por um certo retrocesso (ou, ao menos, uma *estagnação*) no campo da produção, somando-se a uma volta ao passado no campo social com a retirada de direitos da classe dominada (redução de pensões e gastos sociais do Estado) e fortalecendo o individualismo liberal como sendo "única ideologia possível". Isso foi vendido, em especial pela *troika* na Europa, como "única saída" – e ganhou força pois não havia um projeto de poder alternativo estruturado ou mesmo uma estrutura revolucionária que ameaçasse efetivamente o poder constituído.

É preciso notar que a chegada a esse contexto político não ocorreu por acaso. As mudanças desenvolvidas no modelo capitalista em sua vertente contemporânea no final do século XX e início do século XXI explicam, ao menos parcialmente, o motivo de a nova sociedade contemporânea não ter conseguido desenvolver alternativas e possibilidades, e o motivo de o poder político capitalista ter se expandido e se consolidado de forma a ficar acima do poder soberano das nações.

O fim da experiência comunista na Europa certamente foi um dos fatores que levou a tal nova estruturação de poder, mas outro importante movimento também deve ser responsabilizado: o *reformismo nas esquerdas* que chegaram ao poder, que optaram por um caminho contraditório de unir avanços sociais com o conservadorismo da elite. O resultado foi um fortalecimento institucional de mecanismos de controle supranacionais que limitam as escolhas soberanas das populações nacionais em momentos de crise: dá-se a elas apenas a *ilusão* de poderem escolher, mas quando escolhem de forma diferente da esperada pelo "mercado", são logo ameaçadas e chantageadas para que sigam o caminho escolhido pelo sistema do capital.

Mesmo antes do fim do comunismo na Europa, já era possível notar que muitos partidos de esquerda, na luta pelo controle da sociedade *política*, escolheram adotar o modelo social-democrata, um reformismo fraco, como sendo o "limite" das possibilidades progressistas. Desse modo, defenderam essa estratégia gradualista a todo custo, inclusive ao custo de entrarem em oposição com a esquerda mais radical e, ao mesmo

tempo, fortalecer instituições burguesas em um *pacto conservador* para garantir a manutenção dessa "nova esquerda" no poder.

Outros países, como a China, adotaram modelos de "Capitalismo de Estado", no qual também foram relativizados valores socialistas e fortalecidos instrumentos burgueses. Desse modo, corrompeu-se qualquer alternativa verdadeira de socialismo pois ocorreu uma *aceitação do modelo capitalista* ou, no máximo, a criação de um modelo "híbrido", mas que nos momentos críticos sempre se sustenta sob a base do mercado capitalista global.

Nesse novo cenário, os valores capitalistas mais poderosos e destrutivos foram disseminados de modo ainda mais forte e ideológico entre as classes trabalhadoras, *pacificando-as*. Essa cooptação, feita por governos de esquerda que conduziam a sociedade política – mas sem entrar em confronto com a burguesia –, fortaleceu o modelo capitalista pois os próprios líderes de esquerda admitiram assim o fracasso de um socialismo revolucionário, optando pela estratégia social-democrata e aprofundando as reformas que consideravam possíveis dentro da leitura que faziam do contexto histórico.

O que os líderes dessa "nova esquerda" não imaginaram, talvez, é que o sistema do capital não se estabiliza e nem se contenta com algo *parcial*. Se em um primeiro momento ele parece ceder, é apenas para posteriormente recuperar seu espaço e exigir cada vez mais da classe dominada. As contradições do capitalismo não deixam de existir mesmo em épocas de crescimento e desenvolvimento, mesmo quando há certa redistribuição da riqueza e melhoria das condições sociais. A crescente exigência de lucro nunca termina e, em algum momento, seria inevitável que ela entrasse em confronto com a própria social-democracia⁴.

Em uma análise retrospectiva, nota-se que a aposta feita pela esquerda reformista foi de que seria possível aprofundar lentamente as melhorias sociais dentro do

⁴ Nesse contexto, cabe destacar que os avanços obtidos por governos pragmáticos de esquerda são relevantes e devem ser ressaltados e defendidos, pois efetivamente melhoram as condições de vida da classe subalterna. Tais conquistas, assim, devem ser compreendidas dialeticamente no contexto da luta de classes. A crítica apresentada nesta pesquisa está na possível *limitação* dessa estratégia, dada a reação da classe dominante para manutenção de seu poder (luta hegemônica no Estado ampliado) e a busca incessante do capital pelo lucro, fatores esses que tendem a desfazer ou relativizar os avanços sociais em momentos posteriores. Desse entendimento decorre a importância de se considerar uma estratégia mais *ampla* na esquerda, que defende as reformas mas de forma alinhada a um processo revolucionário que possa evitar retrocessos futuros.

sistema capitalista, implementando (no caso de países menos desenvolvidos) e aprimorando/mantendo (no caso dos desenvolvidos) o modelo da social-democracia europeia pós-Segunda Guerra Mundial. Porém, a crise orgânica de 2008 mostrou o perigo (e os danos futuros) dessa estratégia, em especial nos países mais desenvolvidos, cujas contradições no desenvolvimento das forças produtivas já haviam alcançado um ponto insustentável.

Giuseppe Cocco explica a ilusão da autonomia do político dentro dos governos de esquerda que adotaram políticas intervencionistas neokeynesianas no início do século XXI dentro de uma lógica que se assemelha a um ressuscitado “economicismo” simplista, levando intelectuais e ativistas a crerem que “o governo pode e deve determinar o rumo do capitalismo” ao apostar em um modelo que “(...) esvazia as lutas e os conflitos em nome de um desenvolvimento que, pela mágica da intervenção estatal, se pareceria com o ‘socialismo’” (COCCO, 2013).

Portanto, é equivocado imaginar a crise de 2008 como um mera crise *financeira* que se alastrou na economia. Tratou-se de uma crise *orgânica*, estrutural, uma crise ampla que já estava latente em toda a sociedade, e que se encontrava em ponto crítico nos países mais desenvolvidos, nos quais o limite da social-democracia já fora alcançado.

O desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social já havia sido tentado pela estratégia neoliberal de Ronald Reagan (Estados Unidos) e Margaret Thatcher (Grã-Bretanha) na década de 1980, mas ele conseguiu sobreviver – ao menos parcialmente – àquele ataque. A surpresa para muitos intelectuais de esquerda foi que, após tantos anos de resistência contra o neoliberalismo, o desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social tornou-se muito mais efetivo, e em muito menos tempo, justamente nos momentos seguintes pós-crise de 2008 – crise essa gestada e acelerada na condução do *próprio modelo neoliberal*.

A crise de 2008 representa um marco, o fim de mais um ciclo fracassado do capitalismo, e nesse sentido não muito diferente – em suas origens estruturais e econômicas – de todas as crises anteriores. A grande distinção, porém, está nas condições materiais e políticas existentes para a superação dessa crise: percebe-se que, após anos de neoliberalismo, de cooptação das alas políticas de esquerda e de repressão do pensamento crítico, não há alternativas socialistas consideradas pela classe

dominante como "riscos" a serem mitigados, ainda que exista um movimento de *indignação* bastante expressivo da população mundial.

A força dos movimentos "Occupy" serviu como alento e contraposição ao poder do capital, mas essa forma de indignação não se transformou, ainda, em uma organização partidária orgânica, com um reconhecimento de classe e com a presença de intelectuais preparados de modo a permitir o desenvolvimento de uma reforma intelectual e moral que resulte em um efetivo embate hegemônico com a classe dominante. Na explicação de Vladimir Safatle,

(...) Falta uma nova geração de partidos capaz de dar força institucional a tais mobilizações. Estes partidos talvez não funcionarão de maneira "tradicional", mas como uma frente, uma federação de pequenos grupos que se organizam para certas disputas eleitorais e depois se dissolvem. É difícil ainda saber o que virá. Certo é apenas o fato de que os movimentos políticos mais importantes (revoltas na Grécia, Espanha, Portugal) parecem ser feitos atualmente à despeito dos partidos. O que limita seus resultados. Não creio que podemos "mudar o mundo sem conquistar o poder". Quem gosta de ouvir isto são aqueles que continuam no poder. Para conquistar o poder, temos que vencer embates eleitorais. (SAFATLE, 2013)

Esse "vácuo" deixado pelo desmantelamento da experiência do socialismo real parece ter sido preenchido de forma contraditória – como não poderia deixar de ser no capitalismo. Por um lado, pois, vemos que existem movimentos de indignação contra as injustiças do sistema (simbolizados no movimento "Occupy"); por outro, contudo, parece ter ocorrido uma mudança na estrutura de forças que favoreceu a hegemonia dominante a tal ponto de ela, em momento de crise orgânica, conseguir impor – via uma racionalidade instrumental e apresentada como "única opção" – um projeto de ajustes conservador e prejudicial aos mais necessitados, preservando os benefícios dos mais ricos, o que antes não seria possível durante uma revolução passiva na qual houvesse um conflito *imediato* com outra hegemonia e que forçasse a classe dominante a conceder benefícios para a classe subalterna.

O jornalista Gilberto Maringoni aponta essa dificuldade de estar em pauta uma alternativa socialista no caso da sociedade brasileira do início do século XXI, explicando que as forças de esquerda sofreram uma transformação dentro do contexto do capitalismo contemporâneo:

A possibilidade concreta de se viabilizar uma transição ao socialismo está hoje fora da agenda da sociedade brasileira. A hegemonia burguesa consolidou-se, após um longo período de defensiva das ideias socialistas. Parte da esquerda formada a partir dos anos 1970-80 adaptou-se e ajudou a consolidar tal hegemonia, conferindo-lhe inédita legitimidade. (MARINGONI, 2012)

Em 1969, Marcuse já destacava que a “maioria dos seres humanos não sente realmente, não está politicamente consciente dessa necessidade de mudança. Esta é, acredito, a primeira grande dificuldade que precisamos superar” (MARCUSE, 1999b, p. 81). No início do século XXI, com a ampliação dos aparelhos de dominação e repressão na sociedade civil, essa situação se deteriorou ainda mais. Para superar esses limites, torna-se necessária uma *radical* reforma intelectual e moral que permita um “salto de consciência”, um meio de viabilizar uma formação política com intelectuais orgânicos da classe subalterna preparados para a nova guerra de posição nas condições históricas do capitalismo mais recente.

A dificuldade de realização de uma reforma intelectual e moral que coloque de novo o socialismo no horizonte passa pelo reconhecimento dos limites do atual sistema capitalista “democrático”. Ademais, Marcuse (1999b, p. 82) destaca outro importante limite: a dificuldade de a esquerda ter acesso a *instrumentos de mídia* de modo a enfrentar a hegemonia dominante. Em termos gramscianos, reforça-se portanto a leitura da existência de uma trincheira *superestrutural* que limita a possibilidade de um confronto democrático da esquerda com a direita dominante, seja no embate eleitoral mas também no acesso aos demais instrumentos de persuasão e formação de opinião, ou seja, na luta pelos aparelhos privados de hegemonia.

Desse modo, não apenas as instituições privadas que defendem o consenso hegemônico da burguesia estão muitas vezes inacessíveis à classe trabalhadora, como também a própria cultura consumista – que avançou significativamente nas últimas décadas do século XX e início do século XXI – impede que se consiga estruturar um mínimo de pensamento revolucionário por dentro das amarras do sistema. Boa parte da própria classe trabalhadora, portanto, tornou-se conservadora e defende o *status quo*, reforçando a contradição da situação: as pessoas que mais se beneficiariam de uma revolução socialista mostram-se como as que mais lutam contra essa mudança estrutural. O desafio de organização de uma revolução efetiva se torna ainda mais complexo:

Na medida em que o processo pseudodemocrático, com a ajuda de parte do monopólio da mídia tradicional, produz e reproduz a mesma sociedade e, assim, uma ampla maioria indiferente, na mesma medida a formação e a preparação políticas precisam ultrapassar as formas liberais tradicionais. A atividade e o esclarecimento políticos precisam ir além de ensinar e escutar, discutir e escrever. (MARCUSE, 1999b, p. 84)

A cultura hegemônica levou as classes subalternas à condição de *réfèns* do modo de vida capitalista e o medo da revolução (e da sua incerteza) acaba por vencer a esperança de uma verdadeira melhoria. Assim, aceita-se a injustiça capitalista com base no “eterno sonho” de sucesso futuro – que nunca chega para a maioria, mas que permanece como ideal de mundo e como “única alternativa”, dada a força do discurso, a ausência de pensamento crítico (reforçado pela estrutura educacional passiva⁵) e a falta de alternativas concretas significativas no âmbito mundial após a queda do muro de Berlim.

Porém, uma ponderação que surge é: se os consensos que permitem uma conquista e manutenção de poder se enraízam na sociedade civil e não apenas na sociedade política, então seria preciso conquistar essas duas posições. Qual a influência que a sociedade política pode ter nessa construção de uma reforma intelectual e moral na sociedade civil? Uma tomada de poder via eleições pode ou não auxiliar nessa estratégia de construção de uma nova ordem civilizatória, de uma efetiva revolução, sem cair em um reformismo que apenas funcione como instrumento de uma revolução passiva? De que forma isso poderia acontecer?

É preciso, pois, diferenciar o que se apresenta como limitação decorrente da costura pragmática na busca do poder político soberano, do que é verdadeiramente uma limitação das circunstâncias históricas. Essa compreensão torna-se necessária para que a classe subalterna avalie as reais condições (e vantagens) de conquista e uso do poder político enquanto estratégia revolucionária de *guerra de posição* – e, no outro extremo, para verificar o risco de fracasso na adoção de uma posição de poder que não considera

⁵ A estrutura passiva da educação não deve ser entendida de forma absoluta, como se estivesse destinada a ser assim; ao contrário, entendo que ela atualmente é *passiva* dada a sua *forma específica e historicamente apresentada*, ou seja, o modo como a educação é conduzida pela classe dominante no contexto da sociedade capitalista. A estrutura educacional pode – e deve – ser *ativa, crítica*, e é esse novo contexto que se busca construir dentro de uma alternativa de educação socialista, conforme será destacado no Capítulo 4.

a totalidade dos aparelhos privados de hegemonia e ignora a necessidade de construção de um consenso na sociedade civil.

2.3. Reformismo e o papel de esquerda: a contraditória conquista da sociedade política e o "Capitalismo de Estado" do século XXI

Seriam os modelos de "Capitalismo de Estado" – caracterização dada pela revista The Economist para estruturas capitalistas com "forte" influência governamental, como China e Brasil no início do século XXI (WOOLDRIDGE, 2012) – uma possibilidade de superação efetiva das crises do capital?⁶ Ou seria apenas mais uma nova forma de *revolução passiva* sob comando do aparelho político, que assume dívidas e problemas privados em um primeiro momento para, no momento seguinte, conduzir a economia por meio de uma mistura de indução privada (incentivo ao "capitalismo selvagem oligopolista") e participação direta estatal em setores estratégicos?

Penso ser cedo para dar uma resposta decisiva, mas é preciso perguntar se em algum momento estão sendo atacadas as *causas* das crises, ou seja, as contradições do sistema capitalista. E isso, considerando as experiências da última década do século XX e da primeira década do século XXI, ainda não aconteceu no caso dos modelos de Capitalismo de Estado. Como bem resumiu István Mészáros, mesmo a vitória eleitoral da esquerda trabalhista em países como Grã-Bretanha (e também o Brasil) apresentaram-se tão somente como uma *vitória de Pirro* (MÉSZÁROS, 2010, p. 12), tendo como resultado um progresso contraditório que manteve intocado o poder da classe dominante.

É possível argumentar que o problema central dessa estratégia reformista que se consolida no início do século XXI não está, necessariamente, nos acordos políticos de centro que a esquerda trabalhista acreditou serem necessários para dar viabilidade a uma proposta de governo com chances viáveis de vencer uma eleição. O maior problema talvez seja o que foi feito *depois da chegada ao poder* – ou melhor, o que *não* foi feito:

Exigências parciais podem, e devem, ser defendidas por socialistas, desde que tenham relação direta ou indireta com a exigência, absolutamente fundamental, da superação da relação do capital em si, que vai ao âmago da questão. (MÉSZÁROS, 2010, p. 45, grifo do autor)

⁶ Não se deve confundir o termo "Capitalismo de Estado" com seu uso em outros momentos históricos, como por exemplo no contexto da Guerra Fria. No âmbito desta dissertação, esse conceito deve ser entendido em sua vertente contemporânea, como uma classificação para países capitalistas com forte influência do Estado (sociedade política) no planejamento e desenvolvimento socioeconômico do país, servindo como um possível contraponto a governos de natureza neoliberal que defendem um Estado mínimo.

Se pensarmos em termos de estratégia de *guerra de posição*, a tomada do poder *político* (Estado *stricto sensu*) via eleições democráticas poderia ser visto como uma etapa de um projeto maior. Desse modo, mesmo que assumindo o poder político por meio de concessões ao centro e até à direita – o que realmente aconteceu, se observados os ganhos das alas conservadoras da sociedade durante governos de esquerda, inclusive no Brasil na primeira década do século XXI –, um governo revolucionário de esquerda poderia, a partir da tomada do Estado, dar impulso a ações de reforma intelectual e moral na sociedade civil.

Se isso fosse feito, poder-se-ia vislumbrar no futuro um verdadeiro rompimento com as forças dominantes da hegemonia capitalista, de modo a conquistar a hegemonia via consenso na sociedade civil, completando, assim, um projeto de revolução efetiva que permitisse mudanças maiores nas estruturas econômicas e sociais, bem como na construção de um novo homem, de uma nova cultura, de uma nova forma de viver que atendesse aos aspectos de uma sociedade solidária e justa.

Em outros termos, a tomada de poder por uma esquerda "light", forçada a fazer alianças a princípio indesejáveis com setores claramente conservadores e anti-socialistas, poderia se transformar em uma vitória *parcial* da revolução efetiva caso não se tornasse um fim em si mesmo.

Porém, parece que a *razão formalizada* vivenciada no século XX chegou incólume ao século XXI e dominou o pensamento de esquerda, transformando seu projeto de tomada de poder em um fim em si mesmo, amparado pela lógica do *pragmatismo político*.

Aceitou-se, pois, as chamadas "regras do jogo". Do jogo, entendamos, *capitalista*, certamente enviesado a favor da classe dominante, com todas as suas injustiças e com todas as peças já posicionadas ao longo do processo histórico como estratégia de autodefesa. Herdam-se, assim, todas as *dívidas econômicas e sociais* que precisam ser pagas pelo governo da esquerda pragmática – desde que, claro, ela não ouse mudar as regras do jogo, pois "só se aceita como legítimo o questionamento de aspectos menores de uma estrutura global inalterável" (MÉSZÁROS, 2010, p. 37).

Mészáros destacou bem essa preocupação com as propostas de mudança que, na aparência, são pragmáticas, racionais e bem-intencionadas, mas que, na prática, acabam por defender a perpetuação da situação atual e do próprio modelo capitalista. Explica o filósofo:

(...) É isto o que acontece mesmo quando um reformista social e educacional esclarecido, que honestamente tenta remediar os efeitos alienantes e desumanizantes do "poder do dinheiro" e da "busca do lucro" os quais ele deplora, não pode escapar à auto-imposta camisa-de-força das determinações causais do capital. (MÉSZÁROS, 2008, p. 34-35)

Analisemos melhor essa questão fundamental: mesmo com governos trabalhistas de esquerda adotando um modelo de Estado com um viés mais *intervencionista*, lembremos que o modelo "básico" por trás das ações públicas e privadas não mudou: os resultados para os capitalistas – tanto na visão ideológica como nos ganhos materiais – continuam os mesmos, e sem grandes riscos de perdas:

Qualquer governo numa sociedade capitalista depende do capital. A natureza das forças políticas que sobem ao poder não afeta essa dependência, pois ela é estrutural: uma característica do sistema e não dos ocupantes do governo, os vencedores das eleições. Estar 'no poder' dá pouco poder: os social-democratas estão sujeitos à mesma dependência estrutural, tanto quanto os outros partidos. (PRZEWORSKI, 2013)

Os resultados contraditórios do "Capitalismo de Estado" e da opção social-democrata apresentam-se hoje estruturados sob as condições históricas contemporâneas, mas de modo algum são uma inovação histórica. Adam Przeworski descreve como os partidos socialistas incorporaram em suas agendas políticas a via social-democrata ao longo dos anos, e como o desenrolar desse processo (e dessas escolhas reformistas ou mesmo puramente reforçadoras do modelo capitalista) gerou situações de ganhos meramente temporários à classe trabalhadora:

(...) tendo fortalecido o mercado, os social-democratas perpetuam a necessidade de atenuar os efeitos distributivos da sua operação. As reformas sociais sequer precisam ser 'desfeitas' pelos governos burgueses. Basta permitir que o mercado opere por si mesmo durante um período qualquer de tempo em que as desigualdades crescem, o desemprego flutua, as mudanças de demanda no mercado de trabalho expõe novos grupos ao empobrecimento, etc. (...) Os social-democratas encontram-se na mesma situação que Marx

atribuiu a Louis Bonaparte: suas políticas parecem contraditórias, desde que são coagidas a fortalecer a capacidade produtiva do capital e, ao mesmo tempo, contratar os efeitos. (PRZEWORSKI, 1988)

Esse processo contraditório que foi observado durante o século XX também existe no início do século XXI. As políticas reformistas contemporâneas mantêm um caráter contraditório de fortalecimento do mercado capitalista sob influência do Estado. Os avanços sociais – oferecidos pelos governos reformistas de esquerda – que minimizam os efeitos distributivos perversos do modo de produção capitalista são a moeda de troca utilizada pela classe dominante para embrutecer e fortalecer ainda mais ideologicamente a condição “natural” do sistema do capital, mantendo intocada – e sequer discutida – a privilegiada situação de controle da propriedade privada e dos meios de produção nas mãos de uma minoria.

Assim, a social-democracia do novo trabalhismo contemporâneo repete no século XXI o movimento contraditório (benefícios sociais somados ao fortalecimento “naturalizado” do capitalismo regulado) que se desenhou nos momentos da “virada keynesiana” (PRZEWORSKI, 1988) na primeira metade do século XX e que continuou após a Segunda Guerra mundial. O “jogo político” parece mudar em alguns momentos a favor da classe subalterna, mas as regras, quando bem analisadas em sua totalidade (e considerando a distribuição de poder na infraestrutura econômica e nas superestruturas, ou seja, no *Estado ampliado* de Gramsci), permanecem as mesmas e já conhecidas regras do jogo de cartas marcadas do capital: somente uma classe, a dominante, realmente detém poder de escolha e poder efetivo de controlar a economia, de modo a manter a dominação e a exploração e atender às incessantes exigências de reprodução e geração de lucro.

O restante do modelo social-democrata é, lamentavelmente, apenas disfarce e cinismo de uma ideologia de “bem-estar” que nunca atingiu seu objetivo final, e até afastou o socialismo da pauta das esquerdas atuais. Um verdadeiro retrocesso histórico – irônica e tragicamente conduzido por partidos de esquerda – embrulhado e vendido ao povo como progresso social e “única alternativa” de ação política:

(...) o Estado burguês atende interesses das classes subalternas com o objetivo de preservar o processo de exploração em condições de estabilidade política e social e desde que não haja prejuízo para a burguesia como um todo. Para expressar isso com um exemplo simples: a classe

trabalhadora pode reivindicar melhores salários e condições de trabalho, mas não pode exigir o fim do próprio sistema capitalista; ou seja, só se pode jogar de acordo com as regras e quem as faz é a burguesia" (MIGLIOLI, 2006, p. 20)

Desse modo, a esquerda trabalhista mundial parece ter apostado na estratégia reformista "pura" de avanços graduais dentro da lógica social-democrata, aguardando assim o "momento certo" para promover uma mudança que atingisse efetivamente as relações sociais e materiais de produção. O problema, ao menos até o início da segunda década do século XXI, é que o "momento certo" não existe nem no horizonte, ou seja, ele parece ser *inalcançável*:

(...) o esperado "devido tempo" nunca chegou e não poderia ter chegado. Mesmo nos primeiros tempos, instituir uma ordem social radicalmente diferente nos parâmetros de autointeresse do controle sociometabólico do capital só poderia significar uma *contradição em termos*. A estratégia política e social defendida foi chamada, por Bernstein e seus seguidores, de "*socialismo evolutivo*" ou, por Harold Wilson e outros, de "*conquista do alto comando da economia*". Mas a distante terra prometida, tantas vezes proclamada por essas estratégias, só poderia ser a marcha tranquila até a *terra do nunca* de um futuro fictício enfim *abandonada* clamorosa e completamente pelo Novo Trabalhismo britânico – e pelos partidos social-democratas da Alemanha e de outros países em todo o mundo –, sem nunca se ter aproximado sequer uma polegada dela. (MÉSZÁROS, 2010, p. 18-19)

Teria, então, o capitalismo vencido mesmo a batalha ideológica? Quando Álvaro Vargas Llosa e Ignácio Ramonet debateram esse tema em outubro de 2007 (NUNCIO, 2013), o argumento de Llosa foi exatamente esse: de que era possível, dentro do sistema capitalista, melhorar a vida dos mais pobres sem prejudicar os que já estavam bem de vida, enquanto o socialismo apenas empobreceria a população. Esse discurso, então, seria realista? Teria a esquerda social-democrata (reformista, pragmática), de fato, confirmado que o capitalismo apenas precisava de "ajustes"?

Antes de respondermos, compreendamos melhor a estratégia *política e cultural* dos capitalistas, ou seja, a leitura de mundo hegemônica e dominante. O capitalista sempre irá preferir que esteja no poder um grupo mais à direita (conservador) politicamente, se possível. Essa posição representa a defesa ideológica *ideal* para esse grupo, mas não é algo *necessário* para o sistema capitalista se manter "adequado" e garantir os interesses que eles defendem.

Mesmo um capitalismo "light" ou "Capitalismo de Estado" (se é que se pode chamar assim aqueles onde o Estado intervém fortemente na economia) atende perfeitamente aos anseios dessa ideologia dominante pois, com ou sem intervenção forte do Estado, se a base das relações sociais de produção não for modificada (se não houver o objetivo de eliminar a propriedade privada dos meios de produção), a elite dominante nunca estará realmente em risco - e nem sentirá impacto algum relevante na sua qualidade de vida burguesa.

Assim, mantendo as "regras do jogo" capitalista, uma minoria bastante restrita pode até chegar um dia a acumular capital e "competir" com o grande grupo dos mais abastados; mas a grande massa de trabalhadores, no máximo, chegará à classe média via consumo e alienação, e viverá em constante conflito e risco de *precarização* e retrocesso pois o sistema não lhes dará segurança alguma nessa nova posição alcançada – pelo contrário, a classe média se torna mero *instrumento de ajuste* do sistema do capital.

O que precisa ser destacado nesse modelo é que a luta de classes, se ou quando ocorrer, sempre acontecerá nos *andares de baixo*, no máximo entre classe média e classe pobre, em um variável "sobe e desce" de pessoas entre elas. Há, na prática capitalista, uma *blindagem* dos detentores de capital – isso não muda mesmo com um Estado interventor em um modelo de "Capitalismo de Estado".

Portanto, ainda que o modelo do capitalismo "hard" neoliberal (Estado Mínimo) seja a defesa "ideal" de Llosa e dos ricos capitalistas, esse grupo dominante aceita e até usa a seu favor o discurso de "esquerda moderada" – representado no Brasil pelo Partido dos Trabalhadores (PT) do início do século XXI – para supostamente comprovar essa visão ideológica de que o capitalismo pode sim reduzir a pobreza, e que "não há outro caminho possível". O socialismo sai da pauta de discussão pois mesmo a esquerda (ao menos parte significativa dela) deixa de considerá-lo como alternativa ou construção a realizar.

Isso pode ser comprovado pois, se olharmos para as escolhas políticas de partidos trabalhistas no final do século XX e início do século XXI, talvez tenhamos que admitir que, mesmo quando esses partidos chegaram ao poder e intensificaram o modelo

de "Estado interventor" ou "Capitalismo de Estado", essa esquerda *pragmática* em nenhum momento pensou em socialismo ou mesmo em questionar as bases capitalistas.

Cabe analisar o que isso significa em termos de possibilidades para o futuro. As mudanças promovidas por diversos políticos da esquerda trabalhista no poder foram feitas *dentro do sistema* - e certamente foram importantes e relevantes para os avanços reformistas alcançados. Mas o modelo ainda é *capitalista* em toda a sua base. Devemos então aceitar que, numa base capitalista, ainda que com necessárias intervenções e políticas fortes de Estado, há possibilidades *sustentáveis* de redução de desigualdades? E seria essa a melhor (ou única) forma de se fazer isso, pois o socialismo nunca conseguiria reduzir pobreza alguma no contexto histórico do século XXI?

Essa seria a leitura em defesa do capitalismo "light": não se trata de a classe dominante e seus intelectuais neoliberais desejarem a esquerda moderada no poder, mas há um lado contraditório que os favorece: o *discurso reformista da esquerda pragmática* serve perfeitamente como *propaganda ideológica* para manter as bases do sistema capitalista inalteradas – e, talvez, até aprofundar a visão ideológica individualista e consumista, que pode dar margem no futuro para uma retomada da direita conservadora egoísta, cujos resultados para a classe média e baixa podem ser desastrosos. Já os ricos detentores do grande capital, mesmo nos momentos de crise, continuarão protegidos e sem risco algum pois o consenso em favor do sistema cresce e permanece favorável na massa da população.

Estaria esse diagnóstico correto? Seria a única estratégia da esquerda optar por um reformismo lento, com resultados positivos mas contraditórios? E, se aceitarmos esse modelo, ele terá ou não um limite máximo em algum ponto futuro (esgotamento), dadas as próprias limitações intrínsecas do sistema do capital? Seria possível acabar com a pobreza em sua *totalidade*, elevando toda a população mundial à condição de "classe média" (como defende Llosa de maneira geral), sem gerar prejuízos e distorções, e de modo sustentável? Ou seja: pode esse modelo de "Capitalismo de Estado" ser reproduzido indefinidamente, dentro de cada país e também globalmente, sem enfrentar contradições ou problemas no futuro que causem retrocesso ou retorno à pobreza?

Seja qual for o resultado, é impossível não perceber que o grande beneficiário dessa estratégia continua sendo a classe dominante, que em nenhum momento coloca

sua *hegemonia* em risco. A *trincheira* de defesa da elite, via discurso e dominação ampla nas superestruturas, pode ser traduzida por: "façam o que quiserem, mas dentro das regras (imutáveis) do capitalismo". As formas (aparentes) que o sistema assumir são todas aceitáveis, mesmo as de uma "esquerda moderada" como a dos partidos trabalhistas pragmáticos e reformistas, desde que a base do sistema seja mantida intocável como uma religião – ou seja, desde que ninguém tente inventar algo para *substituir* o capitalismo. Na verdade, o papel dos partidos reformistas de esquerda é útil e aceito sem grandes dificuldades pela classe dominante, uma vez que "suas demandas ajudam a reestabilizar o sistema em tempos difíceis" e "contribuem para a dinâmica da renovada expansão do capital, ou pelo menos são 'neutras' no sentido de poderem ser no futuro, ou mesmo no momento de sua formulação, integradas à estipulada estrutura de normalidade" (MÉSZÁROS, 2010, p. 46).

Mesmo com as recorrentes crises do sistema capitalista e os resultados desastrosos de políticas econômicas ortodoxas como o neoliberalismo – que defendem posições dogmáticas para garantir benefícios à burguesia –, os "especialistas" da classe dominante insistem nos seus discursos para impedir qualquer movimento de *contra-consciência* em relação ao modelo capitalista em seu cerne. Aceitam, no máximo, mudanças que alterem alguns *efeitos*, mas nunca as *causas* – e, mesmo nesses casos, somente o fazem depois de esgotadas as alternativas de discurso e poder via ideologia, controle da mídia e deseducação.

As crises sistêmicas do modo de produção capitalista levam a uma situação de extrema irracionalidade onde a regra acaba sendo culpar os inocentes e inocentar os culpados pelos problemas que geraram a crise. Nessa lógica kafkiana, a classe dominante, responsável pela condução hegemônica da ideologia de mercado que gera sempre mais e mais antagonismos e crises cada vez mais intensas, utiliza-se de um discurso cínico que busca justificar a crise não no próprio sistema do capital, mas sim no comportamento atípico e na suposta "gastança" de governos eleitos democraticamente. No limite, comprova-se que a democracia é também mero instrumento do capital: se ela for útil ao seus propósitos imediatos (de acumulação e lucro), será defendida; mas, se o povo "votar errado", será descartada temporariamente alegando-se justificativas "técnicas" e "necessárias" ditadas por defensores de uma ideologia que se diz "acima da política".

Essa é a farsa das “soluções” para as crises que nunca atacam as verdadeiras causas dos problemas e, no limite, prejudicam ainda mais as classes subalternas:

Confrontadas com o que, não raro, é a mais grave crise econômica das suas histórias, nações de todos os quadrantes são chamadas a mergulhar e perseverar. São exortadas a mergulhar em reformas sobre as quais apenas uma coisa pode ser conhecida com segurança: elas piorarão a situação da maioria das pessoas por algum tempo. Recomenda-se enfaticamente a elas que atropelem o processo democrático, pela introdução de reformas com tal rapidez que os cidadãos não tenham tempo de se mobilizarem eficazmente contra elas. Mesmo quando as dores das reformas já se fizeram sentir os políticos são exortados a manter o curso, e na maioria o fazem. Líderes sindicais falam publicamente da sua ‘esperança de que haja desemprego’. Ministros das finanças declaram que, se o desemprego não atingir 8 ou 10%, será ‘um sinal de que as reformas não estão funcionando’. Líderes de governos afirmam sua determinação de persistir ‘apesar de todas as pressões políticas sobre nós’.

A ideologia neoliberal, gerada nos Estados Unidos e em várias agências multinacionais, sustenta que a escolha é óbvia: há somente uma via para o desenvolvimento, e ela deve ser seguida.” (PRZEWORSKI, 1993)

Essa estratégia da classe dominante é reproduzida cotidianamente por jornalistas e colunistas da mídia por meio de ataques fervorosos contra qualquer país que ouse seguir uma receita cultural, política ou econômica que fuja dos padrões aceitos pela ortodoxia. Criticam ferozmente qualquer intelectual que defenda ou governo que adote – ou ameace adotar – uma política de caráter mais heterodoxo, mesmo dentro do modelo capitalista.

Imaginemos, pois, o real alcance dessa trincheira midiática: se nesse nível de embate, *dentro das regras do sistema*, já existe uma resistência intensa da imprensa em defesa dos interesses do capital, que fariam a mídia e os outros aparelhos privados de hegemonia, sob controle do capital, se propostas de caráter socialista fossem realmente apresentadas e colocadas em andamento?

É preciso, pois, superar esse domínio estrutural e superestrutural, e isso só se torna possível com a construção, via *guerra de posição*, de uma *reforma intelectual e moral* que permita à classe subalterna assumir um posicionamento crítico em relação aos contraditórios resultados reformistas. Ou seja, é preciso superar o reformismo e retomar uma agenda revolucionária onde os avanços sociais *imediatos* voltem a ser *meios* para

um *fim* maior, fim esse que deve ser *mediatizado* por uma estratégia de conquista de espaços na sociedade civil sob a direção de uma nova hegemonia efetivamente proletária e democrática.

O que Mészáros (2008, p. 34) chama de *incorrigibilidade da lógica perversa do capital* é algo que tem sido preservado mesmo por governos ditos de esquerda, pois sua "correção" só pode acontecer por meio de uma mudança *revolucionária*, e não com pequenas conquistas que apenas reforçam o poder da exploração e da dominação, mesmo que com avanços sociais. A desigualdade global e a injustiça social permanecem e criam novas raízes; ou pior, contam com o apoio da esquerda antes revolucionária, que agora torna-se apenas reformista.

A experiência francesa na segunda década do século XXI demonstra a dificuldade de se alcançar alguma mudança estrutural e duradoura pela esquerda. Avaliando retrospectivamente as ações do primeiro ano de governo do presidente socialista francês François Hollande (mandato iniciado em 15 de maio de 2012), a jornalista Martine Bulard aponta como a cantilena neoliberal ainda se fazia presente dentro de um modelo com lógica meramente reformista. Hollande, eleito com um discurso antifinancista, após chegar ao poder cedeu aos interesses da classe dominante, adotando medidas socialmente nefastas e favorecendo o pensamento único das medidas de austeridade fiscal:

Os resultados deste primeiro ano de poder impressionam: o país segue à beira da recessão, enquanto o desemprego e o déficit vão ao auge. Não há milagre: a queda das despesas públicas e a austeridade salarial acarretam redução da atividade, que por sua vez provoca alta do desemprego e dos serviços sociais, seguida por redução das receitas fiscais, portanto elevação do déficit... A espiral é conhecida. Até o FMI começa a se questionar sobre os efeitos de tal remédio. (BULARD, 2013)

É interessante notar nesses discursos ("é o que dá para fazer", "tem que ser aos poucos, gradual", "não há como mudar tudo") quem ganha e quem perde; quem está em risco e quem não está; quais os verdadeiros avanços do ser humano na sociedade global em seu momento histórico atual. E, acima de tudo, é preciso perguntar se esse modelo de desenvolvimento é verdadeiramente *justo* ou não.

Do partido tradicional ao partido moderno, o modelo partidário mudou mas dificilmente se pode considerar que a mudança segue no sentido de evolução democrática e que permita uma revolução social. Os resultados afastam cada vez mais o cidadão comum do partido, e o programa partidário fragmenta-se, gerando como resultado a consolidação de um modelo de política reacionário e concentrador de poder. Não há verdadeiros representantes de classe e mesmo a massa mobilizada se transforma em puro instrumento de manipulação, de busca do poder pelo poder, abrindo mão de qualquer perspectiva revolucionária ou mesmo participativa. O cidadão é resumido ao voto nesse processo político simplista, e o dinheiro – concentrado, como de costume, nas mãos da classe dominante – é que determina a vitória entre as ilusórias alternativas partidárias. O partido político contemporâneo adota um pragmatismo instrumental e economicista, defensor das regras do jogo capitalista e, assim, deforma ou destrói qualquer perspectiva revolucionária:

Ao passo que o partido tradicional organizava um pedaço da sociedade, com seus grêmios, núcleos e clubes, orientando os valores de um corpo eleitoral estável, hoje o partido (mesmo quando ele quer fazer do neodesenvolvimentismo seu ‘projeto de nação’) precisa capturar fluxos de votos (como os corretores das Bolsas de Valores capturaram fluxos de informação) que vão compor um mercado eleitoral no lugar daquele corpo eleitoral que desapareceu. Antes, tratava-se de um partido de massa; agora, de um partido cata-tudo. Consequência imediata: a explosão dos custos. Em 1980, na campanha Reagan contra Carter, foram gastos US\$ 90 milhões; na última – Obama contra Romney –, foram gastos US\$ 2 bilhões. Os partidos compram o que não sabem mais produzir. Os marqueteiros substituem os intelectuais. Quando se organizam primárias, o efeito será de levar para dentro do que sobra do partido essas deformações” (COCCO, 2013)

O caminho para uma organização política efetiva no século XXI deve considerar todos os elementos e as condições historicamente desenvolvidas. Modelos que no passado funcionaram podem não mais ser adequados à nova realidade social, cultural, econômica e política. Seria um partido tradicional, centralizador, uma saída? Poderiam surgir novas formas de organização intelectual que unam teoria e prática de forma descentralizada, mas sem perder o rumo de um objetivo único a atingir (a revolução efetiva socialista)? Como seria feita essa coordenação em uma estratégia de guerra de posição gramsciana e qual o papel do intelectual orgânico em uma estrutura social cada vez mais heterogênea e tecnologicamente complexa, com redes sociais e outras possibilidades de comunicação? Seria possível recuperar (ou conquistar) espaços de

hegemonia na sociedade civil por meio dos instrumentos que a nova sociedade do século XXI passa a oferecer?

Para Marcuse, a década de 1960 já apontava para um possível esgotamento de modelos partidários centralizados. O avanço do capitalismo e da hegemonia na sociedade civil teria sido determinante para restringir essa estratégia:

“Hoje [em 1969] não se pode fundar um partido desse tipo [tradicional-centralizado]. Não apenas porque o aparato repressivo é infinitamente mais eficaz e poderoso do que nunca, mas sobretudo porque a centralização não parece mais ser uma receita para as mudanças. (...) O que precisamos imaginar não é um movimento grande e centralizado, mas ações políticas regionais e locais contra abusos específicos.”
(MARCUSE, 1999b, p. 83-84)

O problema é que a Nova Esquerda em que Marcuse apostava sua esperança na década de 1960 não seguiu seus conselhos, como pôde ser observado no final do século XX e início do século XXI. Pelo contrário, a Nova Esquerda acabou sendo cooptada pela *totalidade* do sistema capitalista e pelas regras do jogo “democrático”, adotando cada vez mais a social-democracia como resposta única, o que resultou em uma limitada estratégia que não percorreu o passo fundamental de conscientização da sociedade (reforma intelectual e moral que Gramsci defendia), partindo diretamente para a tomada do poder político.

Nesse sentido, a *guerra de posição* se torna, mais uma vez, inócuia, reformista ou meramente uma ilusória vitória de conquista do Estado político, sem avanços na sociedade civil que possam sustentar ganhos sociais e permitir, no futuro, o salto qualitativo em busca da experiência socialista sustentável, realizando enfim a revolução efetiva e superando o sistema do capital.

Para Mészáros (2010, p. 143), “o projeto de instituir o socialismo pelos meios parlamentares estava condenado desde o início” uma vez que haveria uma impossibilidade estrutural de tratar do sistema de controle de reprodução do capital apenas dentro das instituições políticas, pois estas não teriam controle sobre o sistema – são apenas um instrumento. Ou seja, é preciso atuar para além do reformismo e do modelo político tradicional, superando-os, pois hoje esses instrumentos estão capturados e a serviço do sistema do capital.

Atentemos ao fato de que há formas distintas de tomar o poder político e de exercê-lo – em especial, há diversas possibilidades de acordos e coalizões que por um lado podem alavancar votos mas, por outro, impedem uma real governabilidade que pretenda realizar mudanças duradouras com caráter de revolução efetiva. Ou seja, até que ponto os acordos para vencer uma eleição prejudicam uma estratégia de guerra de posição para construção de um consenso e realização de uma reforma intelectual e moral na sociedade civil? Esses movimentos podem ser convergentes? Assumindo o poder na sociedade política sem viabilizar *a priori* alguma mudança na relação hegemônica já estabelecida (domínio da estrutura e da maior parte das superestruturas pela classe dominante, reforçando seu discurso), qual o grau de manobra existente para um governo de esquerda realizar mudanças duradouras na sociedade civil?

Pode-se argumentar que o poder político exerce influência direta em algumas áreas e permite certamente um avanço de uma agenda progressista, como pôde ser visto no Brasil durante a primeira década do século XXI. Mas quais os seus *limites*?

É preciso analisar a força e a influência relativa do poder político efetivo (considerando as coalizões e as alianças com setores conservadores que, na prática, *fragmentam* e tornam contraditório esse poder) em relação às diversas instituições existentes, dentro e fora do governo em seus diversos níveis. Mészáros explica a contradição a ser enfrentada dentro dos limites da democracia capitalista:

Esperar a solução dos problemas estruturais fundamentais primariamente pela derrubada política do Estado capitalista não permite tratar de forma duradoura a ligação mistificadoramente compartmentada, mas necessária, entre a dimensão política e de reprodução material herdada do sistema do capital. É por essa razão que a reconstituição radical historicamente viável da unidade indissolúvel das esferas reprodutiva material e política em base permanente continua sendo o requisito essencial do modo socialista de controle sociometabólico. (MÉSZÁROS, 2010, p. 30)

Portanto, devemos compreender essa questão analisando sua força e influência relativas em relação às diversas instituições, dentro e fora do governo em seus diversos níveis. Em seguida, devemos identificar quais as necessidades de mudança, dado esse retrato das forças existentes. Por fim, devemos avaliar quais as reais possibilidades de

mudança via política, em diversos cenários (coalizões num extremo, e liberdade de ação efetiva e revolucionária no outro).

Só assim poderemos perceber o que é limitação da própria estrutura de poder no Estado ampliado e o que são apenas limitações das circunstâncias e escolhas do momento, ou seja, o que é limitado pelo desenvolvimento histórico da sociedade e o que é limitado tão somente pelos acordos políticos conjunturais que foram aceitos de forma dogmatizada (e conservadora) como suposta "única solução" para gerar avanços socialistas.

CAPÍTULO 3: AVANÇOS, RETROCESSOS E POSSIBILIDADES DE REVOLUÇÃO PASSIVA OU REVOLUÇÃO EFETIVA NO SÉCULO XXI

3.1. A nova luta revolucionária: para além do reformismo social

É certo que uma das necessidades para que a acumulação funcione no sistema capitalista é a existência de uma massa de pessoas sem ocupação ou com ocupação temporária/precária (subempregos), dispostas a aceitar trabalhos sem receberem em contrapartida um salário justo. O exército industrial de reserva destacado por Marx (1996, v.1, t.2, p. 260-270), formado por proletários que não possuem forma de sobreviver que não com a venda de sua força de trabalho, permite aos detentores de capital obterem a mais-valia necessária que resulta nos lucros obtidos no processo de acumulação, restritos à minoria detentora dos meios de produção:

(...) se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional. (MARX, 1996, v.1, t.2, p. 262-263)

Contudo, de acordo com a *lei da queda tendencial da taxa média de lucro* (MARX, 1996), esse processo de acumulação leva a crises estruturais (orgânicas) ao longo do tempo, exigindo que o sistema reformule sua forma de produzir por meio de uma *revolução passiva*.

Pensemos, pois, na seguinte hipótese: e se, em uma estratégia de guerra de posição gramsciana, fosse possível realizar mudanças dentro do sistema de forma a garantir que o exército de desempregados *deixasse de existir*? Ou seja: ações de *aparência reformista mas vinculadas a uma estratégia revolucionária*, como forma de retirar da classe dominante os meios de exploração do exército industrial de reserva, ou seja, atacando diretamente uma das *condições de existência* do modo de produção capitalista.

Imaginemos um cenário em que a classe trabalhadora teria margem de manobra para recusar empregos precários ofertados pelos detentores de capital, de modo que fosse necessária uma intensiva rodada de elevação dos salários para que as ocupações disponíveis – e necessárias para desenvolvimento das forças produtivas – fossem efetivamente desejadas pela classe subalterna. Seria esse um caminho que não somente aceleraria o surgimento de novas crises, como também talvez exigisse sacrifícios bem maiores por parte da classe dominante na tentativa de uma revolução passiva, abrindo assim espaço para uma revolução efetiva?

Mas como eliminar o exército industrial de reserva dentro do jogo e nas condições atuais do sistema capitalista do século XXI? A busca pelo *pleno emprego qualificado* (superando também os *subempregos*) seria uma resposta possível para obtenção dessa situação desejável, mas que se mostra na prática como uma tarefa difícil nos limites reformistas *atuais*. Afinal, quem controla o nível de ocupações é predominantemente o mercado privado e não há como garantir que, mesmo em épocas de bonança econômica, não ocorram problemas estruturais ou específicos, inerentes ao processo de acumulação de capital, e que acabem por manter sempre certo contingente de pessoas em situações de desemprego ou emprego precário.

Desse modo, apenas por meio de uma simples rotatividade de pessoas nos empregos existentes, ou com a criação de novas formas de produzir que forcem uma competição entre os trabalhadores, o capital consegue manter um exército de desempregados (ou subempregados) – em nível global – que permite a exploração dos que estão ocupados e, ao mesmo tempo, a manutenção de taxas de lucro elevadas no curto prazo:

Toda a forma de movimento da indústria moderna decorre, portanto, da constante transformação de parte da população trabalhadora em braços desempregados ou semi-empregados. (...) até mesmo a Economia Política entende a produção de uma população excedente relativa, isto é, em relação à necessidade média de valorização do capital, como condição de vida da indústria moderna." (MARX, 1996, v.1, t.2, p. 263-264)

A importância de se iniciar a revolução "por dentro" do sistema capitalista decorre da percepção de que as pessoas precisam de um mínimo de segurança para

poderem efetivamente pensar em mudanças, avaliar os acontecimentos históricos e, então – e somente então – refletirem sobre propostas ousadas que mudem os rumos da sociedade como um todo. Como explica Bourdieu,

A precariedade afeta profundamente qualquer homem ou mulher exposto a seus efeitos; tornando o futuro incerto, ela impede qualquer antecipação racional e, especialmente, esse mínimo de crença e de esperança no futuro que é preciso ter para se revoltar, sobretudo coletivamente, contra o presente, mesmo o mais intolerável. (BOURDIEU, 1998, p. 120)

Cabe, porém, reforçar um alerta: não se pode perder de vista a perspectiva *revolucionária*, nem cair em um *pragmatismo acrítico* que se limite a uma estratégia meramente *reformista*. Um processo de avanços táticos mal-conduzidos pode levar, contraditoriamente, a um reforço do poder do sistema do capital, que funciona como uma totalidade, ao invés de permitir nos aproximarmos da revolução estrutural no modo de viver, produzir e distribuir a riqueza social.

Marcuse, mesmo após criticar e classificar as reformas propostas por De Gaulle na França na década de 1960 de “tecnocráticas” e sem viés revolucionário, assinalou esperançosamente que “(...) existem reformas que de fato podem conduzir a uma crescente radicalização” (MARCUSE, 1999a, p. 71). Ou seja, há de se compreender as possibilidades de que uma reforma conduza a um movimento maior de radicalização, ainda que, no primeiro momento, seu caráter mais proeminente seja meramente tecnocrata. O que importa, pois, é seu valor como instrumento de luta, de mudança, de reforma que vá *além* do seu objetivo pontual no curto prazo. Não basta uma luta pragmática sem um projeto de futuro bem definido e alinhado com a estratégia de reformas adotadas.

Como destacou Rosa Luxemburgo, as reformas sociais não podem ser resumidas a apenas *um fim em si mesmo*:

A luta cotidiana prática por reformas sociais, pela melhoria da situação do povo trabalhador no próprio quadro do regime existente, pelas instituições democráticas, constitui, mesmo para a social-democracia, o único meio de travar a luta de classe proletária e de trabalhar no sentido de atingir o objetivo final: a conquista do poder político e a abolição do sistema de assalariamento. Para a social-democracia existe uma conexão indissolúvel entre as reformas sociais e a revolução: a luta pelas reformas sociais constitui o *meio*, mas a revolução social constitui o *fim*. (LUXEMBURGO, 2009, p. 13)

Mas seria possível estruturar uma proposta de reforma intelectual e moral (e de *guerra de posição*) simultaneamente ao combate diário para sobrevivência básica? Não seria esse caminho um sacrifício demasiado grande para muitas pessoas nas classes subalternas? Alguns certamente aceitarão o desafio, a custos enormes para si próprios, suas famílias, suas relações sociais e de trabalho. Mas há que se considerar que a grande maioria optará pela estratégia de "sobrevivência mínima", e não participará de movimentos revolucionários que, por definição, sustentam-se sobre novidades, inovações e, principalmente, incertezas. Daí a necessidade de adotar reformas como meio de conscientização e avanço da revolução.

Com base nessa realidade de insegurança, os intelectuais orgânicos não podem diretamente imaginar que seja possível cobrar da população mais pobre uma postura revolucionária pró-ativa como decorrência "natural" da situação em que se encontram. Há um processo ideológico a ser desconstruído para, em seguida, ser gerada a base da nova hegemonia, do novo consenso.

É preciso compreender toda a cultura do sistema capitalista que conduziu a classe subalterna para a situação concreta em que vivem. O medo do desemprego é um desses fatores determinantes que assustam, não sem razão, a grande maioria dos trabalhadores, preocupados com suas famílias e seu sustento mínimo.

É preciso, ainda, não se esquecer da rotatividade constante de trabalhadores – com a forte insegurança que dela decorre – e a presença maciça de uma desigualdade na qualidade dos empregos disponíveis, em especial os subempregos, uma realidade que nem sempre é captada por estatísticas mais gerais sobre a mera quantidade de ocupações disponíveis. Uma pessoa que fica desempregada por meses ou anos acaba por aceitar um emprego precário por questão de sobrevivência; mas isso não significa que sua vida esteja em um patamar minimamente adequado e justo.

O termo a ser usado aqui é *precariedade*, somado a uma *violência simbólica*, conceitos articulados por Zygmunt Bauman e Pierre Bourdieu que se apresentam não apenas em relação ao tipo e às condições de trabalho. O fato é que "a precariedade está hoje por toda a parte" (BOURDIEU, 1998, p. 120), e Bauman complementa:

A precariedade é hoje o principal bloco construtivo da hierarquia de poder global e a principal técnica de controle social. Como Bourdieu enfatizou, não é provável que sejam feitas reivindicações sobre o futuro, a não ser que os reclamantes tenham um firme controle sobre o presente; e é justo o controle sobre o presente que falta à maioria dos habitantes do mundo globalizado. Eles não têm um controle sobre o presente porque o mais importante dos fatores que decidem sobre o seu sustento e sua posição social não está em suas mãos; e existe pouco ou nada que possam fazer, a sós ou em grupo, para trazer esses fatores de volta ao controle deles. (BAUMAN, 2008, p. 51)

Ao definir a violência simbólica, aquela que atua de forma oculta sobre o trabalhador por meio da manipulação, Bourdieu resume bem essa situação desfavorável para a classe subalterna, bem como a sua contradição:

(...) essa violência doce continua a se apoiar numa relação de força que ressurge na ameaça da dispensa e no temor, mais ou menos sabiamente reavivada, ligada à precariedade da posição ocupada. Resulta daí uma contradição, conhecida há muito tempo pelo pessoal de recrutamento e treinamento, entre os imperativos da violência simbólica de um lado, impondo todo um trabalho de dissimulação e de transfiguração da verdade objetiva da relação de dominação e, de outro, as condições estruturais que tornam possível seu exercício. Contradição que se torna tanto mais forte quando o recurso às supressões de empregos como técnica de ajustamento comercial e financeiro tende a colocar a nu a violência estrutural. (BOURDIEU, 2001, p. 251)

Bresser-Pereira também destacou essa amplitude da precariedade na sociedade contemporânea ao destacar que "a miséria material continua a identificar países pobres e explorados da periferia, mas a miséria humana, a sensação de insegurança e falta de perspectivas e a frustração generalizada estão em toda parte" (BRESSER-PEREIRA, 2011).

Marx já apontava para o papel que uma população empregada precariamente tinha no exército industrial de reserva, classificando esse grupo como a categoria da superpopulação relativa "estagnada", que

(...) constitui parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular. Ela proporciona, assim, ao capital, um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida cai abaixo do nível normal médio da classe trabalhadora, e exatamente isso faz dela uma base ampla para certos ramos de exploração do capital. É caracterizada pelo máximo do tempo de serviço e mínimo de salário. (MARX, 1996, v.1, t.2, p. 272)

Esse grupo de trabalhadores “estagnados”, ainda que certamente sofrendo transformações históricas no decorrer da evolução do modo de produção capitalista, apresenta-se muito próximo do que classificariamos no início do século XXI como “proletariado precarizado” (BRAGA, 2012), inserido no mercado de trabalho mas de forma insegura (altas taxas de rotatividade, flexibilização e terceirização) e com baixos salários, tornando-os as primeiras vítimas de qualquer situação de crise ou necessidade de transformação na maneira de produzir do capital. Ademais, não se pode deixar de frisar a forma condescendente com que a classe dominante trata esse trabalhador, minimizando a insegurança e utilizando um discurso de “sucesso” e de classificação distorcida desse grupo como modo de impedir a real percepção sobre o processo de exploração. Chega-se ao ponto cínico de classificar parte dessa parcela de trabalhadores como “classe média” – algo que não corresponde, em absoluto, à realidade social em que vivem as famílias desses trabalhadores.

Essa *mistificação da precarização* vai muito além da questão financeira: é preciso compreender a situação social do trabalhador "precarizado" em uma análise que vá além da renda e considere também sua situação *sociocultural*. As oportunidades e possibilidades reais de sustentar ou melhorar seu modo de vida dependem de diversos fatores que não estão sob seu controle, e a competição na qual esse grupo se insere depende de condições não-financeiras, tais como o "capital cultural" ou "capital social" a que se tem acesso:

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à *vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por *ligações permanentes e úteis*. (BOURDIEU, 2007, p. 67 – grifos do autor)

Sem oferecer à classe subalterna as condições de acesso real a esse capital sociocultural, cria-se uma nova ilusão: a *aparência* de melhoria social que esconde a realidade da dominação e limitação das possibilidades reais de melhoria das condições de vida de forma duradoura e não apenas temporária. Em um momento de crise, pois, esse grupo, por não compreender de forma absoluta a natureza do processo de

dominação e exploração por parte do capital, tende a entrar em conflito não com a classe dominante, mas com *outros grupos explorados*.

Essa estratégia pode ser descrita como um "afastamento" da classe dominante do embate político cotidiano, de modo que as classes médias, trabalhadoras organizadas, "precárias" e miseráveis lutem tão somente entre si, mantendo intactas as estruturas gerais do modo de produção capitalista contemporâneo e de seu estilo consumista e egoísta de viver. Não há, pois, *união política das classes exploradas*, algo necessário para viabilizar uma reforma intelectual e moral e para estruturar qualquer estratégia prática de guerra de posição. A histórica estratégia de guerra do "dividir para conquistar" foi adaptada para os novos tempos e é utilizada com maestria no capitalismo contemporâneo pela classe dominante para impedir qualquer tomada de consciência pela classe subalterna que coloque em risco o cerne do sistema.

Tendo em vista esse contexto de dominação e precariedade dos trabalhadores, é preciso compreender que qualquer estratégia de *guerra de posição* que efetivamente busque a mudança completa do sistema econômico provavelmente passará por uma fase de transição em que se dará a possibilidade de a classe trabalhadora identificar, compreender e atuar sobre as contradições de suas próprias condições de vida e trabalho. Contradições essas que são, enfim, as próprias contradições do sistema capitalista, mas sempre disfarçadas e dissimuladas sob mantos distintos e que são alterados a cada revolução passiva, a cada mudança no modo de viver e produzir, a cada aprofundamento da dominação nas superestruturas.

Essa fase de "obtenção de conhecimento" pela classe subalterna e luta contra a precariedade não deve ser confundida com uma crítica apenas *parcial* de certos valores capitalistas indesejáveis, ou seja, ela não pode ser conduzida apenas sob um pretexto restrito de *pragmatismo reformista*, sem fins revolucionários. Atuar de forma pragmática leva ao risco de passar a ilusão de progresso e mudança quando, na prática, sustenta-se – e até fortalece-se – o sistema econômico vigente e dominante, numa falsa percepção de "fizemos o que era possível". Um pensamento bastante conservador.

Esse determinismo pragmático é, além de tudo, perigoso e injusto pois não avança sobre as questões *estruturais* do sistema capitalista; portanto, qualquer ação tática de curto prazo deve compreender claramente suas limitações e, ao mesmo tempo,

vislumbrar-se como parte de uma estratégia maior de condução a uma libertação objetiva e alcançável no médio prazo.

Romper com a precariedade, com os discursos de poder e com a simbologia da violência estrutural é uma pré-condição para estabelecer e movimentar os elementos históricos necessários a uma revolução efetiva. O primeiro passo dessa mudança talvez precise ser feito dentro do sistema, porém *sem nunca aceitá-lo por completo*. É preciso planejar ações que direcionem a população para a construção de uma sociedade desejável ainda que sem uma ruptura *imediata*, mas que ofereça as bases mínimas para o pensamento livre e objetivo: uma reforma intelectual e moral que represente a hegemonia de um modo de produzir socialista.

Atuar dessa forma é pensar a mudança da realidade pela percepção da *filosofia da práxis* e, cabe frisar, não significa nem adotar um pragmatismo reformista e nem desistir da necessária ruptura revolucionária. Ao contrário, é parte do processo e da estratégia de *guerra de posição gramsciana*. Uma sociedade livre precisa primeiro recuperar – ou conquistar – a sua liberdade de pensamento, e isso é algo que a população somente terá chances de obter por meio de uma melhoria efetiva nas suas condições materiais de curto prazo, permitindo que, ao sair da condição de precariedade, possam então participar – e conduzir junto a seus intelectuais orgânicos – uma nova e verdadeira reforma intelectual e moral.

Nesse contexto, as necessidades consumistas (alienantes) criadas pela expansão do capitalismo tardio devem ser compreendidas dialeticamente. Se por um lado gera-se, em um primeiro momento, a aparência de uma satisfação ao consumidor, essa necessidade mostra-se no segundo momento como algo impossível de ser satisfeita dentro do âmbito do sistema capitalista. Ou seja, a dualidade necessidade/satisfação atua de forma contraditória e incompleta no ser humano, gerando um círculo vicioso de compra e obsolescência planejada para retroalimentar uma outra necessidade: a acumulação crescente de capital, essencial para impedir – temporariamente – novas crises do sistema capitalista.

Há, ainda, uma segunda vertente a considerar nesse modelo de necessidades impostas aos homens: elas funcionam como barreira adicional do sistema para impedir a tomada de consciência em relação ao caráter repressivo do capitalismo. Temos assim

uma sociedade de consumidores constantemente voltados apenas para satisfação de necessidades crescentes e impossíveis de serem satisfeitas, mas vendidas a eles como “verdades absolutas” e como sendo a única forma de atingir a felicidade. A “religião” do consumismo como única forma de viver, de atingir *status*, é também uma forma de afastar essas pessoas das discussões políticas e críticas sobre como tornar a sociedade mais justa, identificando as verdadeiras causas do problema e superando-os de forma definitiva. O interesse imediato e individual do cidadão é valorizado acima de tudo por meio da disseminação dessas “necessidades negativas” (consumistas) que, conforme descreveu Marcuse (1999c, p. 113), “(...) satisfazem de fato uma necessidade que se tornou real, mas ao satisfazê-las retardam a emancipação do homem do trabalho alienado, de todo o sistema de valores do capitalismo, e trabalham contra essa emancipação”.

É preciso verificar até que ponto a classe trabalhadora atual, adotando cada vez mais um modo de vida consumista e integrado ao sistema burguês, pode assumir o seu papel histórico de sujeito revolucionário ou se, ao contrário, essa classe tem se afastado desse papel. Se a classe trabalhadora do final do século XX e início do século XXI permanecer “prisioneira do sistema de necessidades capitalistas” (MARCUSE, 1999c, p. 117), dificilmente ela conseguirá promover as mudanças radicais (revolucionárias) necessárias para superar as contradições do capitalismo.

Desse modo, torna-se ainda mais importante o planejamento de uma estratégia de guerra de posição com uma reforma intelectual e moral que possa auxiliar na libertação das amarras do capitalismo contemporâneo, em especial em relação a esse modo de vida consumista e egoísta que abre margem para a expansão de um pensamento conservador e retrógrado, anti-histórico, e que continua a favorecer os mais abastados, mas dando a impressão – por meio do consumo supérfluo e do desperdício – de que há “progresso” efetivo. Porém, na prática, o que se tem é um progresso material contraditório e que atua como força de dominação e repressão, impedindo a formação de uma nova base intelectual orgânica que consiga transformar a crítica do capitalismo em ação estruturada e revolucionária:

(...) é necessária uma transformação radical dos homens; esse tipo humano radical já precisa existir de algum modo antes da revolução; é preciso que existam homens novos, radicais, que estabeleçam novas instituições e relações socialistas. (MARCUSE, 1999c, p. 119)

É importante essa compreensão para não acreditarmos em ilusões ou para não criarmos expectativas com base em um otimismo exacerbado que, no fundo, impedem ações efetivas. Immanuel Wallerstein, ao comentar os movimentos de ocupações e indignações espalhados pelo mundo no ano de 2011 contra o sistema financeiro, afirmou que "pela primeira vez pessoas comuns passaram a discutir a natureza do sistema no qual vivem. Já não o veem como natural ou inevitável..." (WALLERSTEIN, 2013). O diagnóstico sobre o espaço de discussão e a importância do movimento é certamente correto, porém falar na presença e na consciência obtida por "pessoas comuns" talvez seja supor um otimismo exagerado, pois ultrapassa claramente uma das principais limitações dos movimentos "Occupy": o fato de que a classe trabalhadora mais pobre teve uma participação apenas subsidiária, e não houve uma posterior estruturação *orgânica* de classe para que pudesse ser iniciada uma estratégia de *guerra de posição*.

De fato, o movimento "Occupy" foi conduzido principalmente por jovens de classe média, descontentes com os resultados da crise mundial de 2008, causada primordialmente pela irresponsabilidade do setor financeiro e a ausência de regulação efetiva do Estado, bem como com as propostas de revitalização econômica adotadas nos anos subsequentes. Tais propostas não conseguiram debelar o aumento do desemprego e a perda de conquistas sociais nos Estados Unidos e na Europa.

O atual contexto histórico do início do século XXI não oferece mais as mesmas possibilidades defensivas para os movimentos trabalhistas, que no passado podiam usar certa força para negociar vantagens e concessões conjunturais de curto prazo. Assim,

Sob as condições atuais, não apenas novos ganhos defensivos do trabalho estão fora de questão, como muitas das concessões do passado devem ser aos poucos extirpadas, dependendo tal gradualismo apenas do potencial impacto desestabilizador na continuidade da autorreprodução do capital no caso de muito ser retomado em um pequeno intervalo de tempo. (MÉSZÁROS, 2010, p. 166)

Ainda que não tenha tido forte participação popular direta, o movimento "Occupy" obteve um relativo sucesso como trabalho inicial de conscientização de massas. Mas daí a movimentar uma revolução efetiva, com ações coordenadas e práticas nos campos da sociedade civil e da sociedade política, há uma distância grande a ocupar, literalmente.

E os próximos passos precisam ser realizados. Caso contrário, corre-se o risco de acontecer aquilo que Zizek (2013b) alertou em discurso ao acampamento de manifestantes do movimento Occupy Wall Street em Nova Iorque. É preciso um cuidado para que o movimento de indignação e conscientização inicial não se transforme em mera retórica, resultando em um saudosismo pseudo-revolucionário que não leve a nada de prático.

O problema da tomada direta do poder político *stricto sensu* pode estar na forma escolhida para obtenção desse poder – por meio de acordos com a direita conservadora, por exemplo. Essas escolhas influenciam decisivamente nos objetivos práticos que o uso desse poder oferece no curto e no longo prazo (políticas compensatórias/reformistas ou revolucionárias) e, portanto, torna-se necessária a compreensão da sua **limitação** enquanto elemento de transformação social duradoura. Cabe aqui a leitura que Gramsci fez da estrutura de Estado moderno *ampliado*, compreendido não mais apenas como a sociedade política e seu poder de coerção, mas também pela existência de uma moderna sociedade civil, com sua indiscutível força na construção de consensos e cooptação de pessoas e ideias.

Além disso, estratégias de tomada de poder político sem uma complementação na busca e construção de um novo consenso na sociedade civil – e enfrentamento das trincheiras superestruturais e aparelhos privados de hegemonia, como a mídia e a educação *ampliada* – colocam em risco o próprio futuro dessa nova totalidade que se almeja, uma vez que a esquerda, ao adotar táticas que antes eram utilizadas pelos adversários de direita, "nivela-se" a eles e gera um sentimento crescente de *apatia eleitoral*, despolitizando – e desmobilizando – o cidadão. Abre-se, ainda, espaço para uma contraditória ampliação do fundamentalismo religioso, do conservadorismo e do autoritarismo. Como alerta Roberto Amaral,

(...) A visão contemporânea da esquerda eleitoralmente vitoriosa, convencida pelo pragmatismo de que o objetivo eleitoral deve comandar as questões políticas, a saber, a vitória da tática sobre a estratégia, a vitória do imediato tangível sobre o projeto final, a renúncia ao debate ideológico e principalmente às suas consequências, têm facilitado, até pelo seu silêncio, a propagação dos valores anti-políticos e antidemocráticos da direita, que avança, sorrateira, como erva daninha, a sugar nossa própria seiva. Quando disputamos o poder pelo poder outra coisa não estamos fazendo senão

reproduzindo a tática do adversário histórico. Ora, isso é um doce suicídio: a direita pode disputar o poder pelo poder, pode alimentar projetos pessoais que se sobreponham aos partidos, pode negar a política, pode apegar-se ao imobilismo, e ainda assim estará ideológica e politicamente coerente com seus interesses, simplesmente porque o poder já lhe pertence. (AMARAL, 2012)

Esse diagnóstico é compartilhado por Luciano Martorano, destacando que a classe dominante cria uma série de barreiras para bloquear demandas das classes subalternas dentro de instrumentos burgueses que possuem "aparência democrática". Contudo, é preciso lembrar que “(...) a democracia não existe no vazio, ela se relaciona com determinada estrutura social total que influi sobre ela, estabelecendo tanto pré-condições para a sua constituição, como condições determinadas para o seu funcionamento.” (MARTORANO, 2007, p. 40). A ideia de um jogo de cartas marcadas permanece e tende a afastar a população das disputas políticas, reforçando o poder já consolidado do capital:

(...) as instituições políticas da democracia burguesa, especialmente as mais desenvolvidas historicamente, promovem uma *seletividade estrutural* para permitir a presença na cena política dos interesses que sejam funcionais para a reprodução do capitalismo. Não é difícil deduzir que sob tais condições o conjunto da população vá perdendo paulatinamente o interesse pela política, tanto a parlamentar, como a eleitoral e partidária. (MARTORANO, 2007, p. 41- grifo do autor)

Há, assim, uma clara relação entre um histórico processo de redução das possibilidades de fazer política pelas classes subalternas (*seletividade democrática* disfarçada de democracia plena) e o contínuo afastamento das pessoas dos processos políticos cotidianos, sejam eles eleitorais ou participativos. Martorano explica, citando o historiador Moses Finley, que a apatia política “surge de um sentimento de impotência, da impossibilidade de neutralizar aqueles grupos de interesse cujas vozes prevalecem nas decisões do governo” (FINLEY, 1988, p. 115-116), ou seja, a apatia nasce da ausência de condições concretas de atuação.

Por esse prisma, cabe ressaltar que a apatia política e a descrença nas instituições no Estado não é um processo natural: esse movimento de retirada da força da política serve ao propósito de manter as trincheiras elevadas em defesa do *status quo*, de reduzir gradualmente as possibilidades de ação democrática (seja via eleições, seja na

ação nos aparelhos privados de hegemonia) e impedir que a soberania do povo seja efetivamente exercida.

A apatia política serve assim como instrumento de *controle do povo* e *controle das formas de atuação na política*. A classe dominante, por meio dos aparelhos privados de hegemonia sob seu comando, incentiva a *demonização da política* de forma acrítica e sem debate de conteúdo. Nessa estratégia reacionária, a classe subalterna, apática, não perceberia a importância das lutas políticas (eleitorais e não-eleitorais), não entenderia a necessidade e nem participaria de uma guerra de posição gramsciana. Assim, talvez nunca se alcançaria um grau de consciência e práxis suficientemente desenvolvido que levasse a lutas revolucionárias.

Parece claro que apenas a tomada do poder político não é suficiente para uma mudança *estrutural*, especialmente no caso de situações em que os partidos de esquerda se desvirtuam para vencer as eleições, algo que tem sido comum no início do século XXI, gerando a *ilusão* de que há uma verdadeira força de esquerda no poder. É preciso reforçar a importância fundamental da construção de *consensos* na sociedade civil, nas instituições da vida cotidiana, e as mudanças no modo de viver da população precisam ser obtidos de forma disseminada e descentralizada, ainda que coordenada e de forma complementar ao poder político, uma vez que “a constituição de um movimento socialista extraparlamentar de *massas* estrategicamente viável (...) é precondição vital para o êxito da luta contra o maciço poder extraparlamentar do capital” (MÉSZÁROS, 2010, p. 44, grifo do autor).

Segundo Marcuse, as experiências de autogestão são decisivas e podem oferecer a base inicial para a revolução efetiva, tomando o comando, ainda que parcial, de determinadas superestruturas, oferecendo alternativas práticas que podem se ampliar posteriormente, configurando assim um novo modelo estrutural:

(...) as formas de organização tradicionais estão obsoletas, mas novas formas se delineiam. Sobretudo quando se pode imaginar um colapso do capitalismo começando pouco a pouco, gradualmente, através do não funcionamento, primeiro de esferas isoladas do sistema e, depois, ampliando-se para o sistema como um todo. (MARCUSE, 1999d, p. 173)

Porém, é preciso ser realista e compreender que essa estratégia corre riscos se não houver, ao menos em parte, uma reforma intelectual e moral que a sustente, tanto nos participantes diretos como no restante da sociedade, em especial nas classes subalternas. A tomada de posições na sociedade civil, a busca por uma nova hegemonia e um novo consenso nas superestruturas somente pode se consolidar com um novo modo de viver e de produzir que efetivamente *supere a exploração, o desperdício, a irracionalidade do sistema do capital*. Se por um lado isso pode ser feito gradualmente, é de se esperar uma resposta da classe dominante, e daí a necessidade de que a classe subalterna esteja estruturada intelectualmente e moralmente para enfrentar esse momento de luta entre hegemonias – cujo momento crítico se dará durante uma crise orgânica. É uma soma de *preparação e ação*, de criar homens preparados e cidadãos ativos que busquem uma nova sociedade de acordo com as condições históricas, atuando fortemente na superação do capitalismo.

Se queremos um novo mundo, é preciso criar uma nova forma de viver. E isso não pode acontecer sem uma mudança no cerne do sistema econômico, na infraestrutura, e daí decorre a necessidade de que a reforma intelectual e moral que promova a verdadeira revolução seja ampla o suficiente para criar um novo homem em todos os seus aspectos da vida, em seu exterior e interior: “Os trabalhadores precisam ser diferentes do que são hoje; eles podem ser as mesmas pessoas, entretanto precisam ter uma postura inteiramente diferente envolvendo o corpo como um todo” (MARCUSE, 1999d, p. 177).

A estratégia de transformação da sociedade capitalista via eleições democráticas (tomada do poder limitada à sociedade *política*) não falhou apenas pela inoperância e pela falta de projetos de esquerda que pudessesem ser implementados, ou mesmo pela adesão acrítica a um reformismo gradual. Ele falhou por não considerar que o poder efetivo se encontra *espalhado na sociedade civil*, e não centralizado apenas no Estado *stricto sensu* e na burocracia governamental. E falhou por não considerar a relação inseparável entre a política e as relações materiais de produção, o poder das ideologias e dos símbolos, bem como o poder da dominação cultural e educacional no modo de viver das pessoas de baixa renda, impondo-lhes a mesma cultura de consumo e desperdício da elite dominante, mas sem oferecer os meios para atingir um verdadeiro bem-estar duradouro.

Ou seja: é preciso uma inovadora e completa reforma intelectual e moral para se implementar qualquer projeto que tenha como finalidade a revolução efetiva e a mudança das bases sociais de produção, alterando as relações de dominação e transformando a classe subalterna em classe dirigente e dominante. Mesmo em países com os governos mais radicais de esquerda, tais como Venezuela e Bolívia no início do século XXI, é importante notar que o domínio na sociedade política mostrou-se limitado quando não somado à obtenção da *direção* na sociedade civil. Sem um novo consenso hegemônico, o poder de transformação dos líderes revolucionários é parcial e frágil quando confrontado com a força das instituições capitalistas e com as relações sociais cotidianas internas e externas em seus países. Sendo assim, “a ação extraparlamentar só será eficaz se atacar os aspectos centrais e as determinações sistêmicas do capital, atravessando o labirinto de aparências fetichistas com as quais eles dominam a sociedade” (MÉSZÁROS, 2010, p. 45).

Os intelectuais orgânicos da classe subalterna precisam ter a consciência de que os males que os indivíduos enfrentam não são percebidos como diretamente decorrentes do sistema econômico, e que as trincheiras dos aparelhos privados de hegemonia formam uma barreira contra qualquer possibilidade de revolução efetiva. As causas das crises são claras para muitos intelectuais e filósofos, mas, para a população como um todo, o que temos são discursos conflituosos, incertezas, medo e uma preocupação de curto prazo em superar a precariedade daquele momento específico.

Esse é um erro comum de otimismo exacerbado onde o intelectual de esquerda se distancia da realidade, caindo na tentação de simplificar e modelar a realidade de acordo com suas percepções. Ainda que correta em teoria, a estratégia deve partir do seu ponto mais básico e *prático*: da apresentação clara das causas dos problemas e dos conflitos de classe para, enfim, propiciar a criação de um novo consenso na sociedade civil. Um erro comum é agir como se já houvesse um consenso construído, quando na realidade ele é inexistente ou apenas parcial, distorcido pela dominação superestrutural da classe dominante.

Ao constatar um possível esgotamento do liberalismo nos primeiros anos da segunda década do século XXI, o filósofo francês Dany-Robert Dufour argumentou que “no momento de seu triunfo absoluto o liberalismo dá sinais de cansaço. Nos damos conta de que nada funciona e as pessoas vão tomado consciência desta falha e têm uma

reação de incredulidade", e que "(...) agora nos damos conta de que o mercado acarreta devastações" (DUFOUR, 2013). O problema dessa afirmação não é a sua verdade sobre o mercado, que é incontestável. A falha está em sua fala querer representar o pensamento majoritário do povo oprimido, sendo que a verdade é que ele fala apenas por um conjunto de intelectuais e por uma parcela minoritária da população dominada. O restante (boa parte dos 99% de oprimidos) apenas constata as *consequências* dessas devastações citadas, mas essa parcela majoritária da classe trabalhadora não consegue ou não pode fazer ainda essa correlação direta com o mercado e com o sistema capitalista, e por vezes nem se identifica nem tem consciência de si enquanto classe.

Reforça-se então a necessidade de explorar essa questão: por que a maioria da classe subalterna não consegue perceber as causas verdadeiras das constantes, recorrentes e estruturais crises capitalistas? Pode-se destacar a força devastadora da situação de precariedade que atua nessa dificuldade de compreensão, bem como a batalha dos discursos ideológicos nas superestruturas dominadas pela hegemonia burguesa.

Assim, há duas frentes a serem enfrentadas no Estado ampliado: como reduzir no curtíssimo prazo a situação de precariedade de grande parte da população – via esforços do poder político conquistado via eleições democráticas, com uso de políticas públicas nas áreas sociais – e como, *simultaneamente*, colocar em evidência as contradições do capitalismo nos diversos aparelhos privados de hegemonia na sociedade civil, de modo a alimentar debates relevantes e amplos sobre as verdadeiras causas dos problemas contemporâneos, realizando uma necessária reforma intelectual e moral que dê base de sustentação (consenso) da classe subalterna que se tornará dirigente e dominante:

(...) a verdadeira questão é como estabelecer com firmeza uma direção global a ser seguida, ao mesmo tempo que se reconhecem plenamente as circunstâncias limitadoras e o poder da imediaticidade que se opõem a atalhos ideais. (MÉSZÁROS, 2010, p. 118)

É necessário cuidado para não adotar uma ilusão otimista de que as pessoas perceberão "naturalmente" as causas dos problemas apenas com algumas mudanças reformistas ou apenas com discursos inflamados sobre revolução. É preciso uma estratégia de guerra de posição estruturada, paciente, uma vez que os trabalhadores

possuem no século XXI complexas e difíceis vidas para conduzir, além de serem constantemente "bombardeados" pela ideologia da elite dominante, que reforça seu poder continuamente, alienando cada vez mais a população para que não sejam percebidas as causas reais de tanta miséria, insegurança e desigualdade no mundo.

Não se pode ainda desprezar que, em caso de aprofundamento de uma crise orgânica sem solução e que não possibilite uma modificação nas formas de produzir e viver de modo a concretizar a revolução passiva por vias pacíficas, sempre há o crescente risco de surgimento de alternativas autoritárias e totalitárias. A dualidade consenso-coerção, quando desestabilizada e levada ao limite, pode resultar em um duro golpe contra governos democráticos pois, afinal, o capitalismo não possui nenhum compromisso com a democracia: ela é apenas mais um *instrumento formal* que pode ser dispensado caso isso se mostre necessário para promover uma nova rodada de acumulação de capital:

A direita só se interessa pela democracia na medida em que esta serve aos seus interesses. Por isso, as esquerdas são hoje a grande garantia do resgate da democracia. Estarão à altura da tarefa? Terão a coragem de refundar a democracia para além do liberalismo? Uma democracia anticapitalista ante um capitalismo cada vez mais antidemocrático? (SANTOS, 2012)

Essa citação do sociólogo Boaventura de Sousa Santos faz uma importante provocação para a esquerda mundial sobre seu papel enquanto representante da classe subalterna em uma "democracia" capitalista. Afinal, qual é esse papel dentro do contexto histórico do capitalismo no século XXI? É possível a sua superação e a implementação de uma *autêntica* democracia socialista? Noam Chomsky também faz uma crítica ao capitalismo e sua inerente tendência antidemocrática, pois o poder político é reflexo do poder econômico (que está nas mãos da classe dominante):

Pessoalmente, eu sou a favor da democracia, o que significa que as instituições centrais da sociedade devem estar sob o controle popular. Agora, sob o capitalismo, nós não podemos ter democracia por definição. O capitalismo é um sistema no qual as instituições centrais da sociedade estão, em princípio, sob um controle autocrático. Assim, uma corporação ou uma indústria são fascistas, se pensarmos em termos políticos; quer dizer, elas têm um rígido controle desde seu topo e a obediência irrestrita deve ser estabelecida em todos os níveis – há um pouco de barganha, algumas concessões, mas a linha de autoridade é perfeitamente direta. Da mesma maneira

que me oponho ao fascismo político, oponho-me ao fascismo econômico. **Penso que, enquanto as principais instituições da sociedade não estiverem sob o controle popular dos participantes e das comunidades, é inútil falar sobre democracia.** (CHOMSKY, 2004, p. 138 – grifo e tradução meus)

Chomsky, portanto, também caminha na direção apontada por Gramsci em que é preciso assumir o poder em seu sentido amplo, ou seja, na economia e nas diversas instituições da sociedade civil. Tomar o poder político em um movimento direto gera apenas uma *ilusão de democracia e poder*, caso isso ocorra sem a modificação das bases da sociedade via reforma intelectual e moral. Sendo assim, torna-se fundamental a construção de um *novo consenso hegemônico*, espalhado e enraizado em todas as *superestruturas*, e que dará suporte à mudança socioeconômica *estrutural* a ser implementada com a *direção organizada* da classe subalterna.

No contexto histórico contemporâneo do século XXI, há uma fundamental necessidade de educação do povo por meio de uma reforma intelectual e moral, como estratégia para enfrentar o período de transição para o socialismo (ainda que com crises e dificuldades imediatas):

(...) não é mais possível aos produtores imediatos assumirem automaticamente o controle sobre o processo de produção social: talvez qualquer cozinheira possa ser ensinada como administrar a sociedade socialista, porém um longo período de aprendizado é necessário. A transformação socialista exige uma capacidade administrativa e organizativa que não pode ser adquirida da noite para o dia. Não existem modelos e a experiência é limitada. Aprender por tentativa e erro, com todos os tropeços envolvidos, é inevitável. (PRZEWORSKI, 2013)

Todo processo de conscientização política, toda reforma intelectual e moral precisa, para ser efetiva, considerar as particularidades históricas do sistema capitalista, compreendendo novas possibilidades de ação. E, no campo educacional, é fundamental a inovação e a libertação das formas tradicionais de ensino, que já se mostraram perpetuadoras apenas da hegemonia dominante na grande maioria das instituições. O ensino precisa, pois, alcançar uma nova *síntese dialética*, superando suas próprias contradições e limitações de modo a abrir espaço para que essa síntese se espalhe, em seguida, para as outras superestruturas e, enfim, permita a superação final da estrutura dominante do capital.

É preciso, acima de tudo, superar o discurso dominante que impede qualquer pensamento crítico que fuja dos limites impostos pelas superestruturas já dominadas pelo sistema do capital. Como aponta Marcuse (1999b, p. 84), é necessário “(...) encontrar uma linguagem e novas formas de organização que não tenham mais nada em comum com o uso político conhecido”, uma vez que estamos trabalhando em um ambiente já “viciado”, ou seja, corrompido e controlado de forma hegemônica e instrumentalizado pela classe dominante. A saída passa por um rompimento radical, ainda que construído gradualmente, mas que efetivamente permita o enfrentamento do cerne do sistema, ou seja, o questionamento e a mudança das regras do jogo capitalista. Sem isso, cairemos novamente em reformismos temporários e limitados cuja eficácia sempre será contraditória, justamente por não fugir do senso comum e não criticar o modo de vida já internalizados na sociedade.

Nesse contexto, os partidos de esquerda precisam compreender a realidade histórica e atuar para favorecer um processo verdadeiramente revolucionário que permita a conquista de espaços em uma guerra de posição. Ao comentar o desenrolar e a dificuldade dos avanços do movimento estudantil na França de 1968, Marcuse destacou: “(...) acredito que a tarefa de um partido dos trabalhadores seja (...) agir contra a integração da classe trabalhadora à ordem existente e não (...) fortalecer essa integração” (MARCUSE, 1999a, p. 73). Porém, na prática, o que ocorreu na França foi um conflito entre as reivindicações políticas dos trabalhadores e os avanços econômicos defendidos pelo Partido Comunista e os sindicatos. Essa contradição de objetivos na base da classe trabalhadora e dos estudantes levou ao fracasso do movimento de 1968, ainda que tenha mostrado a potencialidade de organizar formas de pressão para avançar em busca de uma revolução efetiva.

Será que uma estratégia de esquerda passa necessariamente por uma união das diversas vertentes e dos grupos progressistas? Ou isso pode ser uma desvantagem já que tende a levar a uma centralização possivelmente prejudicial? Marcuse defende que uma divisão na esquerda não é algo ruim no momento inicial da luta, pois possibilita um certo grau de liberdade e organização prática, vinculada a atividades fundamentais na infraestrutura ou mesmo nas superestruturas:

(...) nada de unificação prematura das diferentes estratégias. A esquerda está dividida. A esquerda sempre esteve dividida. Só a direita, que não precisa lutar por nenhuma ideia, está unida. A força da esquerda poderia muito bem estar naqueles pequenos grupos rivais, ativos em vários lugares ao mesmo tempo, uma espécie de guerrilha política na paz ou na assim chamada paz. (MARCUSE, 1999b, p. 85)

Em um contexto de organização para ação, a tarefa da esquerda seria, pois, “(...) preparar-se, no pensamento e na ação, moral e politicamente, para o momento em que os conflitos inerentes ao capitalismo corporativo rompam sua coesão repressiva e se abra uma fenda na qual o verdadeiro trabalho pelo socialismo libertário possa começar” (MARCUSE, 1999b, p. 85).

Cabe, pois, aos intelectuais orgânicos do século XXI a organização e disseminação das informações na sociedade civil, sem agir de forma elitista ou condescendente, e sem assumir como fatos (*consensos*) aquilo que ainda não foi conquistado e disseminado na base da sociedade. Decorre dessa estratégia a importância da saída parcial dos intelectuais do meio acadêmico e a necessidade de uma maior participação dos mesmos nas outras instituições políticas e socioculturais, contrapondo a ideologia dominante com uma nova racionalidade cultural e moral que permita a condução de mudanças efetivas nas relações sociais de produção, de forma consensual na população oprimida.

3.2. A *involução passiva* como forma de revolução passiva no século XXI

É preciso considerar e analisar um possível e mais perigoso caminho para as revoluções passivas no século XXI. Se a hegemonia da social-democracia reformista continuar sendo vista como a única alternativa possível, ou seja, se ela se torna a possibilidade máxima de ação em uma visão política socialista, o que acontecerá quando ela fracassar por completo?

Dado que não se apresentem no curto prazo possibilidades alternativas à esquerda desenvolvidas pelos grupos oprimidos (cooptados pelo atual sistema e desiludidos com o fracasso do socialismo real), o resultado pode não ser outro que uma cada vez mais agressiva *involução passiva*, um retrocesso de certo modo *circular*, uma revolução passiva que nem precisa conceder algum benefício concreto aos grupos explorados – pelo contrário, pode aproveitar o momento para *subtrair direitos e conquistas históricos*.

O outro corolário dessa ausência de um projeto de contra-hegemonia de esquerda é o fortalecimento de projetos na *direita política*, inclusive na direita ultraconservadora, que pode se aproveitar do vácuo para tentar aprofundar ainda mais esse retorno ao passado, encontrando espaço no descontentamento geral – inclusive dos oprimidos – para obter apoio em torno de um projeto discriminador, xenofóbico e ainda mais individualista, criando na sociedade uma visão maniqueísta onde é preciso a todo custo encontrar um novo "inimigo", seja o pobre, seja o negro, seja o imigrante. Esse movimento, que guarda preocupantes semelhanças com o totalitarismo, já é bastante claro – ainda que minoritário – em diversos países da Europa no início do século XXI, onde há diversos exemplos de cidadãos – estrangeiros ou não – sendo vítimas de preconceito racial, religioso ou sexual.

É importante perceber as causas desse novo "ódio": ele apresenta-se na superfície como um movimento político, cultural e social, mas as bases e as raízes desse pensamento e condicionamento moral confirmam a leitura marxista: é ainda o modelo de desenvolvimento econômico capitalista, adaptado às condições históricas desenvolvidas desde o século XX até o início do século XXI, que leva a essa tensão entre grupos e indivíduos, mascarando mais uma vez a luta de classes e o embate que o movimento

"Occupy" tentou desenvolver ao falar da contradição na distribuição da riqueza entre os 1% mais ricos e os outros 99% da sociedade.

A estratégia da classe dominante, nesse caso, é afirmar que os culpados estão dentro dos próprios 99% da população – e, assim, procura-se em grupos mais frágeis ou minoritários os supostos "culpados" pela crise, quando na verdade o modelo de acumulação capitalista continua sendo o único e verdadeiro culpado.

Ainda que a *involução* passiva abstenha-se de oferecer algo à classe explorada, cabe uma pergunta: seria possível uma crise orgânica ser superada sem uma modificação no modo de produção e de vida da sociedade? A resposta histórica ainda terá que ser observada, mas é possível imaginar tal resposta se *compreendermos o retrocesso ou a estagnação enquanto mudança em si*, enquanto forma de reestruturação manipulada e dirigida pela burguesia como "avanço". A classe dominante, ao realizar a *involução* passiva, tentaria fazer o capitalismo regredir mas de forma lenta e circular, de modo a simplesmente levá-lo a um *ponto anterior do seu modelo de acumulação* e, assim, temporariamente permitir um novo início de ciclo favorável.

Seria possível imaginar uma revolução passiva que se concretizasse sem um salto progressista na forma de produzir? Seria imaginável que o sistema do capital se adaptasse a novas condições históricas e, de posse de uma força hegemônica tão intensa nas superestruturas, viabilizar assim uma nova maneira de retomar um processo de acumulação de capital sem a necessidade imediata de revolucionar seu modo de produção?

Seria possível que, na ausência de uma força contra-hegemônica plausível e ameaçadora, ou seja, em um momento em que não houvesse risco de revolução efetiva, o sistema pudesse viabilizar um *salto ao passado* ao invés de se direcionar ao futuro, garantindo assim uma *sobrevida* a um modelo supostamente esgotado?

Seria possível, pois, uma *involução* passiva, retirando dos trabalhadores direitos já adquiridos e, assim, retomando o processo de exploração anteriormente existente, abrindo espaço para geração de mais-valia em um modelo que mistura – dialeticamente – o modo de produção do *passado* com o modo de produção do *presente*, hibridamente, e postergando assim a inevitável chegada ao *futuro*?

A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de ideias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se consolidarem. Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações sociais com os outros homens.” (MARX; ENGELS, 1998, p.43)

Essa tendência descrita no Manifesto Comunista apresenta de forma precisa o modo de vida incessantemente mutante e inseguro do modo de produção capitalista. Mas essa necessidade de revolucionar os instrumentos de produção e de colocar em constante agitação as relações sociais talvez possa ser tratada pelo capital de forma diferenciada em diferentes momentos históricos, considerando os mecanismos de defesa adotados pelo sistema. Ou seja, a “obrigação” de os homens encararem as ilusões pode ser adiada se o sistema encontrar as condições históricas favoráveis, por meio de retrocessos contraditórios em uma sociedade cada vez mais complexa e confusa onde a educação moral e intelectual se torna frágil. Essa tendência, se aceita como “natural”, deixa de se tornar uma “obrigação” e se torna um *sofrimento*, uma depressão psicanalítica experimentada em nível sociológico na liquidez e incerteza da vida contemporânea.

Porém, essa “dor de viver” apresenta-se cruelmente – e de forma dissimulada – como um “sintoma sem causa”, pois o modo de produção capitalista faz, por meio da classe dominante e de seus intelectuais, um falso discurso de neutralidade e naturalidade, ou seja, apresenta-se às pessoas que sofrem como se ele, o sistema, não tivesse culpa alguma. Defende-se, assim, a *meritocracia individual* e a culpa incide sempre e totalmente sobre o indivíduo, nunca sobre o capitalismo e suas relações sociais.

Essa é a forma contemporânea de alienação totalizante imposta pelo modo de produção capitalista que invadiu de tal forma o modo de viver dos indivíduos ao ponto de torná-los não apenas instrumentos de uso social para manutenção do sistema, mas para

chegar ao ponto de iludi-los com a dupla finalidade de: (1) deslocar a verdadeira culpa de sua origem histórica, ou seja, do capitalismo e, assim impedir a tomada de consciência de classe e de si próprios; e (2) garantir um ambiente de competição enquanto “natureza”, ou seja, uma tentativa de retirar o elemento histórico do debate e “naturalizar”, como “fim da história”, o sistema do capital como sendo “o melhor dos mundos possíveis”, retomando e reafirmando a mística e o fetiche com base em um discurso supostamente “racional”, instrumentalizado para isso.

Desse modo, pode ser possível ao capital, em determinadas situações históricas, retardar a necessidade de uma constante revolução na forma de produzir. Ainda que as contradições exijam determinadas mudanças para permitir a acumulação, no momento em que o modo de produção capitalista (consumista, egoísta, alienante) se torna tão dissimulado e “naturalizado”, é possível imaginar uma nova condição histórica que dê um outro tipo de fôlego para superação – parcial – de uma crise orgânica.

Assim, no capitalismo contemporâneo, a revolução passiva talvez possa aparecer sob uma vertente *involucionária*, ou seja, um retorno ao passado como forma de retomada das condições de acumulação. Esse retorno, claro, é vendido à população como “única alternativa”, tornada única justamente pela estratégia dissimulada de naturalização do sistema e do discurso de ausência de alternativas. A população, educada e formada com base no medo e na competição sem fim, e agora sem uma opção socialista real que se apresente como alternativa, acaba por aceitar acriticamente uma revolução passiva *regressista*, que acaba por afastar a classe subalterna de seu caminho em busca de uma revolução efetiva e dá à classe dominante uma oportunidade historicamente *ímpar* de aumentar sua taxa de mais-valia apenas com a retirada de direitos sociais e trabalhistas, com a retirada de mecanismos de regulação e controle do capital.

A contradição, pois, é essa: o capitalismo aproxima-se cada vez mais do seu limite e, assim, procura novas formas de impedir a chegada ao seu momento final onde não há mais como revolucionar as relações sociais e explorar outra classe para obter o lucro⁷. Nesse contexto histórico limítrofe, a estratégia de dominação e de hegemonia

⁷ Não se deve, contudo, entender esse limite como algo absoluto ou determinista, e sim como um processo dialético. O capitalismo, mesmo com suas contradições, já demonstrou – e continua a demonstrar – a capacidade de se reinventar e expandir seus limites em cada contexto histórico distinto, exigindo assim uma organizada mobilização e ação da sociedade para promover mudanças e, enfim, superar o atual sistema.

superestrutural torna-se fundamental: é preciso impedir a formação de qualquer pensamento crítico e alternativo, limitando a esquerda a aceitar e defender o reformismo cujo resultado será, mais uma vez, um apaziguamento das forças antagônicas que, com o sucesso na venda de um modo de vida egoísta e determinista, permitirá ao modo de produção capitalista se “revolucionar” com uma volta ao passado. Certamente tal retorno não pode ser realizado de forma completa – mas, ainda assim, funciona como mais um alento temporário para o sistema do capital se reproduzir enquanto procura novas alternativas de exploração e ajuste.

É preciso compreender que essa forma de adaptação – um mecanismo de defesa do capital – é parte intrínseca do modo de produção capitalista. Se considerarmos que “o capital, assim que fica sujeito ao controle do Estado apenas em alguns pontos da periferia social, se ressarce tanto mais desmesuradamente nos outros pontos” (MARX, 1996, v.1, t.2, p.118), é possível compreender como a classe dominante procura novas formas de extrair mais-valia e mais-trabalho de modo a permitir o aumento dos lucros ou, em um momento de crise orgânica, a retomada de um novo ciclo de acumulação de capital, colocando-o em movimento.

Percebe-se, pois, que se as condições históricas permitirem que a retirada de mecanismos de controle do Estado (ou seja, flexibilização de leis trabalhistas duramente conquistadas ao longo da história) seja feita sem revolta – e até com o consentimento – da classe trabalhadora, essa será uma opção estratégica a ser procurada pela burguesia como forma de revolução passiva. Nesse contexto, o “ressarcimento” do capital a ser obtido não advém necessariamente de uma nova forma de produção revolucionária, mas sim de uma perda de *trabalho necessário* do proletariado que será transformada em *mais-trabalho* por meio da ampliação da taxa de mais-valia: se o Estado adota políticas de austeridade fiscal, redução de benefícios sociais, redução de impostos para empresas, ausência de mecanismos de nivelamento das condições de negociação entre patrão e empregado, enfim, se o Estado deixa de assumir um papel intervencionista nas relações sociais de trabalho, o resultado será invariavelmente um vácuo a ser assumido pela classe dominante que tentará, por meio das novas condições de contratação da mão-de-obra, aumentar seus lucros e dar sobrevida ao sistema do capital cada vez mais desregulado e selvagem.

Esse resultado certamente é contraditório pois não muda, em seu cerne, a forma de reprodução destrutiva do capital: assim, tende à catástrofe e conduzirá a novas crises no futuro, uma vez que apenas acentua o antagonismo, a dominação, a exploração. Por outro lado, é preciso compreender o papel que essa estratégia de retrocesso social (disfarçado sob a forma de “única alternativa”, colocando a culpa nos indivíduos e nos “governos irresponsáveis que gastaram demais”) tem nas futuras negociações entre trabalhadores e patrões, e seu impacto imediato no curto prazo, favorecendo a classe dominante.

Com a retirada de direitos sociais e trabalhistas em um primeiro momento e com esse “salto ao passado”, inicia-se um novo ciclo de acumulação que chegará invariavelmente a um novo esgotamento e a uma nova crise orgânica. Mas, dadas agora essas novas condições históricas que permitiram a retirada de direitos durante a crise anterior, em uma crise futura a classe dominante poderá realizar uma revolução passiva *tradicional*, oferecendo benefícios aos trabalhadores e revolucionando de forma progressista a forma de produzir. A reprodução do sistema, portanto, ganhará anos adicionais de *interdição das contradições* e postergação de seu fim último, e isso tão somente pela possibilidade de retorno ao passado na forma de uma *involução passiva* viabilizada historicamente por meio da dominação superestrutural e da ausência de alternativas reais de revolução efetiva.

É preciso ainda compreender a importância do papel dos direitos sociais e previdenciários em relação aos direitos trabalhistas diretos na sociedade contemporânea. A estratégia do capital não necessariamente passa mais pela mudança das condições de trabalho *stricto sensu*, e sim pela sua forma *ampliada*, ou seja, todos os benefícios sociais pagos sejam por empresas, governos ou outras entidades mistas. O objetivo do capital, de toda forma, é a ampliação da sua capacidade de obtenção de mais-valia.

Se no passado as lutas trabalhistas resultavam em uma legislação protetora que impulsionava o modo de produção para uma revolução da forma de produzir, para a concentração do capital e para a ampliação do regime fabril-mecanizado (MARX, 1996, v.1, t.2, p. 130), acentuando e tirando o véu sobre as formas de exploração e organizando a luta direta dos trabalhadores, no capitalismo contemporâneo essa contradição não aparece de forma tão explícita. A exploração globalizada do trabalhador e do consumidor (onde as tão distintas necessidades e circunstâncias alteram o tempo de trabalho

necessário e, portanto, as condições de obtenção de mais-trabalho e mais-valia) é justificada cinicamente por meio da hegemonia conquistada na sociedade civil e impede que as classes subalternas percebam claramente a dominação, não enxergando os mecanismos que estão por trás disso, sejam eles diretamente econômicos ou mesmo simbólico-culturais. Daí que as massas de trabalhadores precarizados não se revoltam contra as enormes desigualdades: aceitam o discurso do “progresso” e do “gradualismo” em um primeiro momento e, depois, no momento de crise orgânica, aceitam o discurso do “governo gastador” e da “irresponsabilidade”, seja de indivíduos ou do Estado – mas nunca é colocada na mesa a irresponsabilidade do capitalista e do modo de produção.

É esse modo de produção globalizado e cínico, ligado umbilicalmente a um modo de vida egoísta e alienado, que permite enfim à classe dominante se aproveitar de momentos de crise para reorganizar a sociedade sem uma imediata revolução passiva completa, ou seja, é possível convencer as massas de que os “culpados” pela crise estão em todo lugar – indivíduos, Estado etc – mas nunca no sistema como um todo. No máximo admite-se que parte do sistema tem problemas – as “maçãs podres”, o sistema bancário etc. –, mas as soluções apresentadas sempre socializam os custos e maximizam o ganho do capital, impedindo uma verdadeira revolução a ser conduzida pela classe subalterna. No limite, como já é possível observar na Europa na segunda década do século XXI, o sistema obteve tal hegemonia que mesmo no momento de crise orgânica (iniciada em 2008), as soluções vendidas pelos países dominantes passa pela redução dos gastos do Estado nos países periféricos, somados a aumento da jornada de trabalho e outras mudanças claramente regressistas para a classe trabalhadora. Outra consequência nefasta de uma estratégia de austeridade fiscal é o aumento da precarização dos postos de trabalho e mesmo do desemprego, novamente gerando facilidades para o capitalista com o decorrente aumento do exército industrial de reserva, barateando assim as condições de contratação da mão-de-obra e gerando novas condições de ampliação da taxa de mais-valia.

Como bem retratou Marx, a relação entre o valor da força de trabalho e da mais-valia “depende do peso relativo que a pressão do capital, de um lado, e a resistência do trabalhador, de outro, jogam no prato da balança” (MARX, 1996, v.1, t.2, p. 150), ou seja, se houver enfraquecimento da resistência dos trabalhadores – historicamente construída por meio de acordos e legislações trabalhistas, bem como por mecanismos e benefícios sociais que reduzem a força de exploração do capital, tais como programas de

renda mínima –, o resultado é que a dinâmica do sistema se altera, pendendo e favorecendo o capitalista em detrimento do trabalhador. Assim, torna-se possível a retomada do processo de acumulação em um momento de crise alterando o “peso da balança” na luta entre capital e trabalho.

Em outras palavras: a dominação hegemônica do capital na mídia e na sociedade civil, somada ao modo de vida consumista e alienado, apresenta agora os ganhos sociais, previdenciários e trabalhistas como se fossem “privilegios” dos trabalhadores. O cinismo do capital mostra-se, uma vez mais, sem limites, trilhando até um passo atrás na história se isso permitir um novo ciclo de acumulação – mesmo que tal caminho resulte em prejuízo incalculável para o movimento trabalhista.

Não obstante, há outros fatores que limitam o impulso acumulativo (e destrutivo) do capital, como códigos ambientais e legislações para impedir a concentração da terra e a criação de oligopólios. Essas leis, contudo, também podem ser alteradas para favorecer o capital caso a força hegemônica da classe dominante não encontre barreiras e caso o discurso do “progresso desenvolvimentista” oferecido como “única saída” para a crise seja aceito pela sociedade sem grandes contestações. Assim, mais uma vez, mesmo sem uma revolução imediata nos modos de produção e vida, torna-se possível reiniciar (ou ampliar) um processo (ciclo) de acumulação apenas pela retirada de barreiras jurídicas que foram criadas no passado como forma de preservação da classe trabalhadora, do bem-estar da sociedade ou mesmo visando a sobrevivência do planeta.

A questão que se coloca é se esse movimento contraditório permitiria ao sistema do capital obter uma “sobrevida”, impedindo o amadurecimento das contradições ou, ao menos, afastando-as temporariamente e mantendo dormentes os elementos verdadeiramente revolucionários. Cabe perguntar até que ponto o capitalismo pode lutar contra as “válvulas de segurança” e contra a tendência geral que Marx descreveu, impedindo – ou atrasando – o inevitável progresso que levaria à sua superação definitiva:

Com as condições materiais e a combinação social do processo de produção, amadurecem as contradições e os antagonismos de sua forma capitalista e portanto, ao mesmo tempo, os elementos constitutivos de uma nova [sociedade] e os momentos revolucionadores da velha sociedade. (MARX, 1996, v.1, t.2, p. 131)

Seria possível uma *involução* nesse processo histórico, ainda que temporária, que permita a ampliação do grau de exploração da força de trabalho (e aumento da taxa de mais-valia) com base em um retrocesso dos avanços sociais duramente conquistados nos séculos XIX e XX, adiando assim a síntese dialética final do modo de produção capitalista?

Caso isso se confirme, não é difícil perceber o perigo para qualquer estratégia ou expectativa socialista que aposte unicamente em contradições crescentes: se o capital de alguma forma mostrar-se capaz de se manter vivo retrocedendo, trabalhando circularmente na dicotomia entre progresso e retrocesso, sem necessidade de se reinventar em um momento de crise orgânica, isso dará ao sistema ainda mais fôlego quando encontrar novas crises no futuro – ainda que, certamente, nunca permitirá a solução de suas contradições intrínsecas. O retrocesso puro e simples sempre será visto como uma saída, sem necessidade de modificar substancialmente as formas de produzir – e, ainda, retirando conquistas históricas da classe trabalhadora.

Conclui-se, pois, que, sem a existência de alguma pressão real – ou seja, viável materialmente dentro das condições históricas – pela classe trabalhadora, o capitalismo ganha tempo para se reestruturar uma vez que: (1) não precisa fazer concessões à classe trabalhadora – pelo contrário, permite-se retirar direitos e conquistas, mesmo em momentos de crise; e (2) não precisa realizar de imediato uma modificação na forma de produção e de vida da sociedade, pois a ausência de alternativas que se apresentem como viáveis abre espaço para um retrocesso no tempo, consolidando uma *involução* passiva que sustentará o sistema até a próxima crise.

No longo prazo, o risco gerado pelas limitações do sistema capitalista se tornará cada vez mais perigoso no sentido da própria sobrevivência humana, pois os ciclos de acumulação e reprodução do capital tendem a retirar mais e mais do meio-ambiente, ao passo que a escassez de matérias-primas e os efeitos socioambientais nefastos só irão aumentar. O resultado de um processo longo de *involução* passiva que não altere significativamente esse modo de viver insustentável pode ser desastroso para a própria humanidade como um todo.

É importante destacar ainda o caráter mais perverso da *involução* passiva enquanto forma atípica de revolução passiva no curto prazo. Ao apresentar a retirada de

direitos e conquistas do Estado de Bem-Estar Social como uma das soluções para a superação da crise, a classe dominante utiliza-se de um momento de instabilidade orgânica para reforçar seu poder, quando no passado, isso acontecia apenas *posteriormente* à solução negociada com a classe trabalhadora para superação da crise sem uma ruptura de poder e hegemonia.

Desse modo, em uma atenta análise da conjuntura do início do século XXI, percebe-se que a *crise orgânica contemporânea* não apenas deve durar mais tempo e que serão gastos mais esforços para superá-la – uma vez que o "remédio" da retirada de direitos e de serviços sociais no Estado via cortes fiscais, na verdade, não soluciona o problema econômico de fundo –, como também dará à classe dominante mais capital simbólico e material para, no futuro, realizar as tradicionais revoluções passivas, aí sim oferecendo aos trabalhadores, se necessário, benefícios sociais. Benefícios esses que, ironicamente, os trabalhadores já haviam obtido e consolidado no passado, mas foram retirados da sociedade numa *involução* passiva que se apresentou como inexorável e que colocou a culpa dos problemas econômicos justamente nos avanços reformistas representados no Estado de Bem-Estar Social.

Uma importante lição deve surgir desse desenvolvimento de forças no capitalismo no início do século XXI, e que deve fazer o pensamento socialista repensar a estratégia reformista. A experiência europeia parece demonstrar que o modelo do Estado de Bem-Estar Social possui uma enorme fragilidade em momentos de crise orgânica, especialmente se ele já tiver chegado a um ponto histórico de máximo desenvolvimento material. Ou seja: o modelo da social-democracia, enquanto alternativa para o neoliberalismo, esbarra nas mesmas contradições gerais do sistema econômico capitalista, a saber: encontra limites para sustentação dos ganhos sociais no longo prazo e jamais alcança uma verdadeira estabilidade.

Tomando consciência dessa situação, cabe perguntar se ainda vale a pena adotar o reformismo de esquerda como estratégia para redução das desigualdades e das injustiças sem alterar as bases do sistema capitalista – estratégia que foi amplamente adotada (ou ampliada) na Europa após a 2^a Guerra Mundial, alcançando seu ápice no final do século XX, e que ainda está em crescimento nos países menos desenvolvidos ao redor do mundo (como parece ser o caso do Brasil a partir de 2002). Cabe refletir com cuidado sobre o futuro desses países em desenvolvimento, que por um lado repudiaram

(em teoria) a proposta do neoliberalismo mas, como contraponto, adotaram como alternativa um *reformismo fraco* bastante similar à social-democracia que os países mais ricos adotaram no período do pós-guerra.

Pode-se argumentar que a crise orgânica mundial de 2008 não afetou tão fortemente países menos desenvolvidos (como o Brasil) justamente por se encontrarem em um estágio anterior de desenvolvimento material do sistema capitalista – porém, as bases do sistema permanecem as mesmas, bem como suas contradições, ainda que possamos destacar importantes ações intervencionistas do Estado nos governos Lula e Dilma para tentar "controlar" a ânsia do capital. O sucesso de longo prazo dessas ações, porém, é algo a ser considerado e analisado.

A dúvida inevitável que surge é: seria esse modelo "híbrido" (capitalismo com forte intervenção estatal, o "Capitalismo de Estado") suficiente para acabar com a desigualdade social? Seria possível um Estado interventor realmente "dominar" o sistema do capital, garantir a existência de uma sociedade mais justa e, no limite, acabar com a exploração e a precarização? Se for preciso conviver com o sistema do capital, qual seria o nível de exploração "aceitável" no modelo social-democrata (ou em outro modelo reformista), e quem o definiria? Essa situação social seria sustentável no longo prazo, ou estamos vivendo apenas um dos pontos ascendentes de um modelo de desenvolvimento capitalista composto sempre por altos e baixos, com contradições insolúveis, historicamente já conhecido e apenas replicado sobre outras bases históricas e materiais?

As respostas deverão surgir ao longo do século XXI, mas podemos inferir que, considerando o fato de todas as tentativas de reformismo anteriores esbarrarem nas limitações intrínsecas do sistema capitalista, é difícil imaginar um modelo sustentável que não passe pela alteração das relações sociais de produção e pela transferência do controle da propriedade dos meios de produção para a coletividade. Porém, ao menos até o início da segunda década do século XXI, uma proposta efetiva que vá na direção revolucionária não tem sido a opção escolhida predominantemente pelos partidos de esquerda no mundo capitalista. Toda estratégia de poder limitada ao reformismo como *fim em si mesmo* impede a construção de uma nova alternativa socialista historicamente ajustada para permitir a superação definitiva do capitalismo e de suas crescentes mazelas sociais.

CAPÍTULO 4: A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ORDEM CIVILIZATÓRIA COMO RESPOSTA AOS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

4.1. A importância de uma Reforma Intelectual e Moral no século XXI

Lembremos que o reformismo social-democrata – bem como sua aceitação por parte relevante da intelectualidade de esquerda e das classes subalternas – tem como base uma *contradição*, uma ausência de entendimento sobre a totalidade e a concepção de hegemonia, uma vez que a escolha reformista recebe *externamente a estrutura prática de ação* do sistema do capital, limitando assim as opções de reforma e revolução efetiva. Somente as reformas que não afetem o núcleo do poder do capital serão aceitas (e somente após muita luta), e ainda assim essas melhorias serão apresentadas como avanços obtidos pelo próprio sistema do capital (e não como resultado da luta contra-hegemônica), reforçando assim a atual hegemonia capitalista ao invés de combatê-la. O diagnóstico de Florestan Fernandes em 1989 permanece válido nos dias atuais: vivenciamos um "processo de degradação aburguesada do socialismo e dos seus fundamentos teóricos e políticos" (FERNANDES, 1996, p.12).

Futuramente, como a história continua a demonstrar no início do século XXI em países da Europa e nos Estados Unidos, os diversos avanços anteriormente comemorados são gradualmente relativizados ou mesmo eliminados, evidenciando o papel de *massa de manobra* da esquerda reformista na realização de contemporâneas revoluções ou involuções passivas a favor da classe dominante. Em uma perspectiva histórica de longo prazo, pois, a desigualdade social só aumentará, mesmo que em alguns momentos pontuais ela se reduza temporariamente: a luta é *ineficaz* no campo reformista pois a geração de injustiça e desigualdade é característica *inerente* ao sistema do capital e *indissociável* dele.

Nesse cenário, o reformismo precisa ser superado por uma *reforma intelectual e moral*, com ações *educacionais* amplas que permitam superar a contradição entre pensar e agir. Fernandes fez o alerta: "não dá mais para transferir sempre para o futuro a preparação das classes trabalhadoras e dos de baixo para lutar pelo socialismo e por uma democracia de corte socialista" (FERNANDES, 1996, p. 13). É preciso, portanto, mudar a própria forma de viver das pessoas, construir em toda a sociedade civil um *modo de vida*

distinto, um novo *patamar* de ordem civilizatória. Gramsci elucida a situação conflitante em que vivemos, bem como o caminho a trilhar:

Pela própria concepção do mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos. O problema é o seguinte: qual é o tipo histórico de conformismo, de homem-massa do qual fazemos parte? Quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é compósita, de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista, preconceitos de todas as fases históricas passadas estreitamente localistas e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado. Criticar a própria concepção do mundo (...) significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais evoluído. Significa também, portanto, criticar toda a filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular. (GRAMSCI, 1999, p. 94):

A ideia de reforma intelectual e moral a ser realizada confirma a necessidade de atuação em esferas muito além da econômica e da política tradicionais, enfrentando novas questões contemporâneas de cultura e de participação dos cidadãos nos processos de mudança. É preciso difundir e socializar de forma coordenada uma nova forma de viver que atinja toda a amplitude da sociedade civil:

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las” por assim dizer; e, portanto, transformá-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. (GRAMSCI, 1999, p. 95-96)

Segundo explica Ivete Simionatto, no pensamento de Gramsci, “a cultura apresenta-se como condição necessária ao processo revolucionário, à instalação de uma nova ordem capaz de vivificar a liberdade e a democracia” (SIMIONATTO, 2004, p. 28). A construção de uma nova hegemonia deve aproximar as pessoas e deve se expandir de *baixo para cima*, organicamente:

A conquista da hegemonia, a construção de uma vontade coletiva nas sociedades ocidentais, implica, assim, a realização de uma ampla ‘reforma intelectual e moral’ (...). A luta pela hegemonia nas sociedades de capitalismo avançado

não se trava só no nível das instâncias econômica e política (relações materiais de produção e poder estatal), mas também na esfera da cultura. A elevação cultural das massas assume importância decisiva neste processo, para que elas possam libertar-se da pressão ideológica das velhas classes dirigentes e elevar-se à condição destas últimas. A batalha cultural apresenta-se, portanto, como fator decisivo no processo de luta pela hegemonia, na conquista do consenso e da direção político-ideológica por parte das classes subalternas. Exercitá-la consiste, pois, na capacidade de o partido político participar da formação de uma nova concepção de mundo, de elaborar uma proposta transformadora de sociedade a partir de “baixo” (...) (SIMIONATTO, 2004, p. 50)

Nesse contexto, é impossível pensar em revolução efetiva sem uma reforma que atinja as bases culturais da sociedade. A centralidade e a importância do trabalho de crítica e mudança cultural contra-hegemônica, via reforma intelectual e moral, fica ainda mais evidente na seguinte constatação de Gramsci:

Toda a revolução foi precedida de um intenso trabalho de crítica, de penetração cultural, de permeação de ideias através de agregados, de homens antes refratários e preocupados em resolver dia a dia, hora a hora, os problemas individuais, dissociados dos outros que se encontravam na mesma situação. (GRAMSCI, 2004, p. 59)

A experiência de Gramsci nos Conselhos de Fábrica (1919-1920) também serviu como elemento para reforçar a importância da cultura na luta pelo poder e o papel do Estado em uma revolução socialista. Essa experiência, somada ao seu trabalho no jornal *L'Ordine Nuovo*, ampliava os espaços para debate livre de questões fundamentais do socialismo e propiciava um ambiente crítico para criação de uma nova cultura, bem como para sua difusão (SIMIONATTO, 2004, p. 29-30).

Gramsci aponta para a necessidade de que a classe subalterna exerça uma nova hegemonia na sociedade que se apresente como *direção intelectual e moral*, e essa direção “deve exercer-se no campo das ideias e da cultura, manifestando a capacidade de conquistar o consenso e de formar uma base social. Isso porque *não há direção política sem consenso*” (SIMIONATTO, 2004, p. 44 - grifo meu).

Ou seja, nas sociedades capitalistas modernas, onde a sociedade civil está bastante (e cada vez mais) desenvolvida, é preciso compreender claramente a dualidade entre *domínio* e *direção*, para que não se criem falsas expectativas. Uma nova hegemonia socialista a ser construída em uma visão de Estado *ampliado* exige que uma nova direção

intelectual e moral seja difundida e aceita pela classe subalterna, de modo a legitimar uma mudança efetiva e não meramente passiva nas relações sociais. A reforma intelectual e moral das massas procura, assim, “(...) criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização uma forma superior e total de civilização moderna” (GRASMCY, 2000b, p. 18).

Essa construção de uma nova hegemonia, na visão de Gramsci, passa necessariamente por uma nova “consciência política coletiva e ideológica das forças sociais” (SIMIONATTO, 2004, p. 45), e que se desenvolve em momentos distintos: do econômico-corporativo, passando pela consciência de solidariedade no campo econômico, para enfim alcançar o momento ético-político, de uma hegemonia que supere tanto o corporativismo como a leitura meramente econômica (sem abandoná-la, mas também sem restringir a luta somente a ela), ampliando assim a participação das classes subalternas e permitindo a construção teórica e prática de uma visão de mundo que supere as limitações e as subordinações impostas pelo modo de viver capitalista. Na explicação de Gramsci,

A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. Portanto, também a unidade de teoria e prática não é um dado de fato mecânico, mas um devir histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no sentimento de “distinção”, de “separação”, de independência quase instintiva, e progride até a aquisição real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitária. É por isso que se deve chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa, para além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos. (GRAMSCI, 1999, p. 103-104)

E analisando as referências ao *senso comum* no pensamento de Marx, Gramsci complementa que

(...) está implícita a afirmação da necessidade de novas crenças populares, isto é, de um novo senso comum e, portanto, de uma nova cultura e de uma nova filosofia, que se enraízem na consciência popular com a mesma solidez e imperatividade das crenças tradicionais. (GRASMCY, 1999, p. 118-119)

Gramsci utiliza o termo “catarse” para definir o importante momento de revolução na consciência das pessoas – etapa necessária e fundamental para colocar em andamento uma mudança socialista com base hegemônica. Como explica Simionatto (2004, p. 46), a catarse seria a “(...) passagem da estrutura à superestrutura, do momento corporativo ao momento ético-político, esta tarefa ‘ontológico-dialética’ de construir um novo bloco histórico”. Nas palavras de Gramsci,

Pode-se empregar o termo catarse para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) para o momento ético-político, ou seja, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isso significa também a passagem do “objetivo ao subjetivo”. A estrutura, de força exterior que esmaga o homem, que o assimila a si, que o torna passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas. (GRAMSCI, 1999, p. 314)

É preciso enxergar esse caminho de conquista da hegemonia como um processo de aprendizagem de duas vias, no qual “a hegemonia tem também uma função educativa, e o Estado não só luta para conquistar o consenso, mas também educa esse consenso” (SIMIONATTO, 2004, p. 51). Gramsci destaca que há uma

Missão educativa e formativa do Estado, cujo fim é sempre criar novos e mais elevados tipos de civilização, adequar a ‘civilização’ e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do desenvolvimento continuado do aparelho econômico de produção, portanto elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade. (GRAMSCI, 1991, p. 91)

Somente assim poderá nascer um novo tipo de homem, um novo tipo de sociedade na concepção gramsciana: uma *nuova civiltá*, verdadeiramente livre das falsas necessidades impostas pelo sistema do capital. Fica evidente que

(...) não é suficiente lutar apenas pela extinção da apropriação privada dos meios de produção, mas que **se deve lutar também pela extinção da apropriação elitista da cultura e do saber**. Só assim será possível criar condições para superar a distância entre dirigentes e dirigidos, entre governantes e governados, entre “intelectuais e pessoas simples”, e, dessa maneira, abrir espaços para que o Estado seja reabsorvido pela sociedade civil. (SIMIONATTO, 2004, p. 50 – grifo meu)

É importante reforçar o caráter histórico dos movimentos e das lutas entre hegemonias. Não há como pensar de forma absoluta ou "pura", pois as contradições

aparecem justamente quando os valores socioculturais são contrastados de forma dialética junto aos sistemas que os perpetuam. Como explica Badaloni (1978, p. 23), "teorias e hegemonias nascidas em determinados contextos históricos assumem significados novos, dependentes de movimentos estruturais que se produziram", o que significa ser necessário um trabalho de *esclarecimento* constante para formação da capacidade crítica de ação que vá além de um voluntarismo simplista, que age por meio de impulsos isolados e que, assim, não gera transformações estruturais.

Se a luta de hegemonias políticas, para Gramsci, acontece em diversos momentos sucessivos e campos diferenciados, passando pela ética, pela política e pela concepção de mundo (BADALONI, 1978, p. 23), é a estratégia de *guerra de posição* que busca estruturar e ligar esses elementos de mudança, permitindo o reconhecimento da atual realidade e, ao mesmo tempo, a sua crítica, desvelando suas limitações e seus antagonismos. A mudança, portanto, depende da compreensão da *política em seu todo*, não como técnica restritiva, mas sim como *elemento central de ligação* entre os diversos campos de conhecimento e ação.

Nesse contexto, fica evidente a limitação da atuação da esquerda reformista contemporânea na forma de "pequena política", uma "política do dia-a-dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas" (GRAMSCI, 2000b, p. 21), na qual a ação política se afasta gradualmente da realidade orgânica e limita as escolhas possíveis, reduzindo o espaço para mudanças estruturais e efetivas que são alvo da "grande política":

A grande política comprehende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política comprehende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela preponderância entre as diversas frações de uma mesma classe política. Portanto, é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política (...). (GRAMSCI, 2000b, p. 21)

As disputas hegemônicas da "pequena política" acabam transformadas em jogos de fachada com regras pré-determinadas, similares a um cassino que vende esperanças em forma de ilusões, pois é a banca quem, ao final, sempre vence. Assim, essa luta ocorre como uma *farsa*, um simulacro de disputa em um ambiente controlado onde tudo que é "novo" logo é demonizado e desqualificado como se fosse "risco à

democracia", reforçando o poder do conservadorismo. Na explicação contemporânea de Carlos Nelson Coutinho:

Existe hegemonia da pequena política quando a política deixa de ser pensada como arena de luta por diferentes propostas de sociedade e passa, portanto, a ser vista como um terreno alheio à vida cotidiana dos indivíduos, como simples administração do existente. A apatia torna-se assim não só um fenômeno de massa, mas é também teorizada como um fator positivo para a conservação da 'democracia' pelos teóricos que condenam o 'excesso de demandas' como gerador de desequilíbrio fiscal e, consequentemente, de instabilidade social. (COUTINHO, 2010, p. 32)

A reforma intelectual e moral proposta por Gramsci deve ser entendida como o renascimento do indivíduo, mas dentro de uma nova coletividade onde caberia ao partido o papel de fio condutor dessa mudança, considerando o contexto histórico e econômico que é inseparável de qualquer proposta de reforma intelectual e moral (BADALONI, 1978, p. 36). Nesse sentido, "o programa de pesquisa de Gramsci não consiste (...) em uma remoção do papel do econômico como determinante em última instância, mas sim em um novo modo de considerar o muro entre estrutura e superestrutura" (BADALONI, 1978, p. 25). Gramsci destaca a importância dessa etapa de superação das contradições na relação entre *consciência* e *ação*:

O homem ativo de massa atua praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica desta sua ação, a qual, não obstante, é um conhecimento do mundo na medida em que o transforma. Pode ocorrer, aliás, que sua consciência teórica esteja historicamente em contradição com o seu agir. É quase possível dizer que ele tem duas consciências teóricas (ou uma consciência contraditória): uma, implícita na sua ação, e que realmente une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade; e outra, superficialmente explícita ou verbal, que ele herdou do passado e acolheu sem crítica. Todavia, esta concepção "verbal" não é inconsequente: ela liga a um grupo social determinado, influindo sobre a conduta moral, sobre a direção da vontade, de uma maneira mais ou menos intensa, que pode até mesmo atingir um ponto no qual a contraditoriedade da consciência não permita nenhuma ação, nenhuma escolha e produza um estado de passividade moral e política. (GRAMSCI, 1999, p. 103)

Percebe-se que qualquer mudança estrutural exige que seja feita uma crítica da política e das superestruturas, cujo objetivo é "acompanhar e solicitar a mudança de um modo de produção" ou mesmo "desenvolver um novo individualismo" (BADALONI, 1978,

p.26), ou seja, é uma condição para que o homem saia da passividade que impede um novo tipo de ação política:

Sair da passividade, para Gramsci, é alcançar um nível superior, é deixar de aceitar a subordinação que a ordem capitalista impõe a amplos estratos da população, é deixar de ser “massa de manobra” dos interesses das classes dominantes. (SIMIONATTO, 2004, p. 47)

Estimular debates na sociedade é buscar espaços para o nascimento revolucionário de um novo "homem coletivo" capaz de ser ao mesmo tempo expressão crítica da teoria e da prática. Não se pode separar de forma simplista e formal as etapas de geração de conhecimento e ação, devendo ambas serem dialeticamente executadas, retroalimentando-se a cada passo, a cada ajuste necessário dentro do coletivo. O rompimento real com as bases de dominação capitalista exige a ampliação dessa consciência crítica, unindo critérios e práticas:

(...) a práxis revolucionária não pode desprezar o conhecimento. Eis porque Gramsci insiste tanto sobre a necessidade de fazer germinar da crença popular do 'coletivo' um novo individualismo, como efeito de um conhecimento científico e de uma prática crítica que o pressupõe como dado. A crença popular do coletivo é concretamente a manifestação 'ideológica' de uma necessidade social que podemos exprimir como 'princípio de plano'. Mas esse critério científico deve se desenvolver na prática crítica daquele. (BADALONI, 1978, p. 20).

Esse processo é fundamental para permitir que a classe subalterna se organize para se tornar classe dirigente e possa atuar politicamente com esse objetivo. Pois em um momento de *crise orgânica* (uma crise ampla que atinge a própria *hegemonia* dominante), a ausência de consciência e de organização política impede que conquistas efetivas sejam alcançadas, e a crise pode resultar apenas em novas revoluções passivas que não garantam avanços para um movimento contra-hegemônico. Destaca-se, pois, a capacidade de fazer política das classes subalternas organizadas:

O critério central para a resolução da crise é a iniciativa dos sujeitos políticos coletivos, a capacidade de *fazer política*, de envolver grandes massas na solução de seus próprios problemas, de lutar cotidianamente pela conquista de espaços e posições, sem perder de vista o objetivo final, ou seja, o de promover transformações de estrutura que ponham fim à formação econômico-social capitalista. (COUTINHO, 2003, p. 155 – grifo do autor)

Na análise de Badaloni, Gramsci percebia que uma nova civilização estaria em construção com a "manifestação ideológica na consciência da necessidade do coletivo", mas também alertava para o risco de se cair no exagero de uma "estatolatria", que não deveria ser vista como um fim em si mesmo (perpétuo), mas sim como um novo ambiente crítico que abrisse espaço para "novas formas de vida estatal" (GRAMSCI, 2000b, p. 280), ou seja, um novo tipo de Estado que não fosse uma mera continuidade do Estado burguês. Ao final, o que Gramsci espera é a construção de uma *sociedade regulada* na qual "Estado será igual a Governo, e Estado se identificará com sociedade civil" (GRAMSCI, 2000b, p. 245).

Carlos Nelson Coutinho também identifica o risco de "estatolatria", a preocupação de Gramsci em que exista sempre uma visão crítica do Estado e de seu papel de modo a evitar um viés de "existência perpétua" do mesmo. Exige-se assim "a necessidade de uma permanente 'crítica socialista', enquanto parte integrante do processo que Gramsci frequentemente designa como 'reforma intelectual e moral'" (COUTINHO, 2003, p. 139).

Cabe aqui novamente ressaltar a relevância que Gramsci dá ao partido (o "Moderno Príncipe") como intelectual coletivo no papel de organizar e mediar os diversos organismos da classe operária, enfrentando de forma orgânica a dominação hegemônica na sociedade civil e construindo a opção contra-hegemônica. Conforme explica Coutinho, a luta do partido na frente cultural é tão importante quanto a luta econômica e política:

A formação de uma vontade coletiva liga-se organicamente ao que Gramsci chama, repetidas vezes, de 'reforma intelectual e moral'. O partido não luta apenas por uma renovação política, econômica e social, mas também por uma revolução cultural, pela criação e desenvolvimento de uma nova cultura. (COUTINHO, 2003, p. 172)

Esse é um momento decisivo de mudança que une a consciência à ação, que modifica o comportamento da classe operária na guerra de posição gramsciana. A batalha cultural gera elementos que permitem o nascimento de uma política que seja expressão de uma nova hegemonia, de uma revolução ativa: "Sem uma nova cultura, as classes subalternas continuarão sofrendo passivamente a hegemonia das velhas classes dominantes e não poderão se elevar à condição de classes dirigentes" (COUTINHO, 2003, p. 173).

Percebe-se que a reforma intelectual e moral tem um *duplo papel* a cumprir em qualquer jornada revolucionária socialista. Se em um primeiro momento ela permite à classe subalterna assumir a postura de classe dirigente ao conquistar uma nova hegemonia na complexa sociedade civil do capitalismo contemporâneo, em um segundo momento a reforma intelectual e moral serve como contraponto ao risco de "estatolatria" dentro do socialismo, buscando sempre como objetivo final a sociedade regulada e o fim da divisão entre governantes e governados (COUTINHO, 2003, p. 174).

O que se percebe no pensamento de Gramsci é uma nova forma de relação política entre o indivíduo e o coletivo. As estruturas antigas devem ser todas questionadas, bem como os próprios valores dos cidadãos, gerando uma nova individualidade. Como explica Badaloni, nessa relação gramsciana entre indivíduo e coletivo é sintomático que "(...) o problema do novo individualismo se apresente como reforma moral e intelectual, isto é, como nova tensão de vontades, utilitária mas desinteressada, exatamente da mesma natureza que determina o renascimento do indivíduo no interior do 'coletivo'" (BADALONI, 1978, p. 35).

A importância da reforma intelectual e moral e de preparação para a mudança estrutural é reforçada pela análise das condições históricas dentro do sistema do capital nas sociedades ocidentais contemporâneas, onde há um forte consenso hegemônico desenvolvido e protegido nas trincheiras das superestruturas a serviço do poder dominante. Assim, nada ocorrerá "espontaneamente", mas sim sobre determinadas condições de luta construídas e em determinados momentos de conflito, onde ficam mais claras as contradições insolúveis do capitalismo. Como explica Badaloni (1978, p. 49), "não basta uma crise. É preciso que esteja pronta e capilarmente difundida a consciência de que é possível seguir um caminho diverso".

Dentro da estratégia revolucionária e da reforma intelectual e moral, é preciso que os movimentos das classes subalternas não fiquem "presos" a determinadas etapas ou instrumentos de curto prazo, sob risco de cair em uma situação de perda de vontade real (ativa) ou em um falso finalismo que, na prática, *impedem* a mudança estrutural. Se compreendermos que "o determinismo e a fase econômico-corporativa (...) são para Gramsci doenças infantis não só do movimento operário, mas também de toda nova classe e de todo novo Estado quando surgem" (BODEI, 1978, p. 77), isso deve servir como alerta para que os rumos das ações políticas sejam sempre avaliados em sua

totalidade, e não apenas como batalhas isoladas e momentâneas. Sem enxergar os próximos passos, a tendência é a criação (às vezes até involuntária, por simples falta de consciência crítica da situação) de novas trincheiras *dentro* do modelo anterior, reforçando-o e, assim, perdendo de vista os objetivos maiores a alcançar.

Gramsci aponta para a necessidade histórica de que o proletariado atinja uma *maturidade* para tomar e exercer o poder. Como explica Remo Bodei ao analisar a situação posterior à Revolução Russa de 1917, "(...) é urgente desenvolver a capacidade de direção intelectual e moral, conhecer a complexa realidade dos instrumentos científicos e políticos, apropriar-se deles" (BODEI, 1978, p. 80), ou seja, não é possível assumir o papel *ativo* de transformação da sociedade sem o desenvolvimento de uma efetiva reforma intelectual e moral que expresse a nova hegemonia da classe proletária, o novo consenso, a nova civilização que se pretende construir. Um *novo intelectual*, ligado organicamente à classe proletária, deve participar *ativamente* dessa construção alternativa e revolucionária:

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, "persuasor permanentemente", já que não apenas orador puro — mas superior ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece "especialista" e não se torna "dirigente" (especialista + político). (GRAMSCI, 2000a, p. 53)

A busca das classes subalternas por novas capacidades humanas e novas formas de ação deve ir além dos mitos ou de um mero fatalismo teleológico. É preciso se utilizar da *política* como instrumento de luta e de obtenção de consciência de classe. A política então se torna *orgânica* ao movimento, orientada para um fim emancipador, uma expressão ativa da "vontade coletiva voltada para o 'objetivo distante'. Por isto faz-se necessária uma 'reforma intelectual e moral' como sustentação deste crescimento geral" (BODEI, 1978, p. 82).

Ademais, para organizar e viabilizar a superação da etapa econômico-corporativa, cabe aos intelectuais orgânicos "a tarefa de acelerar a elevação da consciência das camadas subalternas do primitivismo econômico e corporativo à hegemonia e à visão do objetivo distante" (BODEI, 1978, p. 82), fornecendo às massas os

instrumentos para conhecer e superar a passividade, integrando-se eles próprios cada vez mais aos movimentos de classe do proletariado.

É preciso ainda analisar a relação contraditória da sociedade com o conceito de progresso dentro das condições burguesas de vida. A pergunta geralmente feita nos dias de hoje é: *progresso para quem?* Gramsci, explica Bodei, aponta que "a ideia de progresso está em crise porque estão em crise os seus portadores, porque a história fugiu ao controle deles e voltou a ser, aos seus olhos, 'natureza', processo incompreensível, cego, fatalismo burguês" (BODEI, 1978, p. 102). Em uma nova civilização socialista, torna-se necessário que existam espaços para uma nova ideia de progresso, algo que somente é possível em uma estrutura econômica onde as relações entre natureza e homem, e entre os próprios homens, seja conduzida sobre uma base sustentável, construtiva e inclusiva, e não mais destrutiva, concentradora e geradora de desigualdades como acontece na base do sistema capitalista atual.

É também papel da reforma intelectual e moral desvelar as estratégias do atual modelo hegemônico burguês, combatendo a *apatia política* e oferecendo à classe subalterna as possibilidades de desenvolver seus instrumentos de luta contra-hegemônica, reforçando a importância da conquista de posições em todas as superestruturas dentro de uma estratégia consistente de tomada de poder. Tão ou mais importante quanto as eleições é o desenvolvimento de uma consciência das estruturas de poder no Estado *ampliado*, e dos movimentos de classe para obtenção e uso desse poder ampliado. Ou seja: a crítica à política e à democracia burguesas deve ter como objetivo a *superação da apatia* por meio do fortalecimento de uma *nova política*, verdadeiramente democrática, e sem cair no risco de gerar uma *demonização acrítica* da política como um todo.

Portanto, cabe pensar uma nova política e uma nova democracia socialista que superem a democracia burguesa - e que claramente se diferenciem dela, para além de normas, considerando o contexto histórico apresentado. Falar em tipos de democracia implica em compreender que há escolhas diversas a fazer dentro de um regime democrático: escolhas não meramente formais, mas *fundamentais* pois influenciam e determinam como se desenvolverá o cerne das relações sociais e de justiça. Há que se indagar o que desejamos, como pergunta Florestan Fernandes:

(...) que tipo de democracia? A capitalista, que institucionaliza a classe como meio social de dominação e fonte de poder, ou a socialista, que deve tomar como alvo a eliminação das classes e o desenvolvimento da autogestão coletiva, passando por um período de dominação da maioria, tão curto quanto possível? (...) Carecemos com premência da democracia. Mas de uma democracia que não seja o túmulo do socialismo proletário e dos sonhos de igualdade com liberdade e felicidade dos trabalhadores e oprimidos. (FERNANDES, 1996, p. 12-13)

Ademais, no mundo contemporâneo, fica praticamente impossível imaginar uma reforma intelectual e moral que não considere como estratégia fundamental o *combate ao controle hegemônico da mídia*, talvez o mais poderoso aparelho privado de hegemonia sob controle da burguesia no século XXI. Como bem explica Jorge Miglioli (2006, p. 31), “o monopólio dos meios de comunicação se transformou em monumental instrumento de doutrinação, dominação e alienação das classes dominadas”. Se os meios de comunicação não se tornarem verdadeiramente democráticos, os espaços de reprodução de um novo sistema e de um novo modo de vida socialmente justo ficarão sempre prejudicados - ou, no limite, até impedidos de nascer.

É preciso gerar condições concretas de nascimento para o *realmente novo*, para todo um distinto sistema de relações sociais que aprofunde a democracia real e permita a superação dos atuais impasses capitalistas. Marcuse destaca que um primeiro limite a qualquer mudança estrutural – limite esse já reconhecido em 1969, e que se aprofundou nas décadas seguintes – é o sucesso crescente da cooptação da classe trabalhadora pelo sistema do capital e sua indústria de consumo: “(...) uma grande parte, talvez a parte decisiva da maioria, a saber, a classe trabalhadora, se encontra amplamente integrada ao sistema; isso ocorre sobre uma base material bem sólida, não apenas superficialmente.” (MARCUSE, 1999b, p. 82). Ou seja,

(...) a luta organizada contra o capital deixa de ser apenas econômico-política e passa a ser também uma luta cultural, na medida em que a necessidade de desvelamento da estrutura funcional capitalista se transforma em estímulo para o desenvolvimento intelectual dos trabalhadores. (OLIVEIRA; FELISMINO, 2010, p. 314)

O cuidado, portanto, é compreendermos a *totalidade do espaço de disputa*, e de não cairmos em soluções simplistas ou voluntaristas, que tenham aparência de “novo” mas remetam, equivocadamente, a um retrocesso na luta por uma nova sociedade, pois a base material de dominação precisa ser *radicalmente* enfrentada.

Uma revolução efetiva não irá acontecer sem um amplo processo de conscientização das classes subalternas, enfrentando nas superestruturas todos os atuais mecanismos de dominação da classe dominante. Assim, “o trabalho pedagógico de propagação do marxismo no seio da classe trabalhadora, processo intitulado por Gramsci de ‘preparação espiritual da revolução’, é absolutamente fundamental ao que fazer revolucionário.” (OLIVEIRA; FELISMINO, 2010, p. 320)

Podemos notar, como exemplo de campo de dominação, que tanto o uso da ciência como o uso do *obscurantismo*, apesar de aparentemente antagônicos entre si, podem servir a um mesmo modelo hegemônico, como forma de censurar um pensamento verdadeiramente livre. Como explica Bourdieu,

(...) Perceber que a ciência se tornou um instrumento de legitimação do poder, que os novos dirigentes governam em nome da aparência de ciência econômico-política que se adquire nos cursos de ciências políticas e nas Business-schools, não deve conduzir a um anticientificismo romântico e regressivo, que sempre coexiste, na ideologia dominante, com o culto aberto à ciência. Trata-se antes de produzir as condições de um novo espírito científico e político, liberador porque liberado das censuras. (BOURDIEU, 1983, p. 15)

Assim, é preciso romper radicalmente com o senso comum enraizado na sociedade, mas ao mesmo tempo é necessário *absorver e elevar o patamar* de uso dos instrumentos já oferecidos pelo sistema que sirvam à proposta socialista. Não devemos negar os possíveis avanços (inclusive tecnológicos), mas sim condicioná-los, *incorporá-los dialeticamente* em uma nova visão *libertária* de sociedade, onde os *fins a atingir* são outros.

Daí a importância do *materialismo histórico* como método para enxergar o que é avanço e o que é retrocesso. A filosofia da práxis oferece os instrumentos teóricos e práticos para identificar no Estado *ampliado* as raízes que mantém, hoje, a hegemonia da classe dominante burguesa, permitindo com uma análise *histórica e crítica* encontrar saídas que não caiam em reformismos regressistas nem em planos irrealizáveis dentro de um contexto social concreto. A busca por um novo modelo de relações sociais passa pela libertação das censuras, pois só assim pode-se alcançar o novo "espírito científico e político" de que fala Bourdieu.

É preciso pensar e construir uma nova concepção de mundo e do próprio homem, ou seja, uma nova leitura prática do mundo e das relações sociais que supere a dominação capitalista e a visão do homem como mera engrenagem de um sistema mecanizado e alienante. Como aponta Antonio Negri, "(...) trata-se de voltar a ver o homem livre, além do desmedido domínio do capitalismo e do poder sobre o existente. A verdade só poderia consistir *em uma nova visão coletiva* (...)" (NEGRI, 2007, p. 12, grifo do autor) e essa visão é complementada pela preocupação de Salvadori em não ficarmos presos a elementos burgueses de dominação: "(...) a 'reforma moral e intelectual' das massas é o objetivo a ser alcançado para aniquilar a hegemonia capitalista-burguesa sobre a sociedade civil e, portanto, tornar impossível o domínio do Estado que é a sua manifestação" (SALVADORI, 2012, p. 98).

4.2. Educação Orgânica e Ampliada: um espaço para a prática revolucionária

Frente aos desafios para enfrentar as forças hegemônicas que se enraízam na sociedade civil contemporânea, reforçando a dominação capitalista em todas as trincheiras de poder, é preciso, para dar início a um processo de superação histórica dessa fase de desenvolvimento humano, a *união da vontade e do pensamento*, ambos críticos e abrangentes, que se traduzam em *ações práticas cotidianas de contra-hegemonia*. Uma das formas de permitir esse avanço revolucionário socialista é por meio da **educação**:

O papel da educação, propriamente definido como o desenvolvimento contínuo da consciência socialista, é sem dúvida um componente crucial desse grande processo transformador. (MÉSZÁROS, 2008, p. 115)

Segundo destacam Oliveira e Felismino (2010, p. 315), a reforma intelectual e moral gramsciana pode ser vista como uma “(...) resposta à dominação cultural capitalista e como parte integrante do processo de formação da consciência de classe, na necessidade de difusão do marxismo no seio da classe trabalhadora”, destacando ainda que “as reflexões gramscianas sobre a escola não se reduzem ao aparelho escolar convencional”, ou seja, nota-se a preocupação no pensamento de Gramsci em relação a pensar a educação de forma *ampliada*, e não meramente tradicional ou institucionalizada.

É preciso pensar, como Gramsci, na perspectiva da educação como “experiência coletiva de emancipação”, um processo no qual “a relação pedagógica, como uma relação de hegemonia, não se restringe à interação professor-aluno” (OLIVEIRA; FELISMINO, 2010, p. 316), e esse movimento educacional deve ter sempre em mente o novo tipo de homem que se deseja formar, ou seja, um novo tipo social que seja possuidor de qualidades e valores condizentes com uma sociedade socialista, mais justa e solidária. Desse modo, a busca por uma nova hegemonia via reforma intelectual e moral deve ter como base trabalhar dois aspectos igualmente importantes:

(...) de um lado, o surgimento de uma massa revolucionária capaz de se preparar e se organizar para a gestão da nova sociedade; de outra parte, a necessidade de potencializar suas lutas contra o capital com iniciativas educativo-culturais que permitissem aos trabalhadores a compreensão da totalidade do processo produtivo. (OLIVEIRA; FELISMINO, 2010, p. 315)

Em outros termos, Gramsci comprehende a escola como “síntese teórico-prática do movimento revolucionário de transformação social que exige organicidade, seja do pensamento filosófico, seja da solidez organizativa e de centralização cultural” (OLIVEIRA; FELISMINO, 2010, p. 317). A ideia de escola, para Gramsci,

engloba um conjunto de organismos oriundos do mundo do trabalho potencialmente formativos: escolas de partido, instituições de elaboração da vida cultural, como revistas e jornais operários (a célebre experiência de L'Ordine Nuovo, por exemplo), meios para organizar e difundir determinados tipo de cultura, como clubes, associações culturais, institutos de cultura popular etc (OLIVEIRA; FELISMINO, 2010, p. 317)

O que se propõe, portanto, é uma nova visão *ampliada* do papel da escola a partir da leitura de Gramsci sobre as necessidades práticas e o contexto de luta contra o capitalismo. Uma nova *superestrutura escolar* que permita a superação das contradições por meio de uma ação de formação que viabilize e alimente a estratégia de guerra de posição das classes subalternas na luta de classes:

Entender as possibilidades da escola na perspectiva da classe trabalhadora exige compreender que sua atuação se vincula organicamente à atuação formativa dos diversos instrumentos de luta da classe trabalhadora (partidos, sindicatos, associações, conselhos de fábrica, movimentos camponeses etc). (OLIVEIRA; FELISMINO, 2010, p. 317-318)

É importante destacar que uma escola verdadeiramente completa, que ofereça condições de levar o ser humano a um outro patamar de vida social, seria impossível de ser realizada dentro do sistema do capital e, portanto, todo movimento educacional contra-hegemônico que esteja inserido no sistema deve ser visto sempre com cautela, como um movimento *tático* e nunca definitivo. É preciso reorientar a escola tradicional e, ao mesmo tempo, transformá-la radicalmente. Como destacam Oliveira e Felismino (2010, p. 318), “a escola só pode exercer suas funções genuinamente formadoras (a transmissão adequada do saber historicamente acumulado pelos homens como parte integrante de sua formação omnilateral) numa sociedade que vá para além da lógica do capital”.

É preciso reconhecer que as instituições de educação atuais - sejam as *formais*, como as escolas e universidades, sejam as *complementares*, como a mídia, a igreja, os clubes e outras na sociedade civil - encontram-se permeadas pela hegemonia burguesa,

ou seja, o atual sistema de educação amplia e reforça diariamente os valores do atual modelo capitalista de consumo egoísta e desenvolvimento predatório.

Desse modo, qualquer estratégia de desenvolvimento de um novo processo educacional *ampliado* exige um esforço que vá *além* das instituições formais de educação⁸, o que é não apenas necessário, mas também se apresenta como uma oportunidade para avançar uma guerra de posição gramsciana da classe subalterna, fundamental para formação e disseminação de seus intelectuais orgânicos:

Nunca é demais salientar a importância estratégica da concepção mais ampla de educação, expressa na frase: “a aprendizagem é a nossa própria vida”. Pois muito do nosso processo contínuo de aprendizagem se situa, felizmente, fora das instituições educacionais formais. Felizmente, porque esses processos não podem ser manipulados e controlados de imediato pela estrutura educacional formal legalmente salvaguardada e sancionada. (MÉSZÁROS, 2008, p. 53)

Reconhecendo a atual situação desfavorável, mas também a oportunidade de ação via guerra de posição nas diversas instituições da sociedade civil (e no Estado ampliado como um todo), cabe então a construção historicamente específica de um amplo processo de educação *ampliada e orgânica*, ou seja, uma base de *reforma intelectual e moral* cujos valores e objetivos não sejam apenas o de uma educação formal ou voltada para o mercado de trabalho capitalista, mas sim uma educação *crítica e libertária*, cujo ponto central seja não apenas enfrentar as atuais posições já tomadas pelo capital nas superestruturas, mas também viabilizar uma *revolução econômica e política efetiva*, uma nova forma de produção e de relações socioculturais que *superem* o sistema do capital, interrompendo assim o ciclo das sucessivas revoluções *passivas* que manteve o domínio da classe dominante até o presente.

Em qualquer proposta educacional, a postura de um indivíduo na sociedade não deve ser vista como algo pré-determinado nem como algo definido de forma imutável por uma suposta "natureza humana", como muitas vezes nos quer fazer acreditar o sistema "naturalizado" do capital. Torna-se necessário compreender que essa postura é

⁸ É importante destacar que essa busca pela *ampliação* do espaço para implementação de um processo educacional alternativo não deve abrir mão do uso das atuais instituições escolares. A estratégia deve ser compreendida como *complementar* ao papel da escola, não como uma substituição, dada a relevância que ela possui na formação dos indivíduos. A escola deve, portanto, ser considerada como campo fundamental de luta e não deve ser desprezada ou desprestigiada nesse novo contexto ampliado de educação nas superestruturas.

variável e influenciada historicamente, uma vez que depende da formação e dos valores sociais que cada indivíduo desenvolve e assimila ao longo de sua vida, ou seja:

Tudo depende da orientação seguida na instituição de valor pelos indivíduos sociais, que podem ou bem favorecer as potencialidades positivas da humanidade ou, ao contrário, alinhar-se aos contravalores cada vez mais perigosos do capital (...). (MÉSZÁROS, 2007, p. 38)

Nesse contexto, a *educação ampliada* permite que pensemos o processo educacional não apenas como um modelo escolar *stricto sensu*, limitado a escolhas e regras pré-definidas que acabam, por força da atual dominação, caindo sempre em escolhas *reformistas*, quando não abertamente *reacionárias*, em que as crianças e os jovens são ensinados a não pensar, a não criticar, e a aceitar - ou ignorar - de forma *passiva* todas as contradições de um sistema desigual e injusto.

Mesmo as melhores propostas educacionais - as mais ousadas -, quando formuladas dentro da lógica do sistema socioeconômico vigentes, terminam por esbarrar em barreiras para sua implementação ou, no máximo, enfrentar algumas consequências nefastas do sistema do capital, sem contudo enfrentar as questões estruturais que permitem a reprodução desse modelo. Em outros termos, a estratégia limitada de implementar *reformas* educacionais (ou seja, uma opção *não-revolucionária*), mesmo as mais críticas, pode apenas “(...) remediar os piores efeitos da ordem reprodutiva capitalista estabelecida, sem, contudo, eliminar os seus fundamentos causais antagônicos e profundamente enraizados.” (MÉSZÁROS, 2008, p. 26)

A preocupação do atual sistema é a formação para atender às necessidades imediatas - e *insaciáveis* - dos cada vez mais complexos ciclos de reprodução do capital, transformando indivíduos em *peças* a serem *encaixadas* nos postos de trabalho criados pela classe dominante, reforçando a *alienação* sob uma roupagem moderna. Não há, portanto, *libertação* pelo trabalho, e sim apenas um reforço da *prisão* do trabalho, disfarçada pela mídia e pela cultura hegemônica como se fossem avanços em relação ao passado.

A verdade não dita, porém, é que o maior benefício continuará sendo aquele obtido pelo modelo de reprodução do capital, que necessita desses recursos humanos

produtivos para extrair sua mais-valia e gerar lucro (ou seja, garantir sua sobrevivência enquanto sistema de dominação) nas condições históricas contemporâneas:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu - no seu todo - ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma ‘internalizada’ (isto, é pelos indivíduos devidamente ‘educados’ e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas. (MÉSZÁROS, 2008, p. 35)

Gramsci apresenta em seus Cadernos do Cárcere uma crítica desse modelo educacional que, ao priorizar e disseminar o ensino do tipo *profissional* (e não cultural-humanista, crítico), mantém a *aparência* de ensino democrático e justo; mas, quando compreendido dentro das relações de poder e dominação, demonstram que ele serve apenas para *manter inalteradas as injustas relações sociais atuais*:

Na escola atual, em função da crise profunda da tradição cultural e da concepção da vida e do homem, verifica-se um processo de progressiva degenerescênci: as escolas de tipo profissional, isto é, preocupadas em satisfazer interesses práticos imediatos, predominam sobre a escola formativa, imediatamente desinteressada. O aspecto mais paradoxal reside em que este novo tipo de escola aparece e é louvado como democrático, quando na realidade, não só é destinado a perpetuar as diferenças sociais, como ainda a cristalizá-las em formas chinesas. (GRAMSCI, 2000a, p. 49)

Portanto, percebe-se a necessidade imediata de rompimento com esse modelo educacional. Mas isso só será possível se compreendermos a educação de forma *orgânica*, como instrumento de luta numa guerra de posição em que, por meio da ampliação dos processos educacionais e culturais, uma reforma efetivamente se concretize, permitindo dar passos em direção a uma *revolução cultural*. Para tanto, é necessário não apenas mudar as escolas, mas também é preciso enfrentar a mídia e garantir novos espaços nos outros *aparelhos privados de hegemonia*, por meio da difusão de um outro modo de pensamento e de ação anticapitalistas:

Poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados. Consequentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as

práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. (MÉSZÁROS, 2008, p. 25)

Uma mudança efetiva nas relações sociais e econômicas, pois, exige mudanças estruturais e revolucionárias na forma de educar, *dentro e fora da escola*. Identifica-se novamente, assim, o grande problema para qualquer estratégia reformista, seja na educação, na cultura, na economia ou em qualquer parte do sistema capitalista totalizante: as determinações fundamentais do sistema do capital são inexoravelmente *irreformáveis e incorrigíveis* (MÉSZÁROS, 2008, p. 27). A opção reformista, que falhou no passado, retorna ao presente no século XXI como uma *farsa* também na educação, adotando táticas “melhoristas” cujo único resultado é a manutenção da base estrutural de dominação na sociedade, sob a roupagem de “alternativas de esquerda”, com o objetivo de gerar legitimidade simbólica no campo progressista e garantir nova sobrevida hegemônica ao atual modo de produção, retirando de pauta até a discussão de qualquer proposta revolucionária.

Gramsci explica que há "tipos" distintos de marcas sociais em cada escola, cada qual com um objetivo a alcançar dentro de um contexto de luta entre hegemonias, gerando assim um resultado *político* – progresso ou estagnação – de acordo com a sua *orientação*:

(...) Não é a aquisição de capacidades de direção, não é a tendência a formar homens superiores que dá a marca social de um tipo de escola. A marca social é dada pelo fato de que cada grupo social tem um tipo de escola próprio, destinado a perpetuar nestes estratos uma determinada função tradicional, dirigente ou instrumental. Se se quer destruir esta trama, portanto, deve-se não multiplicar e hierarquizar os tipos de escola profissional, mas criar um tipo único de escola preparatória (primária-média) que conduza o jovem até os umbrais da escolha profissional, formando-o, durante este meio tempo, como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige. (GRAMSCI, 2000a, p. 49)

Essa visão de necessidade de mudança na estrutura escolar é compartilhada por Mészáros quando ele aponta a urgência de rompimento com o modelo educacional capitalista, pois somente assim será possível uma mudança de orientação efetiva e não meramente formal e limitada:

(...) caso não se valorize um determinado modo de reprodução da sociedade como o necessário quadro de intercâmbio social,

serão admitidos, em nome da reforma, apenas alguns ajustes menores em todos os âmbitos, incluindo o da educação. As mudanças sob tais limitações, apriorísticas e prejulgadas, são admissíveis apenas com o único e legítimo objetivo de *corrigir* algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma que sejam mantidas intactas as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo em conformidade com as exigências inalteráveis da *lógica global* de um determinado sistema de reprodução. (MÉSZÁROS, 2008, p. 25)

Um dos objetivos não explícitos do atual modelo educacional hegemônico do capitalismo é que os indivíduos, por meio da “educação”, internalizem e defendam o sistema de valores vigente, mas de uma forma tal que acreditem serem esses seus próprios valores individuais. Desse modo, o sistema busca e gera novamente a aparência de *legitimidade* (falsamente construída e internalizada via educação) ao oferecer uma suposta *liberdade* aos indivíduos, fazendo-os crer que seus interesses são priorizados, quando na verdade eles atuam como meros reprodutores de um sistema de valores que é *externo* a eles, defendendo interesses de reprodução, acumulação e defesa do capital:

(...) a questão crucial, sob o domínio do capital, é assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema. Em outras palavras, no sentido verdadeiramente amplo do termo *educação*, trata-se de uma questão de ‘internalização’ pelos indivíduos (...) da legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas ‘adequadas’ e as formas de conduta ‘certas’, mais ou menos explicitamente estipuladas nesse terreno. (MÉSZÁROS, 2008, p. 44 - grifo do autor)

Em termos gramscianos, percebe-se a *importância do papel da educação* como elemento fundamental na construção e manutenção de consensos na sociedade civil, de modo a garantir certa estabilidade à dualidade consenso-coerção como forma de manutenção do poder efetivo no Estado ampliado, dando à classe dominante uma legitimidade que, no seu limite, faz até com que os oprimidos defendam o sistema graças a eficácia dessa *internalização* de valores.

Ademais, essa estratégia de formação educacional impede que novas alternativas sejam até mesmo *consideradas*, dado o grau de determinismo da visão dominante que é propagandeado em todos os meios ampliados de educação social, repetindo sempre que o capitalismo é o “único” e o “correto” sistema econômico, sem abrir espaços de discussão ou pensamento crítico. Vende-se, no fundo, uma imagem de

progresso e de "democracia do acesso ao conhecimento" quando, de forma cínica, ocorre na verdade uma *perpetuação* da desigualdade social. O ensino profissionalizante, aponta Gramsci, é um exemplo dessa falsa democracia no sistema escolar: "A multiplicação de tipos de escola profissional (...) tende a eternizar as diferenças tradicionais; mas, dado que ela tende, nestas diferenças, a criar estratificações internas, faz nascer a impressão de possuir uma tendência democrática" (GRAMSCI, 2000a, p. 49-50).

Desse modo, a reprodução de valores hegemônicos por meio da educação posterga a necessidade imediata do sistema do capital de utilização da violência para imposição de seus processos sociais, ainda que essa possibilidade permaneça sempre guardada como última alternativa (coerção), a ser usada em momentos de *crise aguda* (MÉSZÁROS, 2008, p. 44).

Se analisarmos todo o modelo de reprodução do capitalismo em suas bases *contemporâneas*, é possível afirmar que a educação conduzida pelo sistema do capital, seja nas instituições formais ou nos outros aparelhos privados de hegemonia, tem como foco primordial o *consumo*, uma vez que a necessidade incessante de circulação de mercadorias é fundamental para garantir a sobrevida desse modo de produção, cujas crises recentes são cada vez mais agudas. Desse modo, a educação, na sua forma atual, busca *naturalizar* os valores de vida capitalistas e eternizá-los como se representassem a única, neutra e inevitável forma de viver no mundo.

O circular e interminável consumo de mercadorias e serviços supérfluos, aliado à obsolescência programada no modo de produção industrial, torna-se central nessa estratégia do capital. Conforme explica Mészáros (2008, p. 82), nessa educação “(...) os indivíduos particulares são diariamente e por toda parte *embebidos nos valores da sociedade de mercadorias*, como algo lógico e natural” (grifo do autor). Há, ao final, uma verdadeira *transformação da sociedade em um mero espetáculo*, esvaziado de conteúdo real e mantido pela positivação de um mundo de aparências apresentado como “inevitável”, que não pode ser contestado:

O espetáculo se apresenta como uma enorme positividade, indiscutível e inacessível. Não diz nada além de ‘o que aparece é bom, o que é bom aparece’. A atitude que ele exige por princípio é aquela aceitação passiva que, na verdade, ele já obteve na medida em que aparece sem réplica, pelo seu monopólio da aparência. (DEBORD, 1997, p. 16-17)

Nessa "sociedade do espetáculo" definida por Guy Debord (1997), é preciso ter consciência de que os processos educacionais do sistema do capital não atuam sempre de forma explícita. Há um esforço cínico de dissimulação ao apresentar o atual modelo como sendo de uma educação neutra e positivista, que supostamente forma cidadãos "livres para escolher". Na realidade, o sistema faz justamente o contrário: doutrina os educandos de forma a *limitar* suas escolhas, reforçar a dominação pela razão instrumental e impedir mudanças sociais significativas, "ensinando" que não há nada de grave a corrigir e que os eventuais problemas sociais devem ser tratados marginalmente, com lentidão gradualista e ignorando, assim, suas verdadeiras causas e as possíveis soluções estruturais (efetivas). O que temos atualmente, pois, é uma

(...) *doutrinação permanente*, mesmo quando a doutrinação que impregna tudo não parece ser o que é, por se tratada pela ideologia vigente 'consensualmente internalizada' como o sistema de crença positivo compartilhado de maneira legítima pela 'sociedade livre' estabelecida e totalmente não-objetável. Ademais, o que torna as coisas ainda piores é que a educação contínua do sistema do capital tem como cerne a asserção de que a própria ordem social estabelecida não precisa de *nenhuma mudança significativa*. (MÉSZÁROS, 2008, p. 82, grifos do autor)

O sociólogo Pierre Bourdieu também aponta a contradição entre um sistema educacional formal que se apresenta como libertador mas que, na prática, apenas reforça a atual dominação e separação de classes, *legitimando e naturalizando essa relação*. Na prática, vemos que os resultados escolares são influenciados pela realidade cultural de cada família, ou seja, ocorre uma transmissão de capital cultural e de valores (*ethos*) dos pais para os filhos, e tal herança cultural é fator relevante para o rendimento na escola. O resultado dessa prática é o reforço de um conservadorismo social e a impossibilidade de mudanças estruturais:

É provavelmente por um efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da 'escola libertadora', quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural. (BOURDIEU, 2007, p. 41)

A necessidade de uma alternativa de educação ampliada torna-se clara quando se percebe o alcance atual do modelo determinista e alienante de dominação promovido pelo sistema do capital. Assim, torna-se imperativo que uma proposta de educação

socialista seja pensada como uma nova *totalidade*, ou seja, como uma resposta contra-hegemônica *abrangente* que estabeleça intervenções práticas *imediatas e revolucionárias* em todas as relações sociais:

(...) para alterar a inversão mistificadora e em última instância destrutiva da relação reprodutiva sustentável dos seres humanos, contrapondo-se ao mesmo tempo à dominação da falsa consciência reificadora sobre os indivíduos particulares, é preciso uma mudança societária oniabrangente. Nada menos que isso pode prevalecer de maneira duradoura. Contentar-se com a ‘reforma gradual’ e as mudanças parciais é autoderrotista. (MÉSZÁROS, 2008, p. 91)

Mudar esse cenário de dominação hegemônica que hoje está impregnado na sociedade exige o que Mészáros (2008, p. 45) chama de “soluções essenciais”, ou seja, soluções que rompam com o sistema e não sejam meramente formais. A própria educação não pode mais ser vista dentro dos limites estreitos de suas instituições formais, uma vez que a reprodução de valores e a construção de consensos ocorre de forma *ampliada* em toda a sociedade civil, por meios dos diversos aparelhos privados de hegemonia atualmente sob controle da classe dominante – e que precisam, para promover mudanças estruturais, estar em constante *disputa*.

Limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa. Do mesmo modo, contudo, procurar margens de *reforma sistêmica* dentro do sistema do capital é uma *contradição em termos*. É por isso que é necessário *romper com a lógica do capital* se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente. (MÉSZÁROS, 2008, p. 27)

Há, portanto, uma ligação direta entre as instituições educacionais *lato sensu* e o próprio processo social do sistema do capital, e esse conjunto somente pode funcionar adequadamente dentro dos seus limites pré-definidos, não podendo, assim, realizar mudanças radicais ou estruturais na sociedade. Como explica Mészáros (2008, p; 43), “as determinações gerais do capital afetam profundamente *cada âmbito particular* com alguma influência na educação, e de forma nenhuma apenas as instituições educacionais formais” (grifo do autor).

Analizando o pensamento de Gramsci, Mészáros aponta que a solução essencial passa por uma nova concepção democrática de educação onde todos os

indivíduos, de alguma forma, agem cotidianamente na construção da realidade e de uma concepção de mundo predominante, de forma a mantê-la ou modificá-la de acordo com a atuação das forças sociais conflitantes (MÉSZÁROS, 2008, p. 49-50). Essa é a dinâmica da história – construída materialmente por homens conscientes de si – que determinará as possibilidades de mudança radical no sistema ou de uma nova vitória temporária do reacionarismo:

Sem um progressivo e consciente intercâmbio com processos de educação abrangentes como “a nossa própria vida”, a educação formal não pode realizar as suas muito necessárias *aspirações emancipadoras*. Se, entretanto, os elementos progressistas da educação formal forem bem-sucedidos em redefinir a sua tarefa num espírito orientado em direção à perspectiva de uma alternativa hegemônica à ordem existente, eles poderão dar uma contribuição vital para romper a lógica do capital, não só no seu próprio e mais limitado domínio como também na sociedade como um todo. (MÉSZÁROS, 2008, p. 59, grifo do autor)

A mudança em todo o processo educacional deve levar em consideração não apenas as condições históricas concretas, mas também as atuais *necessidades* históricas, ou seja, a imediata obrigação de criarmos um novo sistema qualitativamente e estruturalmente diferente, uma vez que as mudanças parciais e graduais pelas vias da educação *tradicional* apenas servem como cortina de fumaça, mantendo as bases de dominação inalteradas. Assim, uma mudança verdadeiramente radical, socialista, é a saída que oferece efeitos duradouros e justos socialmente, tendo em vista que “(...) somente a instituição e a consolidação da *alternativa hegemônica* ao controle sociometabólico do capital pode oferecer uma saída para as contradições e antagonismos de nosso tempo” (MÉSZÁROS, 2008, p. 108, grifo do autor).

Essa nova alternativa hegemônica, que passa por enfrentar de forma decisiva o controle rígido e alienante do sistema do capital, não é tarefa simples historicamente, e seu enfrentamento exigirá grandes esforços. Cabe destacar que não se deve pensar em uma solução fechada e completa *a priori*: ao contrário, um processo educacional verdadeiramente revolucionário deve ser compreendido como um “(...) desenvolvimento contínuo - *nunca definitivamente completado* - da consciência socialista” (MÉSZÁROS, 2008, p. 109). Essa condição garante a compreensão *efetiva* das mudanças históricas e a percepção consciente dos diversos desafios (antigos e novos, que certamente surgirão) a serem enfrentados para superação definitiva do sistema do capital, com a formação do

que Mészáros (2008, p. 109) bem descreve como "indivíduos sociais ricos em autodesenvolvimento". Portanto,

O que precisa ser confrontado e alterado é todo o sistema de *internalização*, com todas as suas dimensões, visíveis e ocultas. Romper com a lógica do capital na área de educação equivale, portanto, a substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa *concreta* abrangente. (MÉSZÁROS, 2008, p. 47 - grifos do autor)

Sabendo dos riscos que uma mudança educacional e cultural pode trazer, o que o atual sistema hegemônico do capital tenta reforçar cotidianamente é que "o conceito de *mudança estrutural geral* material e socialmente plausível, sem mencionar seu caráter desejável e legítimo, deve permanecer, nos termos do sistema educacional dominante, como absoluto tabu." (MÉSZÁROS, 2008, p. 112, grifos do autor). Ou seja, todo movimento educacional dentro da lógica do sistema capitalista será pautado pelo *immediatismo não-estrutural*, reproduzindo a atual estrutura de exploração de uma classe sobre outra, disfarçada sobre a farsa da "capacitação para o trabalho", *naturalizando* a educação como se não houvesse uma outra maneira de formar os indivíduos, como se não houvesse outra forma de *viver em sociedade*. E o capital lutará contra qualquer possibilidade de educação *crítica*, pois sabe dos riscos:

(...) a classe capitalista teme que a escola, obedecendo a um princípio constitucional ao invés de trabalhar por encomenda direta do capital, crie um amplo contingente de 'sobrequalificados', que se converterão em fator de atrito dentro do processo de trabalho e exercerão espontaneamente pressão a favor da redefinição dos seus objetivos gerais. (...) o interesse político leva a classe capitalista a temer a educação das classes trabalhadoras, pelos seus efeitos potencialmente politizadores. O acesso da mão de obra a saberes excessivos com relação às necessidades econômicas do capital poderia subverter as finalidades da instrução elementar, desviando-a da função de manter a ordem social vigente. (SAES, 2005, p. 98)

Para garantir uma evolução duradoura, enfrentando a dominação estrutural do capital na educação, é fundamental que se evite a opção reformista. Desse modo, a luta concreta passa sempre pelo enfrentamento das questões sociais e políticas imediatas que aproximem os indivíduos da nova forma de enxergar e construir a realidade socialista:

(...) é uma característica proeminente dos problemas que devem ser confrontados no curso da transformação socialista que as tarefas imediatas não possam ser separadas e

convenientemente isoladas dos desafios de longo prazo e mais abrangentes, muito menos opostas de maneira autojustificada - como no passado - a eles. (...) a ação referente até mesmo aos mais distantes objetivos transformadores *plenamente* realizáveis - como, por exemplo, a instituição da *igualdade substantiva* em todos os lugares, no sentido mais pleno do termo - não pode ser deixada para alguma data futura remota. O caminho que conduz à realização completa da igualdade substantiva deve ser tomado hoje, se falarmos a sério sobre a efetivação bem-sucedida da atividade inflexível necessária para a instituição e consolidação de uma mudança material e cultural tão radical. (MÉSZÁROS, 2008, p. 113, grifos do autor).

O filósofo Herbert Marcuse também fez considerações importantes sobre o papel da educação como etapa para superação do domínio do capital. Quando perguntado em entrevista no ano de 1969 sobre como fazer com que as reformas adotadas na sociedade política sejam revolucionárias o suficiente para promover a derrocada do próprio sistema, o filósofo apontou que a resposta está na “educação para a mudança radical” e que essa seria uma “educação num novo sentido”, ou seja:

(...) Educação que não permanece na sala de aula, não fica dentro dos muros da universidade, mas que espontaneamente se expande em ações, em prática, e abrange grupos sociais fora da universidade. (MARCUSE, 1999a, p. 71)

Cabe questionar, pois, se a dificuldade de realização de uma reforma intelectual e moral que permita e favoreça ações verdadeiramente revolucionárias está justamente no modelo educacional *tecnocrata* que se instituiu no capitalismo e que continua a se expandir enquanto ensino “técnico” e acrítico, ou seja, um ensino instrumentalizado e passivo, onde do aluno se espera apenas *ordem* e *aceitação* das velhas técnicas.

A formação educacional capitalista e instrumentalizada, nessa leitura, parece apontar para dois pontos fundamentais: impedir o desenvolvimento de um verdadeiro *cidadão com visão crítica* e, ao mesmo tempo, prepará-lo para servir ao mercado de trabalho dentro das necessidades estipuladas externamente pelo sistema do capital. O que parece escolha individual (“liberdade”), no fundo, é apenas uma ilusão: as opções de futuro – “carreira” – são determinadas pelo mercado e pela classe social onde nasce cada pessoa (fora do controle do indivíduo), e as possibilidades de mudar esse destino pré-estabelecido são mínimas, em especial para as classes sociais mais pobres.

Porém, o sistema do capital faz um trabalho de *formação ideológica* para que, nas aparências, todos pensem ter as mesmas oportunidades na vida, aceitando as desigualdades de oportunidades e direitos como se fossem "naturais". O discurso falacioso do "mundo das oportunidades e da liberdade", da "democracia (capitalista) para todos", esconde a verdadeira face de uma infraestrutura socioeconômica que permeou e pré-definiu todo um complexo modelo educacional-cultural onde as superestruturas de ensino *favorecem de modo inequívoco a classe dominante*, regidas pela ordem estabelecida via hegemonia do capitalismo contemporâneo.

Uma transformação nas superestruturas que tratam da educação exigirá um enfrentamento dessas forças de atuação hegemônicas de modo a abrir espaço para a reforma intelectual e moral da classe subalterna. Assim, dentro e fora das instituições formais de ensino – na estratégia de uma *educação ampliada* –, é preciso mudar o foco de um método que hoje visa somente *treinamento e condicionamento* para outro que privilegie a *formação cultural*. Esse seria, possivelmente, um passo necessário para "quebrar o domínio da falsa consciência" (MARCUSE, 1999a, p. 72), o que aproxima o pensamento de Marcuse da leitura contemporânea feita por Mészáros:

O atual modelo educacional - não apenas aquele restrito às escolas e universidades, mas o modelo ampliado que atua em todos os meios de aprendizado dinâmico na vida social - prioriza a manutenção do poder pela hegemonia burguesa dominante. Para evitar os riscos de uma tomada de consciência e de superação do senso comum pela população, de modo a alcançar um *bom senso crítico*, esse modelo de educação burguês se perpetua com a utilização sem limites de mecanismos de distorção e forte propaganda (social, cultural e acadêmica) para formação da opinião pública a seu favor, inclusive chegando ao ponto de reescrever a própria História, se necessário. (MÉSZÁROS, 2008, p. 37)

Uma esperança para mudança na atual condição de domínio estrutural e superestrutural pela classe dominante decorre da impossibilidade de o sistema do capital manter em funcionamento sua estratégia de manipulação por tempo indeterminado, abrindo assim janelas de oportunidade para a construção de uma nova hegemonia na sociedade civil. Como explica Mészáros (2008, p. 50-51):

Por maior que seja, nenhuma *manipulação vinda de cima* pode transformar o imensamente complexo processo de modelagem da visão geral do mundo de nossos tempos - construída por incontáveis concepções particulares na base de interesses hegemônicos alternativos objetivamente irreconciliáveis, independentemente de quanto os indivíduos

possam estar conscientes dos antagonismos estruturais subjacentes - num dispositivo *homogêneo* e *uniforme*, que funcione como um promotor *permanente* da lógica do capital. (grifos do autor)

A educação que permita uma mudança estrutural em direção a uma sociedade estruturada fora das amarras e prisões do capital tem que ser radicalmente diferente da atual e, portanto, “(...) compreendida como a extensão historicamente válida e a transformação radical dos grandes ideais educacionais defendidos no passado mais remoto” (MÉSZÁROS, 2008, p. 79). O foco não pode ser apenas o mercado e as funções produtivas imediatas (“necessidade de mão-de-obra”), mas sim o desenvolvimento do indivíduo enquanto *ser político* e *ser social*. Ademais, novamente é preciso reforçar o alerta para que a nova proposta não caia na *tentação reformista*, ou seja, o risco de adotar um gradualismo que se torna um fim em si mesmo, e assim perpetua os valores que deveria combater:

(...) cair na tentação de reparos institucionais formais - ‘passo-a-passo’, como afirma a sabedoria reformista desde tempos imemoriais - significa permanecer aprisionado dentro do círculo vicioso institucionalmente articulado e protegido dessa lógica autocentrada do capital. Essa forma de encarar tanto os problemas em si mesmos como as suas soluções ‘realistas’ é cuidadosamente cultivada e propagandeada nas nossas sociedades, enquanto a alternativa genuína e de alcance amplo e prático é desqualificada aprioristicamente e descartada bombasticamente (...). Essa espécie de abordagem é incuravelmente *elitista* mesmo quando se pretende democrática. (MÉSZÁROS, 2008, p. 48, grifo do autor)

É necessário, portanto, que um novo processo educacional *ampliado* tenha como meta e resultado o *enriquecimento humano*, afastando assim a nova educação dos modelos educacionais padronizados e mercantilizados, tendo em vista que estes favorecem a racionalidade meramente *instrumental* (MÉSZÁROS, 2008, p. 80) e cujas bases sustentam a reprodução da sociedade capitalista avançada, retroalimentando a alienação e a dominação estrutural a cada nova geração formada nas instituições tradicionais sob domínio do capital.

Como uma das ações para romper com o atual ciclo de formação educacional capitalista, Gramsci propõe a prática de uma *escola unitária*, com o objetivo de garantir a formação inicial crítica e cultural aos jovens por meio do ensino público de qualidade para

todas as classes e gerações, hoje e no futuro, dando um passo fundamental para a reforma intelectual e moral:

A escola unitária ou de formação humanista (entendido este termo, "humanismo", em sentido amplo e não apenas em sentido tradicional), ou de cultura geral, deveria assumir a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los elevado a um certo grau de maturidade e capacidade para a criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa. (...) A escola unitária requer que o Estado possa assumir as despesas que hoje estão a cargo da família no que toca à manutenção dos escolares, isto é, requer que seja completamente transformado o orçamento do ministério da educação nacional, ampliando-o enormemente e tornando-o mais complexo: a inteira função de educação e formação das novas gerações deixa de ser privada e torna-se pública, pois somente assim ela pode abarcar todas as gerações, sem divisões de grupos ou castas. (GRAMSCI, 2000a, p. 36)

Não obstante, é preciso ir muito além da educação formal para promover a transformação radical e necessária. Um processo educacional *ampliado e orgânico*, fundado em bases socialistas, certamente é uma tarefa histórica sem precedentes, exigindo que os intelectuais orgânicos da classe subalterna mobilizem-se dentro e fora das instituições existentes - seja na sociedade política ou na sociedade civil, atuando assim na totalidade do Estado ampliado:

Tendo em vista o fato de que o processo de reestruturação radical deve ser orientado pela estratégia de uma reforma concreta e abrangente de todo o sistema no qual se encontram os indivíduos, o desafio que deve ser enfrentado não tem paralelos na história. Pois o cumprimento dessa nova tarefa histórica envolve simultaneamente a mudança qualitativa das condições objetivas de reprodução da sociedade, no sentido de reconquistar o controle total do próprio capital - e não simplesmente das personificações do capital que afirmam os imperativos do sistema como capitalistas dedicados - e a *transformação progressiva da consciência* em resposta às condições necessariamente cambiantes. Portanto, o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a *automudança consciente* dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. (MÉSZÁROS, 2008, p. 65).

Com o avanço dessas ações educacionais amplas haverá possibilidades historicamente concretas de reverter a atual situação de hegemonia da classe dominante e implementar uma efetiva mudança sociocultural que permitirá a *libertação* dos seres

humanos em relação ao perverso e cínico sistema do capital, bem como desvelará as amarras culturais que impedem uma revolução qualitativa e efetiva - revolução que hoje, a cada crise do capitalismo, mostra-se *imprescindível* para garantir a *sobrevivência justa e solidária* da humanidade.

Assim, uma reforma intelectual e moral que permita superar o sistema capitalista deve ter como orientação a *formação na vida e para a vida*, ou seja, uma estratégia que alcance *todos os aparelhos privados de hegemonia*, ultrapassando a barreira das escolas e reformulando *todas as relações humanas na sociedade civil*.

Qualquer processo educacional que tenha como objetivo a revolução efetiva no século XXI deve reconhecer que a luta entre hegemonias acontece sempre no âmbito do Estado *ampliado*. Assim, uma guerra de posição gramsciana somente obterá sucesso se a tática educacional permear todos os campos de conhecimento e todas as trincheiras que atuam na formação dos indivíduos, abrindo assim espaço concreto para o desenvolvimento de uma visão contra-hegemônica de mundo. Deve-se "(...) estudar com 'profundidade' quais são os elementos da sociedade civil que correspondem ao sistema de defesa na guerra de posição" (GRAMSCI, 2000b, p. 73), e isso significa examinar as superestruturas para além do senso comum e da superficialidade, considerando toda a complexidade do sistema de trincheiras contemporâneo elaborado sob domínio do capital.

É fundamental não subestimar essa necessidade de levar a disputa de *formação dos indivíduos* para dentro de todos os aparelhos privados de hegemonia, hoje em sua maior parte sob direção da hegemonia capitalista. Torna-se imperativo alterar o próprio *modo de viver das pessoas*, a concepção de mundo, a realidade concreta do cotidiano que se expressa – e se reproduz – na sociedade civil.

A proposta educacional de Gramsci caminha nesse sentido e é *abrangente*, pois somente assim oferece a possibilidade de que os indivíduos alcancem esse novo modo de viver por meio de uma formação que seja contínua, flexível, prática, crítica e coerente. Assim, entende-se que Gramsci

(...) está pensando em uma formação integral e contínua, ou seja, que abarcaria toda uma vida. Não está propondo especificamente uma prática pedagógica para o Ensino Médio ou para o Ensino Superior, mas uma postura de humildade diante da vida e do conhecimento que é historicamente

produzido, sem, no entanto, tirar de cada indivíduo (por mais simples que ele seja) a possibilidade de conhecer e se elevar. (SAID; MENDES, 2012, p. 91)

Essa visão de formação *ampliada*, ou seja, de desenvolvimento de um novo ser humano crítico e socialmente consciente de seu papel e de sua classe, deve ser atingida por meio da aplicação cotidiana da *filosofia da práxis*, uma vez que "o foco da filosofia da práxis é fazer com que cada pessoa tenha uma concepção de mundo unitária, coerente e crítica, que lhe permita atuar como sujeito histórico transformador da realidade em que vive" (SAID; MENDES, 2012, p. 93).

Cabe, portanto, pensar o processo revolucionário dentro da *totalidade* do contexto histórico e da correlação de forças em que ele se desenvolve. E isso significa orientar a educação para além das limitadas fronteiras atuais: não apenas a escola deve ser radicalmente modificada, mas é fundamental que *todas as superestruturas na sociedade civil* refletem ativamente o papel de formação cultural de um modo socialista de vida, abrangendo a totalidade das relações humanas e conduzindo, assim, ao nascimento de uma nova ordem civilizatória.

CONCLUSÃO

Após uma análise das relações socioeconômicas e culturais no século XX e no início do século XXI, considerando a complexidade da sociedade contemporânea, é possível perceber que a política não pode ser concentrada e resumida apenas ao momento do voto democrático nas eleições representativas como fazem hoje tantos conservadores, liberais e, também, intelectuais da esquerda reformista.

A política não pode ser compreendida como apenas a conquista do poder executivo/legislativo e sua manutenção, objetivo muitas vezes tratado como *meta única* a ser atingida a qualquer custo pela esquerda reformista, ignorando a força das demais superestruturas (trincheiras) espalhadas pela sociedade civil. Conforme identificado pelo pensamento de Gramsci, o Estado deve ser compreendido em sua forma *ampliada* (sociedade política mais sociedade civil) e não deve ser visto apenas como uma instância de poder político a ser conquistada unicamente via sufrágio universal. Ao contrário, o poder nas sociedades capitalistas avançadas apresenta-se e é exercido na forma da dualidade *coerção e consenso*.

Assim, somente a compreensão de que o acesso às instituições de poder na sociedade civil (aparelhos privados de hegemonia, como comunidades, clubes, empresas, sindicatos, movimentos e organizações sociais, escolas, igrejas, mídia etc) encontra-se cada vez mais entrincheirado e restrito a grupos que já detêm o poder permitirá à classe subalterna montar uma efetiva estratégia de *contra-hegemonia*, ou seja, a construção e um novo consenso por meio de uma guerra de posição.

Caso a estratégia das esquerdas insista em considerar apenas a sociedade *política*, o poder dominante continuará a se defender de forma bastante efetiva dentro da sociedade civil, evitando assim a construção de alternativas práticas (que enfrentem o poder do capital) e barrando a realização de uma *reforma intelectual e moral* que permita o surgimento de novos valores, de uma nova hegemonia mais justa e igualitária.

Talvez o grande desafio para a superação das estratégias reformistas seja a tomada de consciência sobre o seguinte fato: não é *suficiente* apenas ganhar uma eleição ou assumir alguma instância de poder, por mais importante que ela possa ser no quadro

da sociedade política, pois é preciso também "ganhar" a sociedade civil para que esse novo poder constituído se sustente *efetivamente*, por meio de um consenso intelectual e moral que seja o alicerce da base política. Caso contrário, será uma tentativa efêmera, como tantos reformismos ou tentativas de revolução política que já ocorreram.

Nesse sentido, uma estratégia de "vale-tudo" para alcançar o poder político nem sempre é desejável, especialmente quando ela prejudica as tentativas de construção de consensos na sociedade civil que se deseja transformar. A troca que se faz hoje na visão pragmática da esquerda reformista é um risco a qualquer estratégia de guerra de posição gramsciana pois *abandona justamente a sociedade civil*, que é um elo fundamental na construção de um governo e de uma sociedade verdadeiramente democráticos, com novos valores sociais efetivos e disseminados.

Sem a construção de uma hegemonia distinta, que supere a visão capitalista-consumista que domina hoje a sociedade civil, todo projeto político de esquerda tende a cair em um reformismo acrítico e falacioso que não se associa a uma mudança estrutural das relações sociais de produção. E esse reformismo pode não se sustentar no longo prazo sem um novo consenso na sociedade civil – pelo contrário, estará *sempre em risco*, necessitando de constantes manobras políticas, concessões à classe dominante e abandono gradual de bandeiras transformadoras – resultando assim, em momentos de crise sistêmica, em novas e limitadas *revoluções (ou involuções) passivas*.

O reformismo permite que haja ganhos sociais relativos no curto prazo, mas o movimento de redução da pobreza e queda da desigualdade não se dará de forma estrutural. As *causas* de geração de miséria e desigualdade permanecem intocadas e as medidas corretivas, por atuarem somente sobre os *efeitos*, podem ser revertidas futuramente.

Esse é um *resultado fundamental* que não deve ser desprezado. A cada nova escolha de luta pelo poder que desmobiliza setores inteiros da sociedade civil com a ânsia incansável e sem limites de ganhar uma eleição a todo custo – sem pesar todas as consequências de médio e longo prazo nos valores que se enraízam na sociedade civil –, estamos apenas repetindo a trágica história da esquerda ao concentrar os esforços de mudança em um ilusório *reformismo fraco sem um novo consenso social*, ignorando a necessidade de uma *revolução efetiva* para enfrentar as contradições estruturais do

sistema e, assim, cimentando o caminho para o fracasso futuro de um projeto verdadeiramente de esquerda.

A queda do Muro de Berlin e o fim da experiência comunista na Europa, somados ao avanço global da indústria cultural capitalista e ao predomínio das opções reformistas na esquerda, tiveram como resultado de curto prazo um cenário contemporâneo no qual não há mais as mesmas possibilidades de construção de hegemonias efetivamente opostas à atual. Existe todo um *processo educacional e cultural* enraizado na sociedade civil e comandado pela classe burguesa que leva grande parte das pessoas a adotar uma visão conservadora e consumista-egoísta. No limite, os mais pobres frequentemente votam contra seus próprios interesses, sem perceberem que o fazem.

Porém, talvez ainda haja tempo para corrigir os rumos da esquerda. Para isso, contudo, é necessário que seja feita uma séria e profunda autocrítica e mudança de orientação, repensando as escolhas pragmáticas dentro de um outro contexto de *guerra de posição* para construção da nova hegemonia na sociedade civil por meio de uma reforma intelectual e moral, alimentada constantemente por um novo processo de *educação orgânica e ampliada* que ofereça alternativas concretas de um outro modo de vida, mais justo, igualitário, solidário, ambientalmente sustentável e verdadeiramente humano.

Essa mudança só pode acontecer nas ruas, no dia-a-dia, nas instituições civis, e não acontecerá apenas com disputas eleitorais e políticas de gabinete. É preciso, pois, reconhecer a nova realidade histórica contemporânea, adotar novas estratégias que levem à retomada de uma *formação socialista* nas classes subalternas, com intelectuais orgânicos levando a disputa para *dentro* de todos os aparelhos privados de hegemonia. A luta de classes contemporânea precisa ir além da política *tradicional*: é necessário uma renovada *antítese* para enfrentar as atuais *teses* capitalistas, ainda repletas de contradições mas entrincheiradas sob novas formas de dominação no campo cultural.

É nesse sentido que o pensamento de Gramsci, confrontado dialeticamente com a nossa sociedade contemporânea, oferece novos caminhos de luta para alcançarmos uma *síntese*, para construirmos uma solução efetiva que represente a *virada socialista* no século XXI. Construir uma nova ordem civilizatória é, acima de tudo,

compreender que *fazer política* não é algo externo a nós e não pode se resumir somente a processos eleitorais: a política é a *nossa própria vida cotidiana em ação*.

"Somente quem deseja fortemente identifica os elementos necessários para a realização de sua vontade."
(Antonio Gramsci)

BIBLIOGRAFIA

- AGGIO, Alberto (Org.). **Gramsci: a vitalidade de um pensamento.** São Paulo: Ed. Unesp, 1998.
- AMARAL, Roberto. O ovo da serpente. **Carta Capital.** Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/o-ovo-da-serpente/>>. Acesso em: 29.jan.2012.
- ARENDT, Hannah. **A crise na educação.** In: Entre o passado e o futuro. Tradução Mauro W. Barbosa de Almeida. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BADALONI, Nicola. **Liberdade Individual e Homem Coletivo em Gramsci.** In: FERRI, Franco (coord.). Política e História em Gramsci. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para Consumo:** a transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- _____. **A Sociedade Individualizada:** vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- _____. **Capitalismo Parasitário:** e outros temas contemporâneos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.
- BRAGA, Ruy. **A política do precariado:** do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BODEI, Remo. **Gramsci: vontade, hegemonia, racionalização.** In: FERRI, Franco (coord.). Política e História em Gramsci. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BORGES, Bento Itamar. **Crítica e teorias da crise.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. **Contrafogos 1:** táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- _____. **Meditações Pascalianas.** Tradução: Sergio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- _____. **Escritos da Educação.** Organização de Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O mal-estar dos nossos dias. **Folha de S.Paulo.** São Paulo, 29.ago.2011. Cad. Poder.
- CANDIDO, Antonio. O socialismo é uma doutrina triunfante. **Brasil de Fato.** Entrevista concedida a Joana Tavares. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/6819>>. Acesso em: 29.abr.2013.
- CASTELLS, Manuel. Tempo de semear. **The Guardian.** Transcrição e Tradução de Gabriela Leite. Disponível em: <<http://www.outraspalavras.net/2013/04/05/manuel-castells-tempo-de-semear/>>. Acesso em 5.abr.2013.
- CHOMSKY, Noam. **Language and Politics.** EUA: AK Press, 2004.
- CLAUDÍN, Fernando. **A crise do movimento comunista:** volume 1. São Paulo: Global, 1985.
- COCCO, Giuseppe. Não existe amor no Brasil Maior. **Le Monde Diplomatique Brasil.** Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1413>>. Acesso em: 3.mai.2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. 2^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **A hegemonia da pequena política**. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA; R.; RIZEK, C. (Orgs). Hegemonia às avessas: Economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. São Paulo: Contraponto, 1997.

DUFOUR, Dany-Robert. Contra o estrago do liberalismo, recuperar o Marx filósofo. **Carta Maior**. Entrevista concedida a Eduardo Febbro. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19334>. Acesso em: 3.mar.2013.

FERNANDES, Florestan. Democracia e Socialismo. **Revista Crítica Marxista**, vol.1, nº 3, p. 11-13. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1996.

FINLEY, Moses. **Democracia Antiga e Moderna**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Robert Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 3^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREUD, Sigmund. **O futuro de uma ilusão**. In: Sigmund Freud. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henrique e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

_____. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henrique e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a. v. 2.

_____. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henrique e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b. v. 3.

_____. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henrique e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5.

_____. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 1.

KRUGMAN, Paul. A solução do 1%. **Folha de S.Paulo**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/paulkrugman/1269237-a-solucao-do-1.shtml>>. Acesso em: 27.abr.2013.

LUXEMBURGO, Rosa. **Textos escolhidos** (org. Isabel Loureiro). São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARCUSE, Herbert. **Ideologia da sociedade industrial**. Trad. Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____. **A revolução em 1969**. In: LOUREIRO, Isabel (org). Herbert Marcuse: A grande recusa hoje. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999a.

_____. **Não basta destruir**: sobre a estratégia da esquerda. In: LOUREIRO, Isabel (org). Herbert Marcuse: A grande recusa hoje. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999b.

_____. **Pela frente única das esquerdas.** In: LOUREIRO, Isabel (org). Herbert Marcuse: A grande recusa hoje. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999c.

_____. **Uma conversa.** In: LOUREIRO, Isabel (org). Herbert Marcuse: A grande recusa hoje. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999d.

MARINGONI, Gilberto. Desenvolvimento e socialismo. **Carta Maior.** Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5385>. Acesso em: 12.dez.2012.

MARTORANO, Luciano C.. Democracia burguesa e apatia política. **Revista Crítica Marxista**, n. 24, p. 37-50, 2007.

MARX, Karl. **O Capital:** Crítica da Economia Política. 3^aed. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).

_____. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista.** São Paulo: Boitempo, 1998.

_____. **Textos sobre Educação e Ensino.** 2^a ed. São Paulo: Moraes, 1992.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico:** o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **A educação para além do capital.** 2^a ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Atualidade histórica da ofensiva socialista:** uma alternativa radical ao sistema parlamentar. São Paulo: Boitempo, 2010.

MIGLIOLI, Jorge. Dominação burguesa nas sociedades modernas. **Revista Crítica Marxista**, n. 22, p. 13-31, 2006.

NEGRI, Antonio. **Jó, a força do escravo.** Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2007.

NUNCIO, Abraham. Un tinglado para Ignacio Ramonet. **La Jornada.** Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/2007/10/25/index.php?section=opinion&article=022a2pol>>. Acesso em: 8.mar.2013.

OLIVEIRA, Thiago C.; FELISMINO, Sandra C. Gramsci e a concepção marxista de escola. **Revista Filosofia e Educação** (Online), Volume 2, Número 1, Abril-Setembro de 2010.

PACHECO, José. **Escola da Ponte:** Formação e Transformação da Educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PRZEWORSKI, Adam. A social-democracia como fenômeno histórico. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n.15, out. 1988. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451988000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12.abr.2013.

_____. A falácia neoliberal. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 28-29, abr. 1993. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13.abr.2013.

ROSSI, Clóvis. Paraguai repete Honduras com "golpe constitucional" na América do Sul. **Folha de S.Paulo.** Caderno Mundo. 23/jun/2012.

SAID, Ana Maria. **Uma estratégia para o Ocidente:** o conceito de democracia em Gramsci e o PCB. Uberlândia: EDUFU, 2009.

SAID, Ana Maria; MENDES, Gigliola. Educar para a vida: a formação filosófica na perspectiva da filosofia da práxis. **Revista Filosofia e Educação**, v. 4, nº 1, p. 86-95, 2012.

SAES, Décio A. M. Classe Média e Escola Capitalista. **Revista Crítica Marxista** vol. 1, n. 21, p. 97-112, 2005.

SAFATLE, Vladimir. Precisamos de um discurso de esquerda alternativo. **Carta Maior**. Entrevista concedida a Saul Leblon. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17916>. Acesso em: 2.fev.2013.

SALVADORI, Massimo. Gramsci e o PCI: duas concepções de hegemonia. **Revista Crítica Marxista**, n.35, p.91-110, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Quarta carta às esquerdas. **Carta Maior**. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5402>. Acesso em: 11.jun.2012.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci**: sua teoria, incidências no Brasil, influência no serviço social. 3^a ed. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SINGER, André. **Os Sentidos do Lulismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

THOMAS, Peter. **Gramsci and the Intellectuals**: Modern Prince Vs Passive Revolution. In: Marxism and Intellectuals. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.

VIANA, Natalia; BODENMULLER, Luiza. Documento secreto do WikiLeaks detalha como o embaixador William Brownfield, hoje secretário-assistente do Departamento de Estado, planejava acabar com o chavismo. **Agência Pública**. Disponível em: <<http://www.apublica.org/2013/03/passo-passo-plano-da-usaid-para-acabar-governo-de-chavez/>>. Acesso em: 21.mar.2013

WALLERSTEIN, Immanuel. **A esquerda mundial após 2011**. Tradução de Daniela Frabasile. Disponível em: <<http://www.outraspalavras.net/2012/01/03/a-esquerda-mundial-apos-2011/>>. Acesso em: 21.mar.2013.

WOOLDRIDGE, Adrian. The visible hand. **The Economist**. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/21542931>>. Acesso em: 4.set.2012.

ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. **Em defesa das causas perdidas**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

_____. **The year of dreaming dangerously**. Londres: Verso, 2012.

_____. **O que significa ser revolucionário hoje?** Tradução de Fernando Monteiro. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/df/caf/blog/lueprado/slavoj-zizek-que-significa-ser-revolucionario-hoje>>. Acesso em: 6.mar.2013a.

_____. **A tinta vermelha**: discurso de Slavoj Zizek aos manifestantes do movimento Occupy Wall Street. Disponível em: <<http://blogdabotempo.com.br/2011/10/11/a-tinta-vermelha-discurso-de-slavoj-zizek-aos-manifestantes-do-movimento-occupy-wall-street/>>. Acesso em: 8.mar.2013b.